

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**ENTRE O SINDICATO E O GRÊMIO: COMO SE
ORGANIZA O TRABALHADOR-ALUNO.**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA E DEFENDIDA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MANUEL JOSÉ PINA FERNANDES
2001

MANUEL JOSÉ PINA FERNANDES

**ENTRE O SINDICATO E O GRÊMIO: COMO SE
ORGANIZA O TRABALHADOR-ALUNO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Educação Brasileira. Trabalho orientado pela Prof^a. Susana Vasconcelos Jimenez – PhD.

**FORTALEZA – CEARÁ
2001**

ENTRE O SINDICATO E O GRÊMIO:
Como se organiza o trabalhador-aluno.

Dissertação de Mestrado apresentada por:

Manuel José Pina Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Susana Vasconcelos Jimenez, PhD - Orientadora

Prof^a.Angélica Maria Pinheiro Ramos – Dr^a.

Prof^a.Maria Carmela Buonfiglio - Dr^a.

Fortaleza – Ceará

Julho/2001

Tu me diras que j'ai tort de chanter
la revolution et la liberte
que tout cela ne sert à rien
que ce n'est pas encore le jour demain
et pourtant dans le monde...
d'autres voix me repondent
et pourtant dans le monde...

Georges Moustaki

**PARA:
NORACI,
LUIS EDUARDO,
MANUELA
E
KATHERINE
COM TODO O AMOR
E CARINHO**

AGRADECIMENTOS

ARTUR E MARIA DO CARMO – pais adorados e distantes que um dia souberam semear uma semente que agora dá frutos.

NORACI – companheira de tantas horas difíceis, mas que soube fazer da adversidade uma força a mais para atingirmos a vitória.

LUIS, MANUELA E KATHERINE – meus filhos, pela abnegação de um convívio mais participativo tão necessário na adolescência que atravessam.

SUSANA JIMENEZ – raio de luz em meu caminhar, presença decisiva que teve o dom de me fazer acreditar em minha capacidade e força de vontade. Orientadora, amiga e fonte de conhecimentos em que saciei minha sede de saber.

CLEIDE QUIXADÁ – Professora e amiga que um dia me concedeu a possibilidade de me iniciar na arte da pesquisa.

A TODOS AQUELES que de alguma forma contribuíram para a efetivação deste trabalho: Professores, Funcionários da UFC, Diretores de Escolas, Alunos, Amigos e Ilustres Desconhecidos de quem muito aproveitei.

A DEUS – por tudo que Ele me concedeu ao longo de minha existência.

RESUMO

Como o próprio título indica, o presente trabalho partiu da necessidade de analisar a realidade organizacional do trabalhador-aluno, ou seja, daquele estudante que frequenta o ensino noturno na condição de trabalhador engajado no sistema produtivo ou em busca de um lugar no mercado de trabalho. Para tanto, procuramos, à luz de um referencial teórico-metodológico de compleição marxista, analisar alguns dos aspectos relacionados com a situação enfrentada pela classe trabalhadora e, ainda, fazer um resgate histórico do movimento estudantil no Brasil, de tal forma que nos fosse possível traçar um paralelo entre os fatos históricos, construídos através de lutas, e a aparente inércia que se registra atualmente nos movimentos organizacionais de classe. A revisão bibliográfica revelou, através de estudos de obras de autores consagrados como: Marx, Gramsci, Antunes, Boito Jr. e outros expoentes, que a formação do trabalhador, no seu sentido mais ampliado, deve acontecer a partir dos bancos escolares, como meio de superação do capital. O aspecto mais empírico da pesquisa é resultado da realização de entrevistas efetuadas com membros diretores de uma escola pública de ensino fundamental e médio, buscando a compreensão da participação dos grêmios no modelo de gestão participativa e, de outro lado, com a aplicação de um questionário a vinte e cinco trabalhadores-alunos, matriculados em escolas públicas noturnas, através do qual foi possível traçarmos um perfil sócio-econômico desse ser social. Ao mesmo tempo, procuramos captar a sua compreensão quanto à necessidade de participar de organizações classistas tendo como objetivo colaborar para a transformação da sociedade em que ele está inserido. Para a elaboração das considerações finais, analisamos, ainda, as anotações feitas durante um período de observações junto ao processo de implantação de um grêmio estudantil em uma escola pública, bem como no convívio com estudantes em torno da realização do Primeiro Seminário dos Grêmios Estudantis das Escolas de Ensino Fundamental e Médio sob a Jurisdição do CREDE 21, realizado nesta capital no mês de novembro de 2000.

RÉSUMÉ

Le titre de ce travail nous permet de nous apercevoir de son premier objectif, l'analyse de la réalité de l'organisation des travailleurs-élèves, autrement dit, de cet étudiant-là qui fréquente l'enseignement nocturne dans la condition de travailleur déjà engagé dans le système productif où bien en est à la recherche d'une place au marché de travail. Plus spécifiquement il se propose à analyser l'actuelle situation organisationnelle des sujets sociaux qui participent à un seul temps et d'une façon plus directe de la relation travail/éducation, devant les règles imposées par le capital. Il cherche à proposer des alternatives à la méthode développée par les entités organisationnelles des étudiants du premier et deuxième niveaux de l'éducation. Il défend, aussi, qu'à partir de la discussion, au sein de ces entités des problèmes qui se posent à la classe des travailleurs soit possible étendre le débat à d'autres foyers sociaux, tels que la communauté scolaire, à la famille, aux associations de quartier et aussi à l'usine elle-même. Une révision de la bibliographie nous a montrée, à travers d'études d'auteurs consacrés comme : Marx, Gramsci, Antunes, Boito Jr, et bien d'autres, que la formation du travailleur, vue à son sens le plus amplifié, doit déboucher, déjà aux sièges scolaires, pour devenir un des moyens à travers duquel nous pourrions supplanter le capital. La méthodologie utilisée se complète, d'un côté, avec la réalisation d'entrevues avec des membres de la direction d'une école publique, pour mettre en évidence la participation ou non du mouvement des étudiants dans un modèle de gestion participative et, d'autre côté, avec l'application d'un questionnaire à vingt cinq travailleurs-élèves régulièrement inscrits dans des écoles publiques nocturnes, à travers desquels il nous a été possible de tracer un profil socio-économique de ce travailleur-élève et, par la même voie, appréhender sa compréhension au sujet de la nécessité qu'il a de participer des organisations classistes ayant pour objectif de donner sa collaboration pour la transformation de la société dont il est inséré. Pour l'élaboration des considérations finales nous faisons l'analyse, aussi, de quelques annotations effectuées au cours des observations réalisées pendant la réalisation d'un séminaire d'étudiants, parmi d'autres.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Do objeto de pesquisa, dos procedimentos metodológicos e dos objetivos.	17
CAPÍTULO 1	
Trabalho, educação e organização da classe trabalhadora no marxismo: ou a busca de um referencial teórico.	23
CAPÍTULO 2	
Breve análise das transformações ocorridas no sindicalismo brasileiro nas décadas de 70, 80 e 90.	35
CAPÍTULO 3	
MOVIMENTO ESTUDANTIL: Um histórico de lutas.	50
CAPÍTULO 4	
O GRÊMIO ESTUDANTIL: Visões e revisões sob a luz da legalidade e da prática efetiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.	60
4.1 – O modelo de Gestão Participativa: o papel dos grêmios.	60
4.1.1 – A gestão escolar e a autonomia da escola.	60
4.1.2 – A organização estudantil no contexto da chamada gestão participativa.	66
4.1.3 – Interpretando o papel do grêmio.	72
4.1.3.1 – Na visão da direção escolar.	72
4.1.4 – Uma prática vivenciada.	75
CAPÍTULO 5	
INTERPRETANDO OS DADOS COLETADOS	
5.1 – O ME na visão dos dirigentes da UBES e dos trabalhadores-alunos.	91
5.2 – Os trabalhadores-alunos e a organização sindical.	96
5.3 – A organização gremista sob a ótica dos trabalhadores-alunos.	106
5.4 – Uma tentativa de traçar o perfil do trabalhador-aluno.	115
Considerações Finais.	118

Referências Bibliográficas.

Anexos.

INTRODUÇÃO

"A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

Karl Marx

A perceber pelas palavras do mestre, citadas acima, é possível afirmar com convicção que a necessidade de os trabalhadores lutarem em prol de sua libertação remonta a épocas de nós já distantes, o que, por si só, já implica uma organização dos mesmos. Rever um pouco dessa luta, ao longo das três últimas décadas foi, para nós, uma experiência impar e condição necessária para atingirmos a finalidade que nos propomos com este estudo. Temos a pretensão de contribuir, dentro de nossas limitações, para a compreensão da atual situação organizacional dos trabalhadores e apontarmos, na medida do possível, para caminhos que possam conduzir a um melhor (re)pensar dessa organização. Dito de uma forma mais concisa, objetivamos, nesta dissertação, conhecer a realidade organizacional dos trabalhadores-alunos, ou sejam, os alunos que freqüentam o ensino noturno na condição de trabalhadores já engajados no mercado de trabalho ou em busca de seu primeiro emprego. Diante das recentes transformações ocorridas nas relações capital/trabalho, consideramos relevante abordar essa problemática, a fim de melhor participarmos, na condição de educador, da discussão e do processo de implantação de grêmios estudantis, bem como para encaminharmos reflexões sobre a prática organizacional da classe trabalhadora. Visamos a construção de uma consciência crítica, capaz de auxiliar no enfrentamento do capital e na criação de uma sociedade fundada nos critérios socialistas. Pretendemos, ademais, contribuir, pela prática, para a desmistificação das idéias que tendem a colocar os grêmios a serviço das direções escolares em detrimento dos interesses maiores dos estudantes, por um lado, e do discurso em prol de um sindicalismo de oportunidades¹, por outro.

¹ Entendemos por sindicalismo de oportunidades, a tendência que alguns trabalhadores apresentam de perceberem os sindicatos (entenda-se como sendo a diretoria dos mesmos) como únicos responsáveis pelo

Esta pesquisa está intrinsecamente imbricada no Núcleo Trabalho e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FAGED-UFC – que prima, em sua fundamentação, por tentar traçar a relação entre trabalho e educação, destacando a necessidade de se implantar a escola unitária, na perspectiva de uma mais eficiente formação do trabalhador, inserido num contexto social de cunho socialista.

Atrelar a luta dos trabalhadores ao seu processo educacional é condição indispensável para a obtenção de um melhor resultado no embate, que sempre se faz necessário travar, para garantir algum tipo de melhoria social para a classe, pois, conversando com LIBÂNEO² (1986:163), percebemos que “O processo de mudança social não se faz sozinho nem apenas com a prática, mas também pelo conhecimento”.

Este nosso trabalho não trata apenas de (re)conhecer a realidade de uma forma realista e quantificá-la, houve de nossa parte uma preocupação maior em conhecer mais profundamente aquilo que está por trás dessa mesma realidade e que acaba contribuindo para a forma de pensar e de agir dos sujeitos sociais, que chega a deturpar o entendimento da realidade vivenciada, causando dificuldades à construção de relações mais legítimas entre as partes e no estabelecimento de uma sociedade para além do capital.

Demos a este estudo um caráter metodológico de investigação que pode ser caracterizado como “misto”, pois ele comporta análises elaboradas numa perspectiva histórica documental, uma prática que se enquadra no processo investigativo de “estudo de caso” e, por fim, buscamos através da técnica da descrição relatar os fatos constatados. Desta forma, objetivamos nos aproximar de duas esferas que representam, por si só, a maioria da população de qualquer país: a estudantil e a trabalhadora. Para atingirmos nossos objetivos, procedemos inicialmente a uma revisão da literatura e demos destaque a uma prática vivenciada,

sucesso ou insucesso das lutas trabalhistas, sem que os próprios trabalhadores se engajem diretamente nelas, evidenciando, desta forma, uma concepção individualista tão do apreço do capital.

² LIBÂNEO, José Carlos: Psicologia educacional: uma avaliação crítica.

às quais associamos os resultados coletados em uma pesquisa empírica que problematizam o assunto em tela.

Para tanto, procuramos alinhar a seqüência de discussões aqui apresentadas de modo a formar um bloco coerente com os objetivos a serem atingidos, partindo da base já apontada, que foi sobremaneira evidenciada pelos resultados da pesquisa realizada por VIANA (1996)³, da qual participamos enquanto bolsista do Programa de Iniciação Científica, patrocinado pelo CNPq.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo que cada um apresenta uma correlação com os demais, na tentativa de formar esse todo, unitário, que constitui o objeto da pesquisa que desenvolvemos. O nosso propósito foi, ao longo do período de busca e observação da realidade circundante, fazer uma análise abrangente da problemática da organização dos sujeitos envolvidos, partindo do princípio de que eles são os trabalhadores de hoje ou serão os trabalhadores de amanhã.

No primeiro desses capítulos procuramos compreender, através da revisão da literatura, a história das relações entre trabalho, educação e organização da classe trabalhadora no Brasil e tomamos, com ponto de referência, a análise de estudiosos marxistas⁴. Pela análise das concepções que estes estudiosos fazem dessas relações, procuramos ampliar nossa visão sobre a estrutura educacional e organizativa que hoje é ofertada à classe trabalhadora no Brasil.

O segundo capítulo é destinado a uma breve análise das transformações ocorridas no sindicalismo brasileiro nas décadas de 70 a 90, através da qual procuramos compreender a postura comportamental dos nossos sindicatos diante das recentes transformações que vem ocorrendo no campo do trabalho. Para esse fim, recorreremos, principalmente, a dois dos mais conceituados analistas dessa problemática – Antunes e Boito Jr. – e procuramos analisar a reação da Central

³ A Escola Pública Noturna de 2º Grau Para os Trabalhadores-Alunos: uma questão de vida e luta. Na pesquisa, a autora faz um estudo das condições em que se desenvolve o ensino noturno a partir da premissa que este período de estudos está mais direcionado aos trabalhadores já engajados no campo do trabalho.

⁴ Para além do próprio Marx, procuramos dialogar com Gramsci, Lukács, Manacorda, Nosella, Ricardo Antunes, Saviani, Lessa, Mochvitch, Golfe, Nogueira, entre outros

Única dos Trabalhadores – CUT, perante os ataques desferidos pelos governos neoliberais contra a classe trabalhadora.

No terceiro capítulo procuramos rever um pouco a trajetória do movimento estudantil no Brasil, durante o mesmo período histórico, de tal forma que nos fosse possível analisar as causas que têm motivado um certo marasmo nos nossos estudantes, quando direcionamos o olhar para uma atuação mais voltada para os interesses das classes menos favorecidas, de um modo mais genérico. Essa revisão, entretanto, não nos foi muito fácil, principalmente pelo enfoque mais objetivo que pretendemos dar-lhe e que busca destacar mais as ações do Movimento Estudantil – ME – nos limites da educação básica. Para tanto procuramos destacar a atuação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, compreendendo-a inserida num contexto mais amplo representado pela União Nacional dos Estudantes – UNE.

No quarto capítulo procuramos fazer uma análise crítica da atuação dos Grêmios Estudantis, enquanto instituição legal e primeira representante do estudante, no contexto que pretendemos centralizar nosso enfoque. Para tanto, buscamos perceber-lhe o papel dentro de um propalado modelo de gestão participativa. Procuramos, ainda, estabelecer uma diferenciação entre o discurso oficial e a prática efetiva nas nossas escolas. Valemo-nos, desta feita, de literatura específica sobre a prática da gestão participativa e de entrevistas que realizamos com uma diretora e o professor articulador comunitário de uma escola pública que oferece o curso noturno.

No quinto capítulo procedemos à análise dos conceitos e reflexões que 25 alunos, regularmente matriculados em duas escolas públicas noturnas, fazem sobre sindicato e sobre grêmios estudantis. Para isso, utilizamos vários procedimentos de coleta de dados: a entrevista informal com alguns alunos, a observação e a participação no processo de implantação de dois grêmios e, por último, tomamos parte em um seminário realizado pelo CREDE 21, desta capital, onde se debateu a situação do movimento estudantil e ao qual estiveram presentes representantes de grêmios já em funcionamento e de escolas que estavam estudando a possibilidade de fazer a implantação da sua entidade gremista.

Por último, e em decorrência do estudo realizado, procuramos tecer algumas considerações finais, através das quais pretendemos dar a nossa colaboração para o enriquecimento da discussão em torno da organização das classes menos favorecidas, vislumbrando, por esse viés, uma maior possibilidade de se concretizarem as transformações capazes de nos conduzírem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A trajetória traçada não foi simples de ser percorrida, mas, ao final deste trabalho, sentimo-nos recompensados, pois estamos conscientes que, à nossa maneira, demos nossa parcela de contribuição para o alargamento da compreensão da possibilidade de construção de uma sociedade alternativa a esta, do capital, que vivenciamos.

A nossa persistência em levar adiante esta empreitada deve-se ao fato de considerarmos o tema abordado de relevância para a classe estudantil, perante a escassez de estudos desse fenômeno que precisa ser captado e compreendido. Quanto à relevância do tema, é importante atentar para as palavras de Snyders⁵ (1981:102) quando afirma que:

“As reivindicações dos alunos transformam-se numa das forças motoras da escola – e igualmente as reivindicações dos pais: umas e outras têm de ultrapassar o estágio de utopia anarquizante para tomarem forma em organizações conscientes e responsáveis”.

É essa “força motora”, que pode ser intuída da postura mais ou menos crítica dos alunos, que pretendemos destacar neste nosso estudo, colocando na mesa de discussão dois aspectos relevantes, dois lados de uma mesma moeda: de um lado, a deficiência de formação crítica-reflexiva-participativa proposta pela nossa legislação de ensino e, do outro lado, a resistência de poucos, reconhecidos heróis na luta por transformações significativas no atual modelo educacional e organizativo da classe, o todo mediado pela ação da escola.

Para uma maior compreensão do papel que a escola, o movimento estudantil e os comunitários podem desempenhar na transformação da sociedade, continuamos

⁵ SNYDERS, Georges. Escola, classes e luta de classes.

pedindo a Snyders que nos mostre um pouco mais de sua análise sobre o assunto. E ele aprofunda seu raciocínio declarando-nos que:

“A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. O seu aspecto reprodutivo não a reduz a zero: pelo contrário, marca o tipo de combate a travar, a possibilidade desse combate, que ele já foi desencadeado e que é preciso continuá-lo. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objectiva de luta” (p.106).

Esta foi a perspectiva que balizamos para desenvolver a investigação que nos propusemos perpetrar. Acreditamos ter atingido o objetivo de fazer um pouco mais de luz sobre a necessidade de organização da classe trabalhadora e, pelo viés da organização estudantil, das classes menos favorecidas como um todo, na busca por uma forma de combater o capitalismo que nos avassala e destrói a cada dia que passa.

Do objeto de pesquisa, dos procedimentos metodológicos e dos objetivos.

O interesse maior que nos motivou a realizar este estudo está diretamente relacionado com a necessidade que sentimos quando nos detemos um pouco mais detalhadamente para analisar as circunstâncias em que se dá a organização estudantil, via Movimento Estudantil – ME – nas escolas de ensino fundamental e médio e a sua possível interferência – positiva/negativa – na organização do trabalhador. Assim surge o presente trabalho “**ENTRE O SINDICATO E O GRÊMIO: como se organiza o trabalhador-aluno**”. Esta cronologia é que vai nos orientar nos procedimentos de análise, seja na revisão da literatura existente e encontrada, seja na análise mais empírica desenvolvida a partir das entrevistas a uma diretora de escola pública noturna, a um professor articulador comunitário, a alunos dos referidos cursos e da discussão a respeito da implantação de dois grêmios estudantis. Outro momento importante, que fundamentou a discussão a respeito do grêmio estudantil, foi a nossa participação em um seminário, no qual estiveram representadas algumas escolas desta capital, através de seus estudantes, para discutirem a necessidade de todas as escolas terem o seu grêmio implantado, como forma de poderem melhor se enquadrar na perspectiva de uma Gestão Participativa que o governo pretende implantar nas escolas públicas.

Traçar um objetivo geral, neste caso, impunha-nos a análise de duas vertentes que desembocam em um só sujeito social, o trabalhador-aluno, assim chamado, pois incorpora, a uma só vez, aquele sujeito que já se encontra inserido no modelo produtivo ou em busca de uma primeira oportunidade e é, também, aquele trabalhador que, por motivos de exclusão, sejam eles sociais, trabalhistas ou educacionais, se viu privado de dar prosseguimento a seus estudos, em tempo considerado normal, e que agora, por imposição das transformações ocorridas no campo do trabalho, se vê obrigado a retornar à sala de aula. Este nosso trabalhador-

aluno procura dar continuidade a seus estudos, em cursos noturnos, muitos deles supletivos, como forma de adquirir a certificação de conclusão de estudos que lhe possibilite uma maior chance de acesso aos postos de trabalho oferecidos. Em igualdade de condições educacionais, freqüentando esses mesmos cursos, encontramos os alunos ditos regulares que, uma vez terminados os estudos, estarão em busca da sua oportunidade de inserção nesse mesmo setor produtivo.

Destarte e em face de uma tão vasta gama de realidades, outro não poderia ser o objetivo mais geral que aquele de analisar como se processa a organização estudantil, no ensino fundamental e médio, para melhor lhe percebermos a importância na formação de uma consciência crítica do trabalhador. Num segundo momento pretendemos compreender qual a significação, conceituação e participação dos trabalhadores-alunos nas atividades desenvolvidas por essas entidades organizacionais, de forma a melhor podermos nos embrenhar numa tentativa de conscientização dos sujeitos envolvidos, de tal modo que possam incluir-se de um modo mais consciente na parcela populacional que luta pela transformação da sociedade de que faz parte. Por último, dentro dessa linha de raciocínio, desejamos desvelar como a possível incidência de trabalhadores sindicalizados, no contexto escolar, pode contribuir para essa nova organização gremista e, por outro lado, como essa organização gremista poderá contribuir para o despertar do trabalhador no que diz respeito à sua organização sindical.

Não temos a intenção de atrelar mutuamente a existência dos dois movimentos, apenas pretendemos perceber como ambos podem contribuir, enquanto movimentos conseqüentes e complementares, para a formação geral do trabalhador numa perspectiva mais voltada ao processo de transformação da sociedade do capital que nos é imposta.

Para que pudéssemos compreender melhor as interconexões que é possível estabelecer entre essas duas realidades, recorreremos ao método dialético, pois, em um diálogo inicial com Marx, percebemos que ela é aquela que mais e melhor pode fornecer as condições objetivas de “apropriação em pormenor da realidade estudada: é a análise que colocará em evidência as relações internas, cada

elemento em si”⁶. Por outro lado, buscamos em Kosik (1976:12)⁷, uma confirmação para esta nossa escolha, pois o autor nos afirma que “captar o fenômeno (...) significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde”. Podemos, ainda, dialogando com Lessa, para compreender melhor que “o fato do conhecimento nunca esgotar o seu objeto não significa que apenas possamos conhecer o singular e o parcial, que a totalidade seja uma dimensão interdita à consciência”⁸.

Para a construção de um embasamento teórico procuramos entre as produções que colocam sob holofotes as três últimas décadas, pois consideramos serem elas aquelas em que maiores transformações ocorreram no mundo do trabalho, conseqüentemente, nas relações empregado/empregador e nas formas de organização dos primeiros, configurando, assim, novas tendências relacionais. Assim, a partir do início da década de 80, com a chamada transição democrática na política brasileira e sob a influência das transformações e mudanças impostas pelo capital no campo do trabalho, delineou-se um novo quadro de mobilização e organização social, suficientemente amplo para provocar mudanças nas relações de poder em todas as áreas, inclusive na educação. Pelo lado do trabalho, essas transformações e essas mudanças vão “ora no fluxo, ora no contrafluxo dessas tendências”, é o que nos revela Antunes (1998:79)⁹. Pelo outro lado, aquele da educação, a implantação de um processo eletivo dos diretores tem uma relação direta com a tentativa da conquista da autonomia da escola, tema cuja importância vem num crescendo desde a década de 80 e proclamando, a partir da implantação da comissão encarregada de redigir o novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1988¹⁰, a adaptação de um novo paradigma na gestão escolar – a gestão participativa.

⁶ Conforme Marx, apud Gadotti, M. O método dialético. In: Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1986, (p. 31).

⁷ KOSIK Karel. Dialética do Concreto.

⁸ LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a). IN: Revista Praia Vermelha. Vol.1, No. 2, 1º. Semestre de 1999, p. 142.

⁹ ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, R. (org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1998.

¹⁰ Cf. o primeiro substitutivo do Dep. Jorge Hadad ao projeto inicial de LDB, em seus Artigos 9º, 15 e 21. Neste último, em seu inciso I, é possível ler-se: “constituição de conselhos escolares com representação da comunidade interna e externa à escola”. São igualmente interessantes, a esse respeito, os incisos II e III, desse mesmo Art. 21.

Quando buscamos recolher elementos capazes de nos auxiliarem na análise do fenômeno abordado, procuramos em primeiro lugar, no campo empírico, através de entrevistas, captar não só a visão como também a forma de aplicação prática do estabelecido pelo discurso oficial que veio fortalecido pelo texto legal. Assim, neste norte, escolhemos como elementos a fazerem objeto da parte empírica da pesquisa, duas escolas públicas¹¹, representantes de dois contextos diferentes. A diferença entre elas está na localização espacial, pois uma delas está inserida em um dos bairros mais populosos da capital, considerado bairro dormitório – o Conjunto Ceará – e a outra está localizada no município vizinho de Maracanaú – onde se localiza o distrito industrial de Fortaleza. Além desse fator, outros incidiram e contribuíram para esta nossa escolha. O primeiro e talvez mais significativo é aquele que diz respeito ao nosso conhecimento dessas duas realidades, pois já estivemos lotados, como educadores, em ambas as escolas. O segundo, por termos conhecimento de que em uma dessas escolas já existe um grêmio estudantil implantado há alguns anos e que, na outra, fomos partícipes do processo de implantação do grêmio, quando de nosso trabalho naquela unidade de ensino. Vale salientar, acreditamos, que esse nosso envolvimento nas duas unidades de ensino se deu antes de iniciarmos a nossa pesquisa, muito embora já tivéssemos pensado em realizá-la.

Por termos esse conhecimento, adquirido pela prática, é que nos permitimos levantar a problemática a ser estudada. Se, de um lado, temos a consciência de que o processo histórico brasileiro se caracteriza por um permanente rompimento de idéias, de aspirações e de antagonismos político-econômicos e educacionais, por outro, sabemos, também que, apesar de o discurso oficial evidenciar sobremaneira uma formação e “qualificação para o trabalho”¹², a realidade educacional e formativa do trabalhador, no Brasil, deixa muito a desejar nesse campo específico, por falta de adoção e respeito às normas vigentes. Em nosso fazer cotidiano temos percebido o quanto a escola tem trabalhado para divulgar a ideologia dominante, não de uma forma direta, mas obstacularizando, de uma maneira mais indireta, a discussão de problemas intimamente ligados à atual situação enfrentada pelo

¹¹ Preferimos manter o anonimato dessas escolas para evitar possíveis constrangimentos a qualquer dos sujeitos sociais que a ela estão relacionados.

¹² Cf. Art. 2º. da Lei 9 394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

trabalhador, apelando para a aplicação de um método mais conteudístico carregado dessa mesma ideologia.

Esse fazer diferenciado, entre um discurso que evidencia uma pretensa vontade do capital para qualificar o trabalhador e a prática menos criteriosa, do ponto de vista da formação ampla e geral da classe trabalhadora, fica sobremaneira evidenciado pelo dualismo educacional hoje praticado no país; de um lado a escola particular, destinada à formação dos novos quadros para darem continuidade ao processo de gerenciamento aplicado pela classe dominante; de outro, a escola pública, que deveria formar o capital humano capaz de fazer funcionar o processo, de tal modo que o capitalismo se afirme e obtenha mais lucros, mas que não consegue cumprir satisfatoriamente a missão que lhe é destinada, até por encontrar resistência do próprio corpo discente.

A forma de resistir e de lutar contra essa situação mais complexa, na qual se insere aquela pela educação de qualidade e que atenda os anseios dos alunos, deveria ser objeto da organização estudantil que, hoje, na grande maioria dos casos, está desvirtuada. Procurar as causas que originam essa situação, como forma de melhor podermos contribuir para que essa organização possa atingir outros fins que aqueles que lhe estão desejando atribuir, constitui, a nosso aviso, a problemática que deverá ser elucidada neste nosso estudo.

CAPÍTULO I

TRABALHO, EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO MARXISMO: OU A BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO.

Quando se pretende analisar as relações existentes ou aquelas que poderão vir a ser estabelecidas entre o trabalho e a educação, dentro da linha de análise que nos propomos seguir, não há como ir em frente sem lançar mão da teoria marxista.

A análise de alguns dos poucos, porém expressivos textos de Marx afetos à educação¹³, assim como de alguns postulados de Engels e Gramsci, constituíram a base mais sólida sobre a qual procuramos fundamentar a situação organizacional dos trabalhadores-alunos. Essa análise emprestou-nos a clareza suficiente para efetuarmos injunções, a partir das quais tecemos as considerações finais. Para complementarmos esse estudo, colocamos à mão outras obras dos referidos autores que, por vezes, nos são apresentadas por alguns de seus exegetas¹⁴, mas que serviram para nos elucidar um pouco mais sobre o assunto em tela. À luz deste referencial, das informações oriundas da pesquisa de campo realizada e da consonância entre os resultados obtidos e uma experiência de vida pessoal de cunho mais empírico, é que analisamos a problemática levantada.

Dentro da perspectiva a ser desenvolvida, era necessário procurar compreender a visão que Marx e Engels projetavam para um novo modelo de ensino destinado à formação dos homens, capazes de transformar a sociedade em que estes estavam inseridos. Nesse sentido, “as propostas de Marx e Engels¹⁵ se movem num horizonte bem concreto: criticar a atual instituição escolar e mudá-la”¹⁶.

¹³ Esses textos estão condensados em uma obra editada pela Editora Moraes, 2^a. Edição, de 1992 e que tem por título: *Marx e Engels – Textos sobre educação e ensino*.

¹⁴ Estão neste caso, José Paulo Neto, Paolo Nosella, Mario Manacorda, Sérgio Lessa, entre outros.

¹⁵ A atualidade aqui referida diz respeito ao contexto histórico em que o pensamento dos dois filósofos foi desenvolvido, o que, podemos afirmar, está em perfeita harmonia com a situação hodierna e nos levou a refletir a “atualidade” de escritos que têm cerca de cento e cinquenta anos de existência.

¹⁶ Marx e Engels: textos sobre educação e ensino (p. 4). Acredito ser conveniente deixar aqui anotado que a Editora Moraes, responsável por esta obra, não fornece outra informação que não seja a origem dos textos que,

Mas para melhor compreendermos as mudanças preconizadas por Marx, que se faz necessário realizar em nosso sistema educacional e quais os caminhos que a educação deve percorrer a fim de melhor qualificar o trabalhador para o embate, que se anuncia cada vez mais intenso, entre trabalho e capital, acreditamos que uma leitura interpretativa e analítica da proposta de Gramsci¹⁷ possa nos ajudar nessa tarefa.

A proposta gramsciana para a educação, segundo o próprio Gramsci, nasce de uma pesquisa e “a primeira parte da pesquisa poderia ser uma crítica metódica das obras já existentes sobre os intelectuais(...)”¹⁸. Para o filósofo italiano é possível distinguir dois tipos de intelectuais e Nosella (1992:110-1)¹⁹, apoiando-se no pensamento gramsciano, afirma que “de fato há duas grandes formas de engajamento social do intelectual: a tradicional e a orgânica”. Para o desenvolvimento de nosso trabalho, a forma que mais e melhor precisamos compreender é a orgânica, mesmo se, tal como Gramsci, respeitamos a função do intelectual tradicional. Esta escolha não se deve a um acaso, ela está diretamente relacionada à função que devem desempenhar os sujeitos envolvidos na nossa pesquisa, pois o próprio Gramsci conceitua “orgânico” como sendo “um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo aspecto organizativo” , ainda segundo Nosella (1992:112).

Um outro interprete do pensamento gramsciano, MOCHCOVITCH²⁰, entende que o intelectual tem por função

(...) homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação historicamente determinada ou, negativamente, de a tornar

segundo anotação da própria editora, foram retirados da obra de François Maspero: Critique de l'éducation e de L'enseignement, e que esta é a segunda edição da obra, no Brasil, datada de 1992. Não há informação de quem fez a tradução e na nota de apresentação pode-se ler: “Ao realizar esta edição tivemos em conta as antologias e estudos existentes sobre o tema. (...) Em nosso país apareceram diversos trabalhos – traduzidos e originais – sobre os problemas do ensino e a pedagogia do ponto de vista do marxismo; até agora, porém, carecemos de um volume como o presente” (p.13).

¹⁷ Destacamos, em meio à extensa obra gramsciana, o Caderno n.º 12: A Escola Unitária. Para fazermos essa leitura recorreremos à Obra de Paolo Nosella: A escola de Gramsci e a textos de outros autores, que citaremos no momento oportuno, encontrados na internet.

¹⁸ C.12, p. 1516. Apud Nosella, (1992:110).

¹⁹ Nosella, Paolo. A escola de Gramsci.

²⁰ MOCHCOVITCH, L. G., Gramsci e a Escola. Apud Osvaldo Luís GOLFE. Gramsci e a escola. (Documento encontrado na internet).

autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. O intelectual não é, pois, o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais hegemônica a concepção naturalmente heteróclita desta classe".

A formação desses intelectuais tradicionais é realizada por uma escola tradicional, em crise, e para suplantar essa crise que se abateu sobre essa escola, Gramsci²¹ aponta uma solução:

'A crise terá uma solução que racionalmente deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que tempere equilibradamente o desenvolvimento das capacidades de trabalhar manualmente ((técnica, industrialmente) com o desenvolvimento das capacidades de trabalhar intelectualmente. Deste tipo de escola única, através de experiências repetidas de orientação profissional, o aluno passará para uma das escolas especializadas ou para o trabalho produtivo"

Essa proposta de Gramsci está, como não poderia ser de outra forma, em plena sintonia com o pressuposto marxista, segundo o qual o trabalho deve ser considerado "a categoria fundante do ser social"²² e constituir-se no "princípio educativo universal"²³ desse mesmo ser. O próprio Marx aponta o tipo de escola que deve ser oferecida à classe trabalhadora quando diz que: "o parágrafo sobre escolas deveria exigir, pelo menos, escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com as escolas públicas"²⁴.

A proposta de Gramsci que aponta para a escola única traz implícita uma outra proposta, que nós também defendemos, que é a proposta de sociedade única, isto é, uma sociedade nos moldes socialistas, menos excludente e desigual que esta, neoliberal, que vivenciamos. Pelas palavras do próprio Gramsci²⁵:

"A chegada da escola unitária significa o começo de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário refletir-se-á portanto em todos os organismos de cultura, transformando-os e imprimindo-lhes novo conteúdo (...) Numa nova situação de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as

²¹ C. 12, p. 1531. Apud Nosella (1992:114).

²² Lukács. Ontologia do ser social. Apud Lessa (1997:142).

²³ Nosella (1992:115)

²⁴ K. Marx. Crítica do Programa de Gotha. In: Marx e Engels: textos sobre educação e ensino. (1992:91).

²⁵ C. 12, p. 1538. Apud Nosella (1992:115).

academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, se encaminharão para o trabalho profissional bem como (deverão se tornar) um espaço de encontro entre estes e os universitários”.

Para GOLFE²⁶, “Gramsci tem uma visão mais positiva com relação à escola: acredita que ela pode ser transformadora de uma sociedade à medida que proporciona às classes meios iniciais para uma posterior organização e até a capacidade de governar”.

Mas, essa escola proposta por Gramsci poderia representar algum perigo se não atentarmos para essa possibilidade e não impedirmos uma perpetuação e cristalização das diferenças sociais que ainda hoje se registram. Segundo a professora Rosemary Dore Soares²⁷, é ele mesmo quem nos aponta o caminho a seguir para impedir esse acontecimento, quando diz que não devemos

multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige .

Para objetivarmos este tipo de trabalho precisamos colocar um fim a uma concepção educacional dicotômica, que tende a separar a realidade vivenciada do conteúdo ministrado na atual escola, fazer com que o aluno passe a encontrar nela uma integração entre o currículo e a realidade vivenciada por ele e que satisfaça a sua necessidade de saber. Para Nosella (1992:124), a proposta de Gramsci, quando aponta para a escola única, tem como

“objetivo último (...) ‘transformar em liberdade o que hoje é necessidade’. Trata-se portanto de uma escola da liberdade, isto é, de uma escola onde se ensine a ser livre. Esta liberdade, assim como a fantasia, não é abstração, mas é historicamente determinada”.

²⁶ GOLFE, Osvaldo Luís. Gramsci e a escola. Documento retirado da internet no site <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramsalt.htm>

²⁷ Apud Marco A. Nogueira, (retirado da internet, no site <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramsalt.htm>), segundo o qual “a professora **Rosemary Dore Soares** nos convida a percorrer os complexos caminhos da história intelectual da escola sob o capitalismo realizado. Leva-nos a acompanhar a discussão que filósofos, pensadores e pedagogos de diferentes nacionalidades e formações travaram sobre a escola, sobre seus modelos organizacionais, seus métodos de ensino, seu sentido e sua perspectiva. Oferece-nos um panorama abrangente e elucidativo, com o qual aprendemos e crescemos”.

Essa era também a preocupação de Marx quando pensa “em introduzir um novo tipo de ensino, unindo o trabalho manual ao intelectual e pretende estabelecer as bases de um sistema novo que terminará com a ideologização da ciência e as estruturas familiares e educativas estabelecidas”²⁸. Essa preocupação do nosso filósofo manifesta, de forma clara, o desejo de ver abolida a divisão do trabalho em intelectual e braçal imposta pelo capital. Desvela-se, aqui também, um outro tipo de preocupação, aquele que aponta para a construção de uma forma mais profunda de emancipação social e humana, a partir do processo de formação educacional escolar, o que, aliás, Gramsci também nos mostra. É Marx²⁹ quem afirma que

“(…) a relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda clareza os processos educativos e manifesta os pontos em que é necessário pressionar para conseguir sua transformação, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma muito especial a emancipação humana”.

Mas esse desenvolvimento tem um preço a ser pago pela elite social, um preço elevado, no plano das relações sociais, que implica na desalienação da classe trabalhadora. A nossa preocupação maior, neste estudo, nos conduz a uma análise mais aprofundada das relações trabalho/educação pelo viés da organização do ser social que a elas está submetido: o trabalhador-aluno. Logo, essa nossa preocupação estar implicitamente ligada à qualidade de ensinamentos recebidos por esse ser social. Por isso, hoje mais do que nunca, pelas características que estão configurando o mundo do trabalho, sentimos o quanto o trabalhador está disperso, necessitado de um esclarecimento, de uma direção, de um sentido para a vida, um significado para as coisas que a atual educação tenta repassar-lhe. Mesmo na suposta “nova educação”³⁰ fala-se muito em planos visando um melhor aproveitamento, um melhor aprendizado, uma melhor formação/qualificação para o trabalhador, mas continuamos a formar mão-de-obra para o capital. Por esse motivo, concordamos plenamente com Marx³¹ quando avalia que

²⁸ Marx e Engels: textos sobre educação e ensino, p. 5.

²⁹ Idem, p. 7.

³⁰ Queremos significar, aqui, as mudanças que a nova LDB supostamente apresenta em relação ao ensino profissionalizante.

³¹ Marx e Engels: textos sobre educação e ensino, (p. 59).

“Seria ótimo que as escolas elementares iniciassem a instrução das crianças antes dos nove anos. Porém, por agora, só nos preocupamos com antídotos absolutamente indispensáveis para resistir aos efeitos de um sistema social que degrada o operário até o ponto de transformá-lo em um simples instrumento de acumulação de capital e que fatalmente converte os pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos”.

A análise que podemos fazer das palavras acima transcritas é que essa condição vem se perpetuando e, de nossos dias, o sistema educacional ainda preserva, fundamentalmente, as mesmas características que já marcavam aquele tempo histórico. Podemos afirmar mais ainda que, malgrado as várias tentativas envidadas por muitos de nossos intelectuais, a escola continua sendo meio e fim de propagação da ideologia dominante. Precisamos compreender, também, que, para vencer a luta que se trava entre o trabalhador e o detentor dos meios de produção, se faz necessário instrumentalizar o trabalhador, via educação, mas que, para isso e no atual contexto da escola de Estado, é preciso organizar a classe menos favorecida para ela ganhe força de barganha e consiga, através de lutas organizadas, ter acesso a uma educação qualidade que lhe possibilite ter uma maior compreensão dos processos de produção. Só assim o trabalhador poderá ter acesso a uma educação “desinteressada”³², em substituição àquela que Gramsci considera de “interessada”, imposta pela industrialização, “que é profissionalizante, técnica e ideologicamente imediatista”³³.

O fator educacional da classe proletária exerce uma forte influência nas relações entre empregados e empregadores. Sem conhecimentos mais aprofundados que lhe permitam argumentar, contrapor-se aos “saberes” burgueses, o proletário oferece condições para que a burguesia crie condições tais, que levaram Engels³⁴, a afirmar, já no contexto histórico que lhe é particular, que “a Inglaterra manifesta um fato notável: quanto mais baixa se encontra uma classe no seio da sociedade e mais inculta no sentido corrente do termo, mais próximo está do futuro e do progresso”. Por outras palavras e na nossa apreciação, a falta de cultura da classe operária era vista como um fator de desenvolvimento, na medida em que quanto menos culta, menos questionadora e, como tal, maior seria a submissão e maiores seriam os lucros alcançados pela classe dominante – a burguesia.

³² A esse sujeito ver, por exemplo, Marx: Instruções aos delegados (1866) e Gramsci: C.12, p.1530.

³³ C. 12, p. 1530, Apud Nosella (1992: 113).

³⁴ Marx e Engels: textos sobre educação e ensino, (p. 45).

Podemos afirmar, neste caso, que é de interesse da classe dominante manter o proletariado num estado educacional que lhe permita desenvolver as atividades necessárias a um constante aumento dos lucros, mas sem, contudo, chegar a colocar em risco o domínio do capital. Acreditamos ter sido nesse sentido que Marx³⁵ tenha procurado assinalar que,

“(...) o aparato escolar levantado pelo modo de produção capitalista se configura ideologicamente não só em função dos componentes explicitamente – tematicamente – ideológicos que comporta, mas também porque cria – e consolida – um marco de cisão onde a alienação da força de trabalho é um fato natural”.

Para contrapor-se a esta situação, Gramsci, que toma por base o pensamento de Marx para desenvolver sua teoria filosófica, apresenta-nos quatro lições, como a ensinar, aos nossos docentes engajados no processo de formação do trabalhador, a resposta à questão que nos é colocada de forma muito clara por Nosella (1992:39) quando pergunta “quais as lições e como se ensina na escola de Gramsci?”. Acreditamos estarem contidos nessas lições alguns segredos sobre o caminho a trilhar para se atingir a tão necessária transformação da sociedade. Para Gramsci³⁶, na primeira lição

“(...) devemos difundir a convicção que os problemas econômicos e morais desencadeados pela guerra podem ser resolvidos somente na Internacional Comunista, entendida como um sistema mundial de ditaduras do proletariado”.

O contexto em que Gramsci inscreve esta “primeira aula” é tenso, pois é aquele após o término da Primeira Guerra Mundial em que, segundo dados apresentados por Nosella (1992:30), “(...) os 600 mil mortos e os incontáveis feridos abaixaram os entusiasmos nacionalistas”. Mas, na atualidade, se é certo que não vivenciamos uma guerra mundial declarada, não é menos certo afirmarmos que as condições oferecidas ao cidadão são apenas um pouco mais favoráveis que aquelas vivenciadas naquela ocasião. Talvez, por esse fato mesmo, a adoção de uma postura como a descrita acima por Gramsci, se justifique plenamente.

³⁵ Idem, (p. 7).

³⁶ Ordine Nuovo, 53, 16.08.1919. Apud Nosella (1992: 39)

Não sei se cabe aqui uma comparação com a atualidade que vivenciamos no Brasil, mas, assim mesmo, arrisco tal atitude. Se levarmos em conta que, naquela época, a Itália e o mundo acabavam de vivenciar seis anos de uma guerra declarada e que hoje, no Brasil, “curtimos uma paz” que nos deixa um saldo anual mais elevado de mortes violentas, apenas na cidade do Rio de Janeiro, que em toda a guerra do Vietnã, parece-nos necessário que se repense não só o social como o econômico – causas maiores de tal catástrofe – e, em conseqüência, o educacional.

Na segunda lição, sempre segundo Gramsci³⁷, “precisamos difundir noções exatas sobre a ditadura do proletariado, entendido como sistema nacional de Conselhos operários e camponeses organizados em poder estatal”.

Gramsci aponta, nesta segunda lição, para a necessidade de organização do proletariado como forma de tomar o poder das mãos da burguesia para que se instale o poder a que ele chama de “ditadura do proletariado” e ele vai confirmar essa necessidade nas lições seguintes.

Na terceira lição, diz ele que “devemos educar os proletários para a gestão da fábrica comunista e para o autogoverno...”³⁸. Esta propositura nos acena com o caminho a trilhar para se conseguir instalar um sistema escolar no qual os trabalhadores possam construir seus próprios conhecimentos que venham satisfazer seus interesses.

E, por fim, na quarta lição afirma que

“(...) a eles [*proletários*] caberá a tarefa de popularizar os conceitos revolucionários, de desenvolvê-los no meio das massas locais adaptando-os às diferentes psicologias, moldando com seu espírito os problemas particulares das regiões, dos diferentes estratos e semi-estratos proletários”³⁹.

É com base nestas formulações de Gramsci que buscamos, neste estudo, analisar o modelo de formação e, principalmente, de organização que está sendo oferecido à

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

classe trabalhadora. Nesse norte, questionamos: na nossa realidade, é possível instalar um tal sistema de ensino? E arriscamos uma resposta que representa a nossa avaliação: sim, é possível. Mas também estamos convictos de que essa implantação exigiria sacrifícios, renúncia e a perfeita execução das lições que nos foram deixadas por Gramsci, principalmente a tarefa de popularização dos conceitos revolucionários. E vamos um pouco mais longe levantando o seguinte questionamento: poderia todo o sistema de ensino partir da escola-do-trabalho, na qual estariam engajados, entre outros, os sindicatos – enquanto organização dos trabalhadores – e os grêmios estudantis, como legais representantes dos estudantes?

Não poderíamos terminar esta busca de um embasamento teórico, através da revisão da literatura, sem dedicar algumas linhas ao ensino noturno. No Brasil é muito difundido esse modelo de ensino como sendo o ensino destinado ao trabalhador. Sob a alegativa de que esse modelo de ensino pretende sanar uma carência que se registra nas populações que não tiveram acesso ao ensino no período dito normal, esconde-se uma outra realidade bem mais obscura que essa apontada. Sob o tapete vermelho que o Estado estende na porta da escola ao trabalhador, coloca-se toda uma gama de injustiças sociais que causam a exclusão escolar e obrigam a população a engajar-se muito cedo no mercado de trabalho. Sob esse mesmo tapete esconde-se ainda uma vontade de, através de um ensino de qualidade ainda mais inferior que aquele do ensino dito regular, repassar ao trabalhador apenas o conhecimento suficiente para que ele produza mais lucros para o capital, sem uma preocupação em dar-lhe a formação mais condizente com a sua necessidade de compreensão da real situação em que se encontra.

Carvalho (1984:35), ao analisar as diretrizes que emanavam da Lei n° 5692/71 e mais especificamente como ficam distribuídos os alunos nos cursos públicos, aponta para “uma segregação relacionada com a origem social” e vai mais além ao dizer que

“Dessa maneira, a unificação formal do currículo não assegura a equalização das oportunidades educacionais, pois aulas no período diurno e aulas no período noturno,

após uma jornada de trabalho, configuram duas situações bem diversas e expressam a divisão em classes sociais que se reproduz no interior do ambiente escolar”.

Compreendemos por estas palavras que não se trata aqui de uma simples escolha de horários mais ou menos convenientes à distribuição imposta pela maior ou menor procura por vagas na escola e sim, para atender as necessidades daqueles alunos que, pelas razões já apontadas, já se encontram engajados no sistema produtivo ou estarem em busca de uma oportunidade. A esse respeito, a nova LDB (9394/96) destina toda a Seção V para tratar da educação de jovens e adultos, sem, contudo, colocar o acento mais especificamente no ensino noturno. Essa lei, aliás, faz pouca menção a esse modo de ensino, preferindo assegurar o direito ao acesso à educação de jovens e adultos “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e, um pouco mais adiante, estipulando que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas entre si”⁴⁰. Em que outro período pode esse trabalhador freqüentar a escola, senão o noturno?

Mas, lembra-nos muito bem Saviani (1999:215)⁴¹ a respeito das perdas que o trabalhador teve que sofrer com esta nova lei, em relação às anteriores, nas quais era prevista uma redução de horário de trabalho de até duas horas, para que o trabalhador pudesse estudar, muito embora saibamos que, na prática, essa regra não era cumprida. Em sua análise, o autor, acrescenta que “medidas como essas não tinham mesmo chances de figurar no texto legal nestes tempos neoliberais em que os direitos dos trabalhadores tendem a ser comprimidos, senão eliminados, jamais expandidos”.

Gostaríamos de ressaltar, por fim, que “o profundo amor que Gramsci tem pela igualdade rejeita qualquer rebaixamento cultural e escolar com vistas a proteger ou assistir os pobres: estes precisam apenas da igualdade de condições para estudar”⁴² e utilizarmos as próprias palavras de Gramsci para sintetizarmos nosso total acordo com seu pensamento:

⁴⁰ LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N.º 9.393/96. Art. 37, parágrafos 1.º e 2.º.

⁴¹ SAVIANI, D. *A nova lei da Educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

⁴² Nosella (1992:17).

“A nossa escola é viva porque vocês, operários, levam a ela a parte melhor de vocês, aquela que o cansaço da oficina não pode enfraquecer; a vontade de se tornarem melhores. Toda a superioridade de sua classe, neste turvo e tempestuoso momento, é evidenciada nesse desejo que anima uma parte sempre maior de vocês, o desejo de adquirir conhecimento, de se tornarem capazes, donos de seu pensamento e de sua ação, artífices diretos da história de sua classe”⁴³.

⁴³ Gramsci, Ordine Nuovo, 106, 20.12.1919. Apud Nosella (1992:38),

CAPÍTULO 2

BREVE ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO SINDICALISMO BRASILEIRO NAS DÉCADAS DE 70, 80 E 90.

Embora o início da história dos sindicatos remonte às décadas seguintes à Revolução Industrial, a nós interessa, para a efetivação deste estudo, destacar apenas as três últimas décadas do século XX, espaço temporal em que, no Brasil, se registram significativas transformações econômicas e políticas. Destarte, buscaremos fazer uma breve análise dessas transformações realizadas a partir dos anos 70.

Por esse tempo histórico, o Brasil vivenciava uma crise política, pois em 1964 implantara-se aqui um regime ditatorial militar. Nesse período, os sindicatos e os operários viveram um período de trevas, silêncio e lutas pulverizadas que se seguiram à decretação do AI -5, em 1968, o conseqüente endurecimento da ditadura militar e escalada da repressão contra o movimento democrático, operário e popular. Devemos ressaltar que esse Ato Institucional não afetou apenas sindicatos e trabalhadores, mas a população de um modo geral. O governo instalado pretendia, assim, desarticular um sindicalismo “confrontacionista”, e qualquer outra manifestação contrária a seus desígnios.

Dialogando com Boito Jr. (1999:115) é possível compreendermos um pouco melhor a significância da década de 70 para a história do movimento sindical. Segundo o autor, “a recessão de 1974 revelou-se o prelúdio de um longo período de crises intermitentes ...”. Essa nova realidade, criada pela recessão internacional, vai fazer com que “as associações patronais européias e norte-americanas (...) iniciem uma cruzada contra os direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia”, sempre segundo o mesmo autor. Esta crise mundial afetou de forma significativa o Brasil, onde a implantação

do programa neoliberal promove, entre outras coisas, desemprego, perdas salariais e de direitos já adquiridos, contribuindo ainda para o arrefecimento e a desarticulação da luta sindical e de organização política de vários segmentos sociais. Contra esse predomínio das elites dominantes fazia-se necessária uma ação contrária da classe trabalhadora, mas só em 1977 é que se deu a rearticulação do movimento sindical, quando da luta pelas perdas salariais que se haviam registrado em 1973. Na visão de Ruy (1995)

“Os principais temas, correntes de pensamento, e mesmo os embriões das atuais centrais sindicais já estavam presentes naquele movimento de caráter econômico, que pouco a pouco, de forma contrária, foi se transformando em luta política contra a ditadura militar e, mais tarde, desembocou nas três tendências que dominam o sindicalismo brasileiro hoje: o sindicalismo classista, claramente socialista; o sindicalismo reformista de fundo socialdemocrata; e o sindicalismo dito de resultados, aliado aos patrões e ao governo”⁴⁴.

Se atentarmos para as palavras de Ruy, é possível perceber um início de crise na reestruturação dos sindicatos no momento mesmo em que mais necessidade havia de se lutar contra um poder ditatorial e cerceador dos direitos dos trabalhadores. A divisão que já se percebia e que veio a efetivar-se no seio da organização dos trabalhadores, principalmente em função das lutas ideológicas que o regime militar engendrava, foi, a nosso entender, a brecha de que precisavam os empresários para, mais tarde e ditarem as novas regras do jogo, ante a desarticulação geral dos trabalhadores que se agravaria à medida que o socialismo iria perdendo força no mundo, após a queda da União Soviética. De qualquer modo, podemos afirmar que a década de 70 pode ser considerada uma década muito importante para os sindicatos, pois estes se haviam fortalecido pela luta contra a política econômica e o arrocho salarial.

Do final da década de 60 até meados da década de 70 foram notáveis as situações recessivas que engendraram, posteriormente, uma política chamada *milagre brasileiro*⁴⁵, durante o qual “o mercado de trabalho cresceu 9,2% ao ano”. Já nos anos seguintes, entre 1974 e 1978, esse crescimento foi de apenas 2,6%. O

⁴⁴ José Carlos RUY, na apresentação da obra de COSTA (1995).

⁴⁵ Esse período estende-se entre 1968 e vai até 1973, período em que a economia brasileira cresceu a taxas superiores a 10% ao ano.

crescimento do mercado de trabalho criou situações em que chegou “a faltar mão-de-obra, o que ocasionou significativo aumento no número de horas extras e o funcionamento das empresas em até três turnos”⁴⁶. Esse aquecimento do mercado de trabalho durou pouco, pois em 1981 o desemprego já atingia grande contingente de trabalhadores. O fortalecimento dos sindicatos, registrado na segunda metade da década de 70, “sofreu o impacto desorganizador da elevação das taxas de desemprego” durante a recessão de 81-82, segundo Boito Jr. (1999:118).

Vale aqui destacarmos o processo e o resultado da greve de abril de 1980, na qual os metalúrgicos de São Paulo radicalizaram seu movimento durante 41 dias, enquanto que as demais categorias de operários suspenderam-na ao fim de uma semana. Dessa situação tirou proveito o governo que aguardou a decretação da ilegalidade da paralisação para intervir nos sindicatos, prender as direções dos mesmos e proibir as assembléias em locais públicos. Este foi um marco para aqueles trabalhadores que não se intimidaram com a repressão armada, embora a avaliação final do movimento tenha feito aflorar as graves divergências que existiam no seio do movimento. Enquanto para uns (PCB) a greve foi uma derrota dos operários, para outros (PT) ela foi uma vitória.

Para Antunes (1998:71), a década de 80 foi uma “década de grande salto tecnológico, a automação e a robótica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital”. Com as novas tecnologias invadindo as fábricas, novos processos de trabalho vão aflorar. Desenvolve-se o controle da qualidade total⁴⁷. O toyotismo supera o fordismo e taylorismo, é a busca da maximização produtiva através da minimização de custos e do desenvolvimento das competências dos trabalhadores que, entretanto, vão perdendo muito do que já haviam conquistado historicamente. O desemprego estrutural entra em franca aceleração. Entram em cena os mais diversos métodos de trabalho: terceirização, parcialização, temporariedade etc.

⁴⁶ Silvio Costa, 1995, p. 52.

⁴⁷ Ainda ecoam em nossos ouvidos as palavras de Collor de Mello quando, para justificar a adoção do programa da qualidade total, dizia que “os carros brasileiros eram verdadeiras carroças”.

Com a diminuição dos trabalhadores efetivos nas indústrias registra-se uma queda acentuada nas filiações aos sindicatos que “esquecem a luta pelo controle social da produção”⁴⁸ que lhes garantiu uma década de glórias e conquistas entre os anos 70 e 80. Agora, nos anos 1990-2000, esses sindicatos “tramam sua ação dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital”⁴⁹.

Podemos dizer, apoiados em Beynon⁵⁰ (1998), que, à medida que o número de trabalhadores efetivos foi decaindo e aquele dos trabalhadores hifenizados⁵¹ crescendo, foi-se agudizando a crise sindical nos últimos anos. Para Antunes “reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho”⁵².

Os governos neoliberais, no Brasil, começam a ser considerados como tais a partir de Fernando Collor de Mello e vêm se estendendo até o atual, de Fernando Henrique Cardoso. Para Boito Jr. (1999:11), o neoliberalismo brasileiro é “tardio”, mesmo se comparado aos demais países da América Latina. Mas, embora tardio e sempre segundo Boito Jr. ,

“... a política neoliberal tem acarretado o fortalecimento econômico e político de sua própria base de sustentação. De um lado, o processo de sua implantação vai minando as forças de seus eventuais adversários (...) De outro lado, esse mesmo processo fortalece os setores das classes dominantes mais interessados no neoliberalismo ” (p.15).

Hoje, quando vivemos a virada do milênio, para Alves⁵³

“A experiência internacional mostra que a redução do emprego assalariado regulamentado tem sido acompanhado de uma forte precarização das relações de

⁴⁸ Ricardo Antunes, 1998, p. 73

⁴⁹ Idem, *ibidem*

⁵⁰ BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. IN: ANTUNES, R. (org.). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1998, (p.18).

⁵¹ Expressão usada pelo autor para designar aqueles trabalhadores que enfrentam diversos tipos de trabalho: em tempo parcial (*part-time-workers*), temporário (*temporary-workers*), emprego casual (*casual-workers*) e aqueles que trabalham por conta própria (*self-employed-workers*).

⁵² Ricardo Antunes, 1998 p. 79

⁵³ ALVES, 1997, p. 28.

trabalho. Isto tem gerado uma forte alteração na correlação de forças entre grupos sociais, criando instabilidades políticas e sociais, cujos custos são bastante elevados. Para evitar que isto ocorra, é necessário que se estimule, de modo permanente, o diálogo entre governo, empresários e trabalhadores na busca de soluções criativas para os problemas relacionados ao funcionamento do mercado de trabalho, sob pena de recair sobre o governo a solução de crises advindas de estratégias particulares dos outros atores. (...) Entretanto, a tendência de diminuição do grau de sindicalização, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, ameaça esse caminho alternativo. No Brasil, essa situação é agravada pelo frágil equilíbrio existente nas relações capital-trabalho, pelo baixo índice de sindicalização, bem como pela tendência de redução do mesmo devido ao crescimento do mercado de trabalho assalariado não-regulamentado”.

A citação é longa, mas necessária para que compreendamos melhor a tendência que começa a se desenhar nas relações capital/trabalho sob a égide do neoliberalismo, no período pós-90. Na sua análise da situação, Alves, aponta para um fortalecimento das negociações coletivas, se os trabalhadores quiserem participar da definição das metas e dos métodos de qualidade e da produtividade. Aponta ainda o autor, para a necessidade de se ter uma maior firmeza na disposição para negociar, acompanhada de transparência nas informações, o que requer, tanto do lado empresarial quanto dos trabalhadores uma mudança de comportamento.

Analisemos como as três esferas envolvidas no processo podem contribuir para as modificações da relação capital/trabalho, segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho⁵⁴ – e pela visão de Alves. Ao Estado caberia a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento efetivo de uma legislação mínima, assim como implementar “políticas macro e microeconômicas de geração de empregos e formular programas de apoio aos desempregados”⁵⁵. Para o Estado, a OIT aponta ainda como metas a serem atingidas:

- a) Obter condições de governabilidade.
- b) Redefinir seu papel no processo global de transformações.
- c) Assegurar a estabilidade de longo prazo das transformações.

⁵⁴ Deixamos de informar a data do documento da OIT, pois Alves, em sua análise não faz nenhuma referência que nos permita uma contextualização mais exata. Podemos avançar, apenas, que o autor vem analisando a década de 90.

⁵⁵ Idem, p. 29

Sabemos que o Estado, entretanto, conhece suas limitações e aponta, através de seus órgãos deliberativos, para a educação como a possível “salvadora da pátria”. O Ministério da Educação – MEC - propõe a criação de um novo Sistema Nacional de Educação Tecnológica, numa parceria que envolveria SENAI, CEFETs e Universidades⁵⁶. O Ministério do Trabalho – MTb – sinaliza para a preocupação com o desenvolvimento integral do indivíduo, tanto como trabalhador quanto como cidadão⁵⁷. Os sindicatos, por sua vez, fazem proposta para que a formação profissional seja integrada ao sistema regular de ensino, a partir de uma maior participação tanto da comunidade quanto dos segmentos organizados da sociedade no que diz respeito à gestão do sistema educacional.

O capital não pára por aí suas investidas para captar aquilo a que Marx chamou de mais-valia e vai preparando artifícios para conseguir a maior produtividade do trabalhador. Esta nossa afirmação confirma-se quando a CNI – Confederação Nacional da Indústria - no documento “Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional”, de 1996, determina qual deverá ser a participação dos sindicatos no gerenciamento das novas relações capital/trabalho e, assim, julga que essa participação sindical deverá:

“... se restringir apenas à orientação dos empregados para que estes participem mais ativamente da vida do empreendimento, o que pode ser feito através do estabelecimento de um plano de participação nos lucros que contemple a aquisição de ações ou cotas da empresa”⁵⁸.

Reflitamos um pouco sobre esta nova estratégia do capital. O trabalhador passa a ter acesso às anunciadas ações da empresa, mas na justa medida que suas economias lhe permitam comprá-las. No entanto, e por mais que consiga comprar algumas ações, o número será tão pequeno que não resultará em grandes benefícios para ele que, agora “dono” do seu posto de trabalho, vai trabalhar mais ainda e contribuir para o enriquecimento, cada vez maior, do verdadeiro dono da fábrica. É a apelação pela força do capital. Uma pergunta que deve ser respondida,

⁵⁶ Cf. Art. 39 da LDB. Para maiores esclarecimentos ver SAVIANI D. (1999:216).

⁵⁷ Para ALVES, essa preocupação do MTb, data de 1995 e o objetivo desse desenvolvimento seria uma formação profissional priorizando a empregabilidade do trabalhador. “Para os jovens e os adultos subeducados, o Ministério do Trabalho propõe que a prioridade deva ser a de ampliar as oportunidades de acesso e complementação da educação básica ...” (p.33).

⁵⁸ Idem, p. 39.

a nosso entender, é esta: que condição tem um trabalhador, que ganha salário mínimo ou pouco mais, de comprar ações da empresa em que trabalha?

Para que possamos responder a essa pergunta, destacamos outro ponto da proposta da CNI onde esta coloca suas intenções quanto à futura regulamentação das relações capital/trabalho. Diz o documento que seria fundamental que se seguissem os seguintes princípios:

- I. A regulamentação não deve ser rígida e detalhista;
- II. O objetivo central a ser atingido é a elevação da produtividade;
- III. A participação nos lucros ou resultados deve ser um produto da negociação, sem que haja intervenção da Justiça do trabalho;
- IV. A participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados deve ser definida em cada empresa, mediante negociação entre empregador e seus empregados, sem a interferência sindical obrigatória; e
- V. As participações pagas devem ser deduzidas na apuração do lucro real, a fim de que não gerem efeitos tais como o aumento dos encargos trabalhistas; assim, deve-se evitar a aplicação do princípio da habitualidade”⁵⁹.

Esta regulamentação proposta pela CNI aponta para ações que apenas trarão desvantagens para o trabalhador, pois sugerem um afastamento dos sindicatos e da justiça do trabalho nas negociações entre empresários e trabalhadores. O que essa proposta configura é um aumento da produtividade/lucro do capital em detrimento do trabalhador. Logo, a questão levantada anteriormente poderá ter a seguinte resposta: com o seu salário, o trabalhador não tem como adquirir essas ações, logo, é preciso encontrar um meio de capitalizar financeiramente as empresas e para isso estabelece-se um plano⁶⁰ que permita a utilização dos depósitos no Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS – para tal finalidade.

⁵⁹ Idem, pp. 38-39.

⁶⁰ Lembremo-nos do plano criado para que os trabalhadores possam adquirir ações da Petrobrás, utilizando para isso até 30% dos depósitos no Fundo de Garantia. Esse fundo, vale destacar, deveria ter, como uma das suas finalidades, a melhoria das condições de acesso à casa própria, mas o que o governo faz é colocar esse capital do trabalhador num mercado de risco, como é esse mercado de ações.

A FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – reforça a perspectiva apontada pela CNI, ao estipular dez pontos para a efetivação do contrato coletivo de trabalho⁶¹. Desses dez pontos, destacamos apenas seis:

- I. O poder normativo da Justiça do Trabalho deve ser limitado;
- II. Não deve existir uma política salarial, salvo para o salário mínimo;
- III. Deve-se suprimir o princípio da cumulatividade (que considera concessões anteriores como incorporadas ao contrato de trabalho);
- IV. Deve ser mista a atual estrutura dos sindicatos, o que constituiria no fim da unicidade sindical e da obrigatoriedade ou compulsoriedade de qualquer contribuição para entidades sindicais;
- V. A representação sindical nas empresas não deve ser obrigatória; e
- VI. Deve haver a limitação do número de dirigentes sindicais com garantia de emprego”.

A análise que podemos fazer destes pontos destacados remete-nos à confirmação da vontade do capital de cada vez mais explorar a classe trabalhadora. Senão vejamos: aponta para a limitação do poder da justiça do trabalho; sugere que a política salarial deva existir apenas para o salário mínimo, o que, a nosso entender, implicaria a livre negociação para os demais salários, prática através da qual só o capital levaria vantagem em virtude da grande oferta de mão-de-obra; propõe uma perda salarial através da não cumulatividade de benefícios; prega o enfraquecimento dos sindicatos e, vai mais além, sinaliza para a extinção da representatividade sindical na empresa, sugerindo a limitação dos representantes/dirigentes sindicais com garantia de emprego. Esta é uma das bases de apoio do neoliberalismo *à la brasileira* que, observamos, já começaram a ser implantadas e contra as quais as centrais sindicais têm tentado apresentar seus programas.

Assim, a CUT⁶² - Central Única dos Trabalhadores – apresentou as seguintes propostas de ação, para combater aquelas apresentadas pelos empresários:

- a) A difusão das diretrizes apontadas na proposta unificada para negociações nacionais por ramo, rumo ao contrato coletivo de trabalho, especialmente no que diz respeito à redução da jornada de trabalho, organização no local de trabalho,

⁶¹ Estas condições que a FIESP apresenta podem ser consultadas no documento: Relações de Trabalho e Organização Sindical que data de 1993.

⁶² Estas propostas estão registradas nos texto que tratam sobre a 7ª. Plenária.

participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, terceirização, mudanças organizacionais e tecnológicas, mobilidade interna de pessoal e educação e formação profissional; e

- b) A manutenção, de forma coordenada e integral da presença da CUT nos diversos fóruns institucionais correlatos às políticas industrial e tecnológica.
- c) “Sob esta ótica, o ensino profissional deve ter por objetivo não só a formação de trabalhadores tecnicamente competentes, mas também a transmissão de conhecimentos que viabilizem o encontro entre cultura e trabalho e possibilitem ao trabalhador a compreensão crítica da vida social e da evolução tecnológica. Isso não exclui a necessidade de uma formação profissional mais específica que pode ser realizada por centros públicos ou privados”

O que depreendemos destas propostas apresentadas pela CUT é que, em meio a uma desorientação causada pela “agressividade” do neoliberalismo, a central parece mais preocupada em minimizar as perdas que, efetivamente, continuar a luta pela conquista de novas vitórias. Senão vejamos:

i - fala-se de redução de jornada de trabalho, mas não se afirma a defesa da manutenção do salário após a redução;

ii – Defende-se a terceirização, quando o certo, a nosso entender e de acordo com Antunes (1998:82), seria garantir os empregos “estáveis” ;

iii – Propugna-se a mobilidade interna, a educação e a formação profissional, mas não se aponta para uma solução viável para realizar tais transformações.

iv – Aponta-se para a “permanência coordenada no meio” que mais parece uma súplica do que uma afirmação de uma entidade que ainda é legítima e tem funções bem estabelecidas a cumprir.

v – Defende-se um tipo de ensino voltado para a formação geral do trabalhador, de uma forma que faz lembrar a proposta de escola única de Gramsci, mas, logo em seguida se desfaz toda essa expectativa quando se deixa a possibilidade dessa formação à iniciativa privada.

Toda esta situação caracteriza uma indefinição, por parte da CUT, no que diz respeito não só às atividades da própria central como, também, à questão da educação e formação do trabalhador. Configura-se, de algum modo, um certo “não-saber-que-fazer” em meio a uma crise de identidade, que pode ser considerada

aguda. ANTUNES (1998:81), ao analisar a situação atual do sindicalismo no Brasil, afirma que

“Na Central Única dos Trabalhadores (CUT) o quadro é também de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democratas, que pouco a pouco vai se adaptando à estrutura sindical cupulista, institucionalizada e burocratizada, que caracterizou o nosso sindicalismo no pós-30”.

No mesmo sentido analítico, que focaliza as atuais dificuldades que a organização da classe trabalhadora vem enfrentando, em face de uma crise de paradigmas ideológicos, BOITO Jr. (1999:225-6), afirma que

“(...) no período atual as correntes majoritárias da esquerda brasileira, principalmente no Partido dos Trabalhadores, enredaram-se numa visão liberal da sociedade e da política. Apresentam a sociedade como um campo mais ou menos homogêneo e voltado para a defesa da democracia e da cidadania (a dita ‘sociedade civil’), e a política, mesmo quando pensada como uma luta a favor dos trabalhadores, é apresentada como uma luta desprovida de inimigos reais e poderosos. O discurso pode enfatizar a *defesa* dos interesses dos trabalhadores, mas não diz, ou não o faz com suficiente clareza, *contra* quem a esquerda se bate. Esse discurso abranda as contradições e transforma a política numa luta, não por interesses de determinadas classes e setores sociais, mas por idéias e projetos que disputariam entre si a preferência dos cidadãos. Esse discurso edulcorado não é realista para as classes populares. A esquerda perdeu audiência porque incorporou uma visão liberal da sociedade e da política, e o neoliberalismo cresceu porque soube apropriar-se, no plano formal, de um discurso de esquerda: ele apresenta a política como um confronto duro de interesses entre os pobres e os privilegiados. O neoliberalismo não possui um conteúdo popular e nem chega a combater os privilegiados. Mas ele simula combater os de cima, dá destaque a esse combate simulado e, com isso, amplia a sua audiência popular”.

A própria CUT propõe⁶³, além de tudo que foi assinalado, a extinção da função normativa da justiça do trabalho, o fim da unicidade sindical, a decisão das questões trabalhistas a serem decididas entre empregadores e empregados e, fazendo coro com os empresários, preconiza para o Estado a função de fiscalizador do cumprimento da lei.

Sem pretendermos ser duros demais com a Central Única dos Trabalhadores, arriscaríamos dizer que ela se encontra, nestes anos 1990-2000 sob a hegemonia de seu núcleo dominante, transfigurada, acéfala e à deriva neste mar agitado em que os trabalhadores estão mergulhados.

Por seu turno, a Força Sindical – FS, numa postura mais clara que a da CUT, mas nem por isso mais favorável aos trabalhadores, propõe o fim do confronto entre estes e os empresários “para se atingir o verdadeiro desenvolvimento social”⁶⁴. Essa nova postura será alcançada através de um suposto modelo produtivo globalizante que

“... se apóia sobre a participação/cooperação da força de trabalho na definição, implementação e realização da produção; onde não se espera mais uma atuação passiva da mão-de-obra, e sim uma atuação intelectualizada, participativa crítica e co-responsável pelo processo global de produção”⁶⁵.

Vejamos, desde já, os pontos mais marcantes que a FS propõe como ações educacionais a serem desenvolvidas pelos sindicatos nesta nova configuração do modelo produtivo:

- a) “A generalização e melhoria do ensino, contemplando o papel da informática no mundo atual e priorizando um novo modelo de qualificação profissional centrado na educação global e na difusão do conhecimento;
- b) Requalificação profissional, com a participação dos trabalhadores, viabilizando o seu aproveitamento em outras atividades;

⁶³ Textos para Debates na 7ª. Plenária. Apud ALVES (1997:46)

⁶⁴ ALVES, 1997:47.

⁶⁵ Idem, ibidem.

- c) Participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, regulamentada em lei, sob um modelo livremente acordado entre as partes e compatível com as características da atividade”.⁶⁶

Podemos perceber que, sobre o sistema educacional, a FS defende, tal como a CUT, a interligação entre qualidade, qualificação profissional e educação básica, apontando para uma gestão, acompanhamento e avaliação do sistema educacional efetuada pelos trabalhadores. Também não está claramente posta a vontade de apoiar a quebra da unicidade sindical, embora defenda o fim do imposto sindical como forma de fortalecer o movimento trabalhista⁶⁷.

As diferentes propostas apresentadas pelas Centrais, para estabelecerem as novas relações trabalho/capital, mais desorientam que orientam o trabalhador que, percebendo não mais estar protegido pelas entidades que tinham essa incumbência, esvazia o movimento, agudizando cada vez mais a crise que se abate sobre elas. Estas, por sua vez, terão que refazer uma boa parte do caminho já percorrido desde os áureos tempos do final da década de 70 e início da década de 80, para refletirem sobre suas posições e concluírem que elas só existem em função dos trabalhadores e que, sem o apoio destes, elas estão fadadas ao insucesso e a um final nada feliz. Urge retornar às bases e (re)construir a utopia de um governo dos trabalhadores a partir de ações concretas, conjuntas e eficazes.

Pelo exposto acima, fica fácil percebermos a visão que se tenta impor no que se refere ao papel dos sindicatos. Assim, estes passam a ser

“(...) considerados como parceiros, porque estão sob a ameaça não apenas da mudança econômica, como, em alguns casos, da restrição legislativa às suas atividades; mas sugere-se que na nova situação os sindicatos mudem o seu *approach*”⁶⁸.

Desta primeira linha de raciocínio nasce uma concepção de sindicato que, na década de 90, se caracteriza pelo chamado “sindicalismo propositivo”, no qual se abandona a perspectiva de confronto com o modelo econômico e com o conjunto de

⁶⁶ Idem, pp. 47-48.

⁶⁷ Idem, p. 48.

⁶⁸ Antunes (1998:107).

propostas neoliberais para uma convivência mais “harmoniosa” entre empregados e empregadores. Segundo Boito Jr. (1999:144), essa nova modalidade de

“Sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo”.

As intenções da política neoliberal visam desarticular a organização dos trabalhadores de tal forma a que não mais se registrem movimentos grevistas em prol das melhorias de condições dos trabalhadores, pois, como afirma Boito Jr. (1999:144), “a nova estratégia, ao contrário da anterior, desestimula e desvaloriza a mobilização e a luta de massas”. Podemos aqui ressaltar as diversas tentativas de acordos com os governos Collor, Itamar Franco e FHC, que as centrais sindicais tentaram formular, em vez de apontarem para o movimento paredista contra a política econômica dos mesmos. Dentre as centrais sindicais envolvidas nas diversas tentativas de acordo, envolvendo a questão da melhoria salarial de acordo com as previsões do Dieese, da formulação do contrato coletivo de trabalho, redução da jornada de trabalho e o não pagamento da dívida externa, a CUT, diante da negativa do governo de ceder às reclamações, “não esboçou nenhuma reação”⁶⁹. Outras tentativas de acordo ainda foram realizadas e a direção da CUT, segundo Boito Jr., “queria importar a tática do sindicalismo social-democrata europeu, mas num ambiente político muito diferente e sem dispor da força necessária” (idem).

Pelo panorama delineado fica-nos reforçada a idéia de que é preciso unir forças, rever posturas, abraçar mais fortemente a causa dos trabalhadores, para se evitar uma derrocada final do movimento de luta da classe, que hoje, sabemos, vem resistindo apenas por ações pontuais de um ou outro setor, o que não caracteriza um engajamento mais coletivo como aconteceu, por exemplo, em maio de 1968.

⁶⁹ Idem, p. 147.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTO ESTUDANTIL: Um histórico de lutas.

Para complementar o estudo que desejamos realizar e que tem por objetivo maior analisar o processo de organização do trabalhador-aluno, após a revisão da literatura atinente à organização do trabalhador, necessário se faz, agora adentrar na questão do Movimento Estudantil – ME – nos níveis fundamental e médio, onde se encontram os sujeitos que constituem o objeto de nosso estudo.

Na especificidade de nossa pesquisa, o material encontrado⁷⁰ está restrito a algumas reportagens veiculadas na imprensa nacional e a notícias publicadas em sítios da internet, de responsabilidade das entidades organizacionais dos estudantes. A superficialidade de todo este material não nos permitiu fazer uma análise mais aprofundada e reflexiva sobre o envolvimento do ME nas lutas travadas ao longo do tempo histórico que compreende as três últimas décadas, colocando em destaque a ação dessa organização nas escolas de ensino fundamental e médio.

Estas preocupações expostas, partimos para análise do ME, deixando entender que compreendemos que, tal como aconteceu com o movimento sindical dos trabalhadores, o ME, de uma forma geral, também se inicia bastante antes do período de referência, através de lutas para a conquista de direitos dos estudantes.

⁷⁰ Na busca realizada encontramos inúmeras referências ao ME no ensino superior que, no nosso caso, não se coaduna perfeitamente com o nosso objetivo, embora seja possível estabelecer alguma relação com o mesmo. No que diz respeito ao ME na educação básica a busca revelou-se menos proveitosa, como salientamos.

Pugnar por uma escola de qualidade parece já um lugar comum e, por esse motivo, não nos deteremos mais a fazer essa reflexão, mesmo sabendo que essa discussão ainda não foi esgotada. Preferimos, antes, discutir a possibilidade de (re)inserir nessa educação, que se deseja de qualidade, a questão da organização estudantil como meio de debater a realidade atual que vivenciam as camadas menos favorecidas da sociedade e criar dentro dessa escola condições de construção de uma consciência mais crítica da população.

Quando dizemos (re)inserir levamos em consideração a atuação que esse ME já teve e o estágio em que se encontra atualmente, quando vem tentando reorganizar-se, após ter estado na clandestinidade desde 1964 quando “a UNE perde a sua sede na praia do Flamengo, incendiada pelas forças repressoras do governo. Suas lideranças são presas ou exiladas”⁷¹. Durante os anos de ferro da ditadura militar o ME viveu na clandestinidade, mas nem por isso deixou de desenvolver atividades que, de certo modo, desafiavam o regime. Essas atividades desenvolvidas durante esse período estão registradas em documento pouco detalhado⁷², apresentado pela UNE, na internet, das quais fazemos a seguir um breve resumo.

Em 1965 a UNE é extinta por decreto presidencial. Assim mesmo, uma manifestação em repúdio à Lei Suplicy, em 23 de setembro desse ano, culmina com um massacre de 600 estudantes na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Mesmo na ilegalidade, em 1966, realiza-se o XXVIII Congresso, no porão da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte. Em setembro desse ano a UNE decreta greve geral que culmina com um novo massacre, mais uma vez na Praia Vermelha. Decreta-se o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura.

Em 1967, o governo acaba, também, com o Diretório Nacional dos Estudantes, que tinha sido criado por ele mesmo, em substituição à UNE. Realiza-se o XXIX Congresso, em Valinhos (SP). Na clandestinidade, os estudantes participam da campanha estadual pelo voto nulo, ao mesmo tempo em que suas esperanças começam a se voltar para a experiência guerrilheira. Em março de 1968 morre o estudante Edson Luís, assassinado no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Em junho, ocorre a passeata dos Cem Mil. Em outubro, realiza-se o XXX Congresso,

⁷¹ Cf. o documento encontrado na Internet, no site da UNE, (<http://www.une.org.br>).

⁷² Idem.

em Ibiúna e todos os participantes são presos. Em dezembro, o governo decreta o AI-5 e "Centros Cívicos" substituem os grêmios estudantis.

Os anos de 1969 e 1970 transcorrem sem grandes incidentes, na visão governamental, no que diz respeito a grandes movimentos, apesar de se registrarem algumas prisões de estudantes, principalmente aqueles envolvidos com a liderança do movimento. De 1971 a 1977 o ME não teve condições de manter ações organizadas devido à enorme repressão que se efetivou no país contra trabalhadores e estudantes, muito embora, nos bastidores do movimento, se continuasse a manter o ME atento aos acontecimentos. Ainda em 1977 os estudantes voltam às ruas, intensificando a luta contra a ditadura. Pedem mais verbas para as universidades, rebaixamento de preço das mensalidades e a libertação dos colegas presos.

Com a revogação do AI-5, em 1978, os estudantes dedicam-se aos preparativos para o Congresso da Reconstrução da UNE - o 31º da entidade, que aconteceria em maio, em Salvador. Em 1979 A UNE é a primeira entidade nacional de natureza política-organizativa a ser reativada. É, também, a primeira a realizar eleição por voto direto em sua história e em 1980 a diretoria da UNE decide retomar a antiga sede na Praia do Flamengo, interdita pelo Corpo de Bombeiros. Em junho, apesar da reação popular, o Tribunal Federal de Recursos manda demolir o prédio.

Nos anos de 1981, 82 e 83 a Une mantém-se em aparente calma e só em 84 volta a assumir uma postura mais efetiva de luta quando se engaja na campanha das "Diretas Já", apoiando Tancredo Neves para a presidência. O ano de 1985 é marcado pela extinção dos Centros Cívicos e, por Lei do então Presidente, José Sarney, a UNE está de volta à legalidade. Em 1986 não houve Congresso nem o documento analisado dá outras informações de atividades.

Como é possível verificarmos, até este momento e apesar da legislação em vigor, não é feita nenhuma referência maior à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, que integra o objeto maior de nossa pesquisa, restringindo-se as informações ao movimento de estudantes representados pela UNE que engloba de forma mais abrangente os estudantes do ensino superior. Os anos de

1987, 88 e 89 são marcados por uma direção petista do movimento e em 1990 não houve Congresso. O ano de 1991 marca a volta do PC do B à direção da UNE.

Em 1992, a UNE readquire o seu prestígio político ao comandar, em todo o país, sucessivas manifestações de rua, que culminaram com o *“impeachment”* do então presidente Collor. Até 1995, quando a UNE participa nas manifestações contra a privatização da Vale do Rio Doce, não há registro de grandes atividades. Em 1996 não houve Congresso e em 1997, em Belo Horizonte, durante o 45º Congresso, a UNE comemora seus 60 anos de fundação e luta.

Pelo exposto acima observamos que o ME sempre esteve, e continua estando, ligado a partidos políticos de esquerda. Essa referência deveria, por si só, fornecer aos jovens estudantes um referencial que lhes permitisse a construção de uma consciência crítica. Mas a pluralidade de tendências políticas no interior do ME tem provocado mais efeitos nefastos que positivos, à medida que as lutas internas pelo poder o têm enfraquecido. Uma citação do documento que vimos analisando, bastante longa, se faz necessária para justificar as palavras acima. Vejamos o seu teor:

“Em geral, as plenárias de discussão do movimento estudantil são divididas em três tópicos: conjuntura social, política e econômica; universidades públicas e particulares; e plano de lutas. Normalmente, as discussões sobre conjuntura são sessões de xingamentos contra os velhos inimigos do movimento. No ponto sobre universidades as discussões se dispersam entre os estudantes das redes pública e privada e depois são logo atropeladas. Os atrasos, conchavos e negociações consomem a maior parte do tempo e torna-se então necessário abandonar as discussões sobre universidade para entrar no assunto de maior interesse: o próprio movimento estudantil, seus problemas internos e seu plano de lutas. Esta é a hora das agressões mútuas por parte dos grupos partidários que dividem o controle da maioria das entidades estudantis. É o momento de se medir quem está mais a esquerda, quem é realmente revolucionário. As propostas que surgem nos grupos de discussão são votadas na plenária final: é hora de se medirem forças! Aqui não tem muita conversa: os grupos aliados que têm a maioria dos votos ligam o trator e passam por cima das minorias, aprovando suas propostas”⁷³.

⁷³ Idem.

Pelas informações que nos são passadas pela citação é possível percebermos que as lutas travadas no seio da própria entidade – UNE – têm um caráter mais significativo para a tentativa de consolidação de partidos políticos que propriamente os interesses mais gerais dos estudantes⁷⁴. Não defendemos, neste específico, a hegemonia de pensamentos, mas acreditamos ser importante deixar claro que, sempre a nosso aviso, das divergências poderiam sair propostas que tendessem a elevar a consciência crítica dos estudantes, assim como uma proposta de luta mais eficiente contra tentativa de massificação dos estudantes imposta pelo governo.

Arelada à UNE, na já longínqua década de quarenta, mais precisamente no ano de 1948, a 25 de julho, na cidade de São Paulo, nascia no Colégio Pedro II a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – a UBES. Na ocasião de sua criação, esta entidade tinha como uma das principais bandeiras “garantir o ensino público de qualidade e uma adequada formação profissional”⁷⁵.

O período era propício a uma luta com essa bandeira, pois os anos pós-guerra traziam com eles a necessidade da industrialização do país e a conseqüente necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada. Encerrava-se por essa época e de forma definitiva o período do Brasil agro-exportador para se implantar o modelo nacionalista-desenvolvimentista industrial. A luta justificava-se pela precária situação educacional da época, fato que oportunizou, inclusive, o surgimento dos movimentos de educação popular. Para RIBEIRO (1991:150), “Podem ser citados como principais movimentos deste gênero os Centros Populares de Cultura – CPC, os Movimentos de Cultura Popular – MCP e o Movimento de Educação de Base - MEB”⁷⁶. Conforme a mesma autora, os CPC estavam “intimamente ligados à União Brasileira dos Estudantes (UNE)...”⁷⁷. Mesmo sem haver referência à UBES é possível entender que esta também estava envolvida nessa parceria, pois é parte integrante desse movimento maior, a UNE.

⁷⁴ Não nos é possível apontar bibliografia mais detalhada, pois este documento foi retirado da internet e sabemos apenas que se trata de documento preparado pela UNE.

⁷⁵ Palavras da presidente da entidade, Juana Nunes, em 1998, ano em que se comemoravam os cinquenta anos de existência da UBES, na revista Princípios, n.º. 51, nov. e dez. São Paulo: Editora e Livraria Anita Ltda, 1998.

⁷⁶ A autora realiza, ao longo de sua obra, um estudo da organização escolar no período compreendido entre o descobrimento e os anos 70.

⁷⁷ Idem.

Com o golpe militar de 1964 a participação política dos estudantes, tal como já foi visto anteriormente quando se falava da UNE, foi sufocada pela ditadura implantada, passando à clandestinidade. Embora sob forte repressão, o “grito” estudantil podia ser ouvido, saindo pelas frestas que os estudantes abriam no muro ditatorial, o que levou o governo militar a declarar os estudantes como inimigos públicos.

Essa “declaração de guerra” que os militares fizeram aos estudantes tem como resultado o assassinato, já referido de Edson Luis, no ano de 1968. Edson Luis foi morto com um tiro no peito, disparado pela polícia militar que respondeu, à bala, ao protesto dos estudantes por mais verbas para a educação. “A luta dos jovens pela valorização do ensino público e por mais verbas para a educação era visto como uma afronta, e a ‘porrada’ (sic) era a única linguagem que a ditadura praticava”⁷⁸.

A UBES é silenciada pela força das balas, fechada a sua sede e só em 1981, ano em que se realiza o Congresso de Reconstrução, a entidade voltaria às atividades. A campanha pela reconstrução demora quase uma década. A leitura que fazemos desse longo período de reconstrução passa pelo medo de represálias que sentem não só os próprios estudantes como, também, os pais que temem pela integridade física de seus filhos. Afinal, a linguagem das armas era a mais comum no período ditatorial que, mesmo depois da abertura política, ainda contaminava a forma de pensar de uma geração que crescera sem poder manifestar seus desejos, a lutar por seus mais legítimos direitos, a ser cidadão pleno, na acepção da palavra.

Só no começo dos anos 90, cinco após a promulgação da Lei n.º. 7.398, que versa sobre a organização dos grêmios estudantis, entidades sobre as quais voltaremos mais adiante, é que se intensifica o fortalecimento dessas associações – UNE e UMES – com a volta à legitimidade. As lutas continuam e se intensificam. No palco social acontecem as lutas pela meia-entrada, pelo ensino de qualidade, contra o sucateamento do ensino público, por mais verbas para a educação e contra o “provão do SAEB”. No plano político ganha destaque o movimento dos “caras pintadas” contra o governo Collor. Em 1998, os estudantes apóiam a greve dos professores, principalmente dos universitários. Embora predominasse um clima democrático dentro dos limites impostos pelo capitalismo, o protesto-apoio dos

⁷⁸ Palavras da presidente da instituição no ano de 1998.

estudantes é rechaçado com pancadaria. Dentro desse contexto de lutas reivindicatórias “não podíamos esquecer de falar do Estado do Ceará, onde um confronto entre estudantes e policiais, em Fortaleza, acabou ferindo nove secundaristas. A briga, lá, era pelo direito à meia-passagem”⁷⁹, o que demonstra a forma como as reclamações estudantis são tratadas pelo poder instituído.

Pelo exposto, podemos compreender o empenho de nossos estudantes na (re)conquista de alguns de seus direitos, na tomada de posição firme para a manutenção de alguns outros e para conseguir alguns mais que lhe pertencem, dentro de uma sociedade que querem mais justa, mais democrática. Mas precisamos refletir sobre o seguinte aspecto: a democracia, tardia e com resquícios de um período ditatorial de mais de vinte anos sofridos pela população, não está oferecendo, na dose certa, os subsídios necessários ao estudante para que ele exerça seu papel de cidadão consciente. A falta de um ensino de qualidade, voltado para a formação de seres críticos e participativos nas decisões que afetam mais diretamente a sociedade e a imposição de um regime político voltado essencialmente para o capital, tem implicado, principalmente, no aprimoramento do individualismo em detrimento do coletivo, colocando em xeque as instituições que visam à organização das massas populares. Dessa forma, trabalhadores e estudantes, por falta de uma preparação mais voltada à reflexão da realidade vivenciada, perdem força de barganha, mas nem por esse motivo perdem o instinto combativo, como apontam os registros encontrados.

Diante desta realidade assim delineada, lamentamos apenas que, nos dias de hoje em que a situação parece tender ao agravamento, aquele espírito guerreiro, que foi notório até mesmo no período em que o ME atuava na clandestinidade por uma imposição política, não tenha conseguido contagiar a maioria de nossos estudantes, de forma a tornar o movimento mais forte e com melhores perspectivas de vencer a correlação de forças dominante⁸⁰. Outro ponto a lamentar é que a mobilização

⁷⁹ A reflexão feita por Juana Nunes, presidente da UBES, em entrevista já citada anteriormente à revista Princípios.

⁸⁰ No momento mesmo em que redigimos este trabalho, cai-nos em mão o relato de uma manifestação de estudantes cearenses, para garantirem o acesso a um espetáculo de variedades musicais, no qual estava sendo sonegada a meia-entrada aos estudantes. A “briga” entre organizadores do evento e estudante foi parar na justiça, via DECOM, e os estudantes conseguiram uma liminar judicial que lhes garantia a meia-entrada. Estiveram envolvidos mais diretamente nessa luta pelos direitos dos estudantes, além de uns tantos estudantes, representantes da UNE, da UBES, DCE da UFC e a vereadora Luiziane Lins. Gostaríamos de salientar,

estudantil se dá de forma pontual e não de uma forma mais continuada. A este respeito, parece-nos relevante fazermos uma pequena análise de uma pesquisa publicada na revista ISTOÉ⁸¹ sobre a então denominada “Geração Zapping”. Segundo a referida matéria “(...)os principais valores que norteiam essa juventude são o individualismo, o conservadorismo e o capitalismo” (p.84).

Um pouco mais adiante, o testemunho de um pesquisador, Roberto Capodaglio, é bem mais contundente, no que se refere à “organização” da nossa juventude, quando afirma que “pertencer a um grupo é um exercício temporário”, (p.86) e vai mais longe quando declara que “a tribalização dura, agora, 15 minutos”. Estará aí a justificativa para o aparente desinteresse dos nossos jovens pelos movimentos organizacionais? A resposta a esta questão parece estar nas atitudes de uma jovem, Ana Beatriz, 15 anos, que “em vinte e quatro horas é capaz de percorrer três ou quatro tribos diferentes” (p.87). Ainda segundo a revista, para a Professora de filosofia (USP), Olgária Mattos, “eles não vão ficar eternamente nesse troca-troca. Quando crescerem, em vez de ‘zappear’, vão saborear o mundo” (p.87). As palavras mais contundentes parecem vir do sociólogo Augusto Caccia Bava, da ONG Centro Brasileiro de Infância e Juventude (Cebrij) quando afirma: “Da mesma forma como os pais substituem os eletrodomésticos de casa quando se cansam, eles jogam fora o que antes era valioso. Apenas seguem a onda” (p.86).

Em que sentido estas afirmações podem nos ajudar na nossa interpretação dos fatos? Até este momento temos analisado o ME de uma forma mais geral, mas dentro do ME e mais precisamente no âmbito da UBES, o Grêmio Estudantil é um elemento institucional legal, sob a égide do qual os alunos da educação básica têm a possibilidade de se organizarem e desenvolverem atividades as mais variadas, visando promover o desenvolvimento intelectual, social e político de seus integrantes. Mas, apesar desse aspecto legal, o Grêmio, tal como tantas outras

entretanto, as palavras de uma universitária, Ana Paula, envolvida com o movimento dos estudantes há dois anos, retiradas do jornal O Povo, caderno 1, página 3, publicado nesta capital em 16 de julho de 2001. Diz a estudante Ana Paula: “Há uma falta de informação grande sobre essa lei, porque muitos não sabem onde podem pagar meia. Mas é muito importante que os estudantes busquem informação, porque os empresários não vão explicar para eles. É preciso que o estudante saia da cadeira e vá procurar seus direitos”. A lei que a estudante se refere é a lei n.º. 6.498/89, aprovada pela Câmara municipal de Fortaleza em 29/07/89, que garante aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino oficial ou oficialmente reconhecidas pelo poder público, o ingresso nas casas de espetáculos teatrais, musicais, cinematográficos e circenses, com um desconto de 50% (meia-entrada).

⁸¹ Revista ISTOÉ N.º. 1659 de 18 de julho de 2001.

instituições que visam a organização do sujeito social, já sofreu seu período de proibição, de perseguição, portanto, de ilegalidade face às determinações da “ordem” vigente em determinados momentos históricos. Agora, que a legalidade voltou, os jovens não parecem muito interessados em participar das atividades do grêmio. Assim mesmo, vejamos um pouco o que nos dizem os dirigentes do movimento.

A História, principalmente a oficial, poucos subsídios nos fornece a este respeito, mas nós sabemos o quanto as atividades dessa instituição têm sido importantes para a construção da sociedade. É o que demonstra o contundente relato de Juana Nunes, quando afirma que

“Em 1964 veio o golpe militar e a participação política dos estudantes foi ameaçada. A ditadura impedia qualquer manifestação ou, até mesmo, reivindicação, por mais simples que fosse. Os estudantes não se calaram e foram às ruas pedir democracia. A resposta do governo foi dura e se traduziu em repressão e tortura. Mesmo assim, o grito de liberdade ecoava das escolas e dos grêmios estudantis... Aos poucos os grêmios foram impedidos de funcionar e com o fechamento da UBES pela ditadura um grande vazio tomou conta da política estudantil brasileira”.⁸²

Hodiernamente, mesmo com o retorno da legalidade, o ME parece ainda não estar completamente refeito dos feridas mais profundas resultantes daqueles dias sombrios da ditadura e trilham por caminhos que os conduzem à condição de “mal necessário”, sem que para tal tenha havido uma reflexão mais aprofundada da sua função dentro de novos paradigmas educacionais e de gestão dos sistemas de ensino. Dito de outra forma, é possível asseverar que a legalização dos grêmios complementa o estabelecimento da “ordem” que o neoliberalismo pretende imprimir a tudo que é público.

O discurso oficial⁸³, pós-90, prega para o sistema educacional público uma política de gestão participativa dentro da qual são estabelecidas funções para o Grêmio. Sabe-se que essa política administrativa não está sendo posta em prática por todos os estabelecimentos de ensino público, pois ainda existem escolas que não

⁸² Declarações de Juana Nunes, presidenta da UBES, à Jornalista Milla Teneblat da Revista Princípios, n.º 51, nov/dez 1998, p. 79.

⁸³ Caracterizado pela nova LDB, como já analisamos anteriormente.

formaram seus Grêmios Estudantis. Contra essa posição absurda de diretores de estabelecimentos de ensino, que não permitem a formação de grêmios estudantis posicionando-se até mesmo contra as políticas oficiais, felizmente, uma parcela dos estudantes tem uma postura digna, em todos os sentidos, mas que precisa ir além do discurso. No próximo capítulo tentaremos analisar esse discurso dos estudantes, proferido quando da realização de um seminário, promovido pelos grêmios de algumas escolas de nossa capital.

CAPÍTULO 4

O GRÊMIO ESTUDANTIL: Visões e revisões sob a luz da legalidade e da prática efetiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Após o estudo, no capítulo anterior, da trajetória histórica do ME, faz-se necessário analisarmos como está esse mesmo movimento na atualidade. Para realizarmos essa análise foi necessário colocarmos frente a frente, de um lado, o discurso oficial a respeito da Gestão Participativa, que tem seu primeiro ponto de apoio no inciso II do Art. 14 da LDB e o Plano Nacional de Educação – PNE⁸⁴, e de outro lado, a prática efetivada nas escolas públicas. O nosso empenho, nesse sentido, iniciou-se pela passagem em revista da visão de alguns pensadores que, em uma coletânea de textos, discutem a gestão escolar numa perspectiva participativa e, dentro dessa gestão, a função do grêmio, que estaremos desenvolvendo no item a seguir.

4.2 – O modelo de Gestão Participativa e a função dos grêmios.

4.1.1 – A gestão escolar e a autonomia da escola.

A partir do início da década de 80, com a chamada transição democrática na política brasileira, delineou-se um novo quadro de mobilização e organização social, suficientemente amplo para provocar mudanças nas relações de poder, aí inclusas aquelas que se estabelecem nas instituições de ensino.

⁸⁴ Na LDB, a questão da gestão participativa é colocada de forma apenas perceptível, pois é dito ali, no Art. 14, que "os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática (...) conforme os seguintes princípios: II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes".

Já PNE, (11.3.2-22) a questão é assim colocada: "Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade". E, ainda, que: (11.3.2-24) "Desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade".

O material estudado, para realizarmos este trabalho, é composto de textos produzidos por intelectuais reconhecidamente engajados com a problemática da administração escolar⁸⁵ e aponta, de modo enfático, para uma gestão participativa, uma gestão colegiada, como forma de vencer algumas das barreiras que se levantam entre a eficiência e a eficácia do sistema educacional brasileiro, o que, de uma certa forma, vem corroborar com o discurso oficial⁸⁶.

Devemos confessar nosso desapontamento com a falta de referência que encontramos nesse material, no que diz respeito à organização estudantil, enquanto partícipe desse modelo de gestão escolar supostamente participativa e que constitui o cerne de nossa pesquisa⁸⁷. Devemos sublinhar que a maioria dos autores ressalta a importância da organização dos diversos setores envolvidos com o sistema educacional, setores esses que são compostos por sujeitos sociais, membros da comunidade escolar. Apesar desta composição que, de uma maneira geral, todos os autores lidos e referenciados apontam, causou-nos enorme estranheza o fato de apenas dois entre eles (Silva e Neves)⁸⁸ fazerem brevíssimas referências aos grêmios estudantis. Todos eles destacam a importância de os alunos participarem dessa gestão participativa, mas apenas *en passant*, como se o aluno não constituísse o fim último do sistema educacional e, mais ainda, como se ele pouco ou nada tivesse a oferecer, para contribuir de uma forma ativa, nesse modelo de gestão.

O enfoque mais proeminente é dado, nesses textos, à questão da eleição dos diretores de escolas e à constituição de corpos colegiados com a finalidade de administrar democraticamente o ensino. Outro ponto que devemos salientar nesse estudo é o resgate histórico da evolução administrativa que se vem observando na escola pública. Assim, é quase consenso entre todos os autores estudados que a

⁸⁵ RODRIGUES, Neidson; ENGUITA, Mariano Fernández; PARO, Vítor Henrique; PRAIS, Maria de Lourdes Melo; HORA, Dinair; SILVA, Jair Militão da; NEVES, Carmen Moreira de Castro; etc.

⁸⁶ Ao fazermos tal afirmação, pretendemos enfatizar, principalmente, aquele ponto de vista que destaca, no discurso oficial, uma desobrigação crescente do Estado para com a educação. Tal como manifestaremos posteriormente, concordamos e apoiamos a iniciativa da autonomia das escolas, desde que o Estado garanta a sua parte de responsabilidade, que pode ser traduzida, em rápidas palavras, pela obrigatoriedade de esse Estado proporcionar todos os meios necessários a uma educação de qualidade.

⁸⁷ Não pretendemos defender posições favoráveis ou desfavoráveis desses autores em relação à política do governo.

⁸⁸ Deixamos de apontar as referências bibliográficas em seu completo, pois no material encontrado, mimeografado, não constam outras informações mais específicas que aquelas que efetuaremos, na forma do possível.

administração escolar deriva de uma adaptação da teoria geral da administração, que passa pelas representações das teorias de Taylor, Fayol e Weber, para a administração de empresas.

Podemos afirmar que, partindo dessa comparação entre escola e empresa, existe uma preocupação voltada para a eficácia e a eficiência, através de uma função reguladora exercida pelos administradores. Na escola, essa eficiência e eficácia que a administração deve atingir, podem ser traduzidas pelo alcançar dos objetivos pedagógicos que essa administração se propõe e que essas técnicas administrativas garantam e atendam aos objetivos que a sociedade⁸⁹ estabelece.

Essa articulação entre o desempenho da escola e os desejos da comunidade a que ela serve, no nosso entender, é de importância fundamental para que se estabeleça uma relação paritária capaz de desestruturar uma tendência que teima em persistir e considera a escola como um corpo estranho ao contexto social que nos vem desde a época da Colônia. Nesta perspectiva, faz-se necessário que essa escola deixe de ser apenas o veículo facilitador do desenvolvimento das aptidões de ler, escrever, contar e passe, conforme prescrito na última reforma do ensino fundamental e médio, a traduzir-se na possibilidade de estímulo a um convívio harmonioso e interativo entre as diversas instituições sociais da área que a escola abrange.

Para se compreender um pouco melhor o porquê desta necessidade de se estabelecer essa relação entre escola e comunidade, de acordo com PRAIS⁹⁰, precisamos voltar nosso olhar perquiridor para os anos 60 e para a crise que se instaura no Brasil com o governo dos militares. Durante esse período, a ditadura foi, aos poucos, transformando o Estado num organismo dependente e cada vez mais atrelado aos interesses da burguesia capitalista e monopolista, afastando-se sempre mais dos menos favorecidos. Nessa mesma época “extinguem-se os partidos políticos, cassam-se direitos, altera-se a lei de greve, hipertrofia-se o Poder Executivo, controlando as organizações sindicais e estudantis”, segundo Ianni (1975:199-215), apud PRAIS⁹¹. É possível perceber o quanto, no período político em

⁸⁹ A sociedade é aqui representada pela comunidade escolar na qual a escola se insere.

⁹⁰ Deixamos de fornecer maiores detalhes bibliográficos, pois o material encontrado estava mimeografado e não continha maiores informações a esse sujeito.

⁹¹ PRAIS, M. de L.M. Contextualização histórica do processo de administração colegiada. Mimeo. s.l, s.d, s.p.

referência, a sociedade civil foi atrofiada e, de modo especial, como a possibilidade de organização de trabalhadores e estudantes foi cerceada pelos aparelhos repressivos do Estado.

Ainda segundo PRAIS⁹², na educação, esta crise institucional leva à escolha dos dirigentes “das unidades escolares [por serem] selecionados somente segundo critérios de ‘confiança’ (cargos em comissão) e da ‘competência técnica’ (habilitação específica)”, o que se configura como uma ilegitimidade, que começava a ser combatida por ações de docentes que, durante o governo Ernesto Geisel, buscavam a conquista de um espaço dentro de uma estrutura na qual se encontravam na situação de “convocados”. É, pois, nesta época, por volta dos anos 80, que se começa a pensar em eleições para diretores de escolas. No entanto, esse processo mais democrático, por si só, não garantia que a função social da escola traduzisse

“... as lutas travadas cotidianamente pelos atores sociais, e opõe-se às mesmas pela visão estática que transmite. A visão do conhecimento social que é transmitida, via de regra, não ajuda a desvendar as complexas relações sociais que envolvem os educandos”⁹³.

Esse processo eletivo dos diretores tem, pelos textos estudados, uma relação direta com a conquista da autonomia da escola, tema cuja importância tem crescido desde a década de 80. O que não é dito abertamente é qual o objetivo que se pretende atingir com essa “autonomia”. Concordamos com Saviani (1999:190-1)⁹⁴ quando, ao analisar a nova LDB, afirma que

“Assim, dado um texto de LDB, os objetivos proclamados fluirão diretamente dos títulos que consubstanciam as diretrizes, isto é, que definem o conceito de educação, os fins da educação, o direito, o dever e a liberdade de educar e, de certo modo, a conformação do sistema ou organização. Já a identificação dos objetivos reais exigirá o exame dos títulos relativos às bases, isto é, a organização e o funcionamento dos níveis e modalidades de ensino, os mecanismos de decisão, as formas de gestão e os recursos para a manutenção e desenvolvimento dos órgãos, serviços e agentes educativos”.

⁹² idem.

⁹³ DAMASCENO, M. N. *Escola, Saber e Vida Cotidiana: dimensão instrumental e interativa do trabalho docente*. A autora realiza uma análise da função social da escola a partir de uma investigação realizada numa escola pública de ensino fundamental regular, com base na observação, na entrevista de alunos e pais de alunos e no estudo da documentação dessa escola.

⁹⁴ SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1999.

Mas, o mesmo Saviani vai mais longe ao colocar em destaque a ideologia que impregna o discurso oficial, quando, logo em seguida, manifesta a sua compreensão sobre a oposição dos objetivos reais aos objetivos proclamados:

“ Ora, a função de mascarar os objetivos reais através dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição de ideologia típica do modo de produção capitalista o qual introduziu, pela via do ‘fetichismo da mercadoria’ a opacidade nas relações sociais”⁹⁵.

Assim, permitimo-nos afirmar que a questão da gestão participativa, “tão propalada pelo governo”, esconde uma vontade de repassar para a esfera civil, isto é, para a sociedade, a responsabilidade de garantir ou não o sucesso do processo educacional, ficando o Estado apenas na retaguarda, para aplaudir ou criticar o resultado obtido a partir dessa iniciativa. Não desejamos, ao fazermos esta análise, nos colocarmos contra a autonomia da escola, pretendemos, isso sim, refletir sobre a forma como esse mesmo Estado está tentando minimizar a sua responsabilidade, ao seu *dever*, para com a educação. A esse sujeito, concordamos com Marx, quando ele afirmava que “o ensino pode ser estatal sem estar sob o controle do governo”⁹⁶. Ao Estado, neste caso, cabe a incumbência de promulgar as disposições gerais e de contribuir com os fundos e os meios necessários ao bom funcionamento de escolas com ensino de qualidade.

Nesse sentido, se dialogarmos um pouco com NEVES⁹⁷ sobre autonomia, liberdade e democracia, verificaremos que a autonomia e a liberdade são fatos de valor inerente ao homem e que estão relacionados com a liberdade e a autonomia de outros seres humanos, o que remete os conceitos de liberdade e autonomia à sociedade. Segundo a autora, isso implica que,

“O fato de a escola ser autônoma não impede que ela obedeça a diretrizes gerais, a um núcleo básico de conhecimentos ou currículo: como a escola está inserida num sistema nacional de educação, é lógico que ela seja regida por leis comuns a esse sistema; contudo, é lógico também que a ela seja facultado o direito de ter outras leis próprias, consideradas autônomas”.

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ MARX, K, apud MANACORDA M. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1996, p, 98.

⁹⁷ NEVES, C. M. de Castro. *Autonomia da escola pública: um enfoque operacional*. Mimeo.

Essa inserção da escola no sistema nacional de educação, através de um plano autônomo de ação, representaria a possibilidade de inserção dos sujeitos sociais ou agentes que nela participam e dela se servem como fonte de desenvolvimento comunitário, que, hoje, se encontram excluídos, não só desse serviço como, também, da própria sociedade. Essa autonomia implica, ainda, numa racionalização das ações desenvolvidas em dois patamares distintos: um interno e outro externo e tem a ver com os serviços prestados pela escola pública à sociedade. A racionalidade interna está ligada à maximização na obtenção dos resultados que se propõe obter, mediante a organização de meios estruturais, conceituais e profissionais, não esquecendo a questão financeira. Já a racionalidade externa está relacionada à satisfação dos resultados esperados pela comunidade. A ligação estreita que se pode estabelecer entre essas duas racionalidades impõe que, se uma delas não for atingida, automaticamente, a outra também não o será.

A racionalidade externa pode desencadear-se a partir da comunicação estabelecida entre escola e comunidade e obter sucesso quando ambas atuarem no planejamento das ações educativas, na administração propriamente dita e na avaliação da escola. Segundo NEVES, essa comunicação pode dar-se em quatro patamares diferentes, através da participação efetiva da comunidade. São eles: a *informação*, a *presença*, a *ativação* e a *participação*. Numa escola cuja gestão é colegiada, estas relações devem ser bem estreitas. A *informação* deve ser repassada aos interessados pelo corpo gestor ou colegiado; a *presença* da comunidade na escola é de fundamental importância, principalmente para participar ativamente das reuniões e colaborar para o bom desempenho da escola; a *ativação* acontece quando a direção delega poderes e competência para a APM⁹⁸, aos representantes de turma ou aos grêmios estudantis; a *participação* acontece quando os sujeitos envolvidos no processo contribuem direta ou indiretamente para a tomada de decisões no plano político, administrativo ou pedagógico da escola.

⁹⁸APM - Associação de Pais e Mestres. Essa associação já passou por várias nomenclaturas e, ultimamente, é conhecida como APC - Associação de Pais e Comunitários.

4.1.2 – A organização estudantil no contexto da chamada gestão participativa.

Pretendemos retomar, aqui, o fio de nossa inquietação - a organização estudantil. Dissemos, ao iniciar o item anterior, que havíamos encontrado apenas duas referências vagas a este respeito, na literatura revisada. A primeira está presente no final do item anterior, retirada de NEVES que, tal como mencionamos, nada adianta sobre quais as funções dessa entidade – o grêmio – limitando-se a nomeá-la como sendo uma das instâncias capacitadas para a realização da *ativação*, isto é, quando a direção escolar lhe delega alguns poderes. Parece-nos que se trata de uma imensa ambigüidade, pois a autora não faz a mínima referência a que tipo de poderes a direção escolar pode delegar ao grêmio.

Partamos, imediatamente em busca da segunda referência, desta feita, através de SILVA⁹⁹, que menciona as ações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que, no governo Montoro, adotou medidas voltadas para a criação de um sujeito coletivo, por meio da “implantação de conselhos de escolas e dos grêmios livres dos alunos”. Para essa implantação “publicou material informativo onde dizia ser interesse dos dirigentes do sistema escolar incentivar a participação *organizada* dos pais e alunos”. E acrescenta Silva que, “por organizada pode-se entender aquela participação que ocorre dentro de padrões previamente estipulados nas estruturas existentes na unidade escolar”.

No contexto em que se dá essa implantação apontada por SILVA, é inegável que se trata de um ligeiro avanço nas relações capazes de contribuir para a autonomia da escola pública. Não podemos, entretanto, deixar de tecer algumas críticas sobre a forma como essa implantação é conduzida, principalmente no que diz respeito ao conceito de organização que fica patente no material apresentado pela Secretaria de Educação de S. Paulo. Na conceituação feita ali, é possível identificar os limites dessa organização pelos “padrões previamente estipulados nas estruturas existentes”, apesar de apontar para uma organização “livre” dos estudantes. Por outras palavras, esses padrões significam: deixamos vocês, estudantes, se organizarem, mas à nossa maneira e para atender nossos propósitos. Outra crítica,

⁹⁹SILVA, J. Militão da. Reconstruindo o gigante: novas relações entre a unidade e o sistema escolar. Mimeo.

que nos parece pertinente, diz respeito à falta de referência à forma como essas “estruturas existentes” vão contemplar a classe trabalhadora que procura as escolas, pois sabemos que o ensino noturno é destinado, quase que especificamente, a essa população que apresenta características singulares, isto é, aquele que “já está inserido na produção capitalista e que chega à escola já esgotado pelas lides do trabalho que o explora e avilta”¹⁰⁰. A respeito da situação enfrentada pelo trabalhador que deseja dar prosseguimento a seus estudos, Gramsci afirma que

“A nossa escola é viva porque vocês, operários, levam a ela a parte melhor de vocês, aquela que o cansaço da oficina não pode enfraquecer; a vontade de se tornarem melhores. Toda a superioridade de sua classe, neste turvo e tempestuoso momento, é evidenciada nesse desejo que anima uma parte sempre maior de vocês, o desejo de adquirir conhecimento, de se tornarem capazes, donos de seu pensamento e de sua ação, artífices diretos da história de sua classe”¹⁰¹.

É chegada a hora de destacarmos que, durante a ditadura, os grêmios foram proibidos de atuar e, até mesmo, de se constituir. Estes só voltaram a entrar na legalidade, isto é, só puderam voltar a formar-se e a atuar a partir de 1985, ano em que, aos quatro de novembro, o então presidente José Sarney sancionou a Lei nº 7.398, publicada no Diário Oficial de 15/11/85, “Que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências”. Salientemos que essa Lei aprovada em 1985 não aponta, minimamente que seja, para a configuração que subordine o grêmio dessa forma às estruturas existentes, como pretende a Secretaria de Educação de S. Paulo, já que no Art.1º. dessa lei se pode ler

“Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais”.

Este artigo da Lei tem três parágrafos, sendo que, o primeiro foi vetado e o segundo e terceiro têm, respectivamente, a seguinte redação:

¹⁰⁰ Cf. CARVALHO, Edgar de Assis, no prefácio à obra de CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984 (p.5).

¹⁰¹ Gramsci, apud Nosella, Ordine Nuovo, 106, 20.12.1919.

“A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim”.

“A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral”.

O Art. 2º fala da entrada em vigor da lei na data da sua publicação e o Art. 3º revoga as disposições em contrário. É, portanto uma Lei curta, clara, que não deixa margens para diferentes interpretações. Isto não significa, entretanto, afirmar que a lei seja boa e que a prática seja, neste caso, ruim. Não significa, tão pouco, dizer que, caso a lei seja cumprida, todos os problemas sociais resolvidos.

Causa-nos estranheza, outrossim, o fato de sabermos que a Lei que autoriza a criação e atuação dos Grêmios Estudantis já foi promulgada há 15 anos e que uma grande parcela das escolas do país ainda não “permitiram” a criação de seus grêmios, que deveriam ter, entre outras funções, uma participação no núcleo gestor. Como nos diz RODRIGUES¹⁰², “Geralmente a direção da escola, do ponto de vista administrativo, e os setores responsáveis pela orientação pedagógica, do ponto de vista do ensino, têm enfeixado em suas mãos um poder quase absoluto de decisão”. Postura que vai de encontro à propalada gestão participativa.

Para esse autor, a composição do colegiado deve ser diferenciada para as grandes e para as pequenas escolas. Mas acrescenta que, “deve-se procurar garantir a representatividade de todos os segmentos profissionais das escolas, professores, especialistas, direção, administração e apoio, bem como dos alunos e pais”.

O autor conceitua colegiado como sendo uma instituição de fórum permanente e que deve ter uma função formativa e prática da democracia na escola, “tornando-se pedagógico para os membros da comunidade escolar: pela sua prática ele deve educar os que dele participam e os que dele dependem para a vida democrática e participativa”. Ressalte-se a indicação dos alunos para a constituição do colegiado, mas, para ele, quando analisa a amplitude e os limites dos colegiados,

¹⁰² RODRIGUES, Neidson. Ação colegiada: articulação entre ação educativa e administração escolar. Mimeo.

“Há três perigos que devem ser evitados na concepção e no funcionamento dos colegiados: primeiro, concebê-lo como órgão da administração escolar; segundo, entendê-lo como órgão para dismantelar a administração e a direção da escola; e o terceiro, considerá-lo como instância de reivindicações de interesses corporativos”.

Concordamos com o autor, pois, o colegiado, enquanto órgão da administração, é uma redução a algo impróprio, a uma arma nas mãos da direção escolar. Como dismantelador da administração será o representante do liberalismo anárquico. Já quando o autor aponta o colegiado como órgão reivindicador e afirma que dessa forma “acabaremos por convertê-lo em mais uma instituição sindical, reforçando o espírito corporativo dos grupos no interior da escola”, não podemos concordar com essa visão, pois, se o colegiado não tiver força para discutir as decisões tomadas pela direção escolar, estará ali apenas para endossar essas decisões tomadas unilateralmente. Os grupos por ele indicados são os compostos pelos sujeitos que atuam na escola: direção, inspetores, orientadores, supervisores, professores, alunos, pais e funcionários. A partir desta visão é que RODRIGUES sentencia que,

“Todos esses grupos se articularão individualmente, de acordo com os respectivos interesses grupais - salários, privilégios, disputas de poder -, o que tenderá a gerar um espírito competitivo e egoísta dentro da instituição escolar, pois cada qual começará a disputar os seus próprios interesses. Como consequência, poderá ocorrer o esfacelamento da unidade do projeto educativo”.

Acreditamos que esta visão do autor esteja justificada quando ele aponta para os perigo a serem evitados na constituição do colegiado. No entanto, parece-nos, essa mesma visão vai de encontro às lutas e aos interesses dos sujeitos envolvidos. O colegiado deve, pois, ser uma instância coletiva de decisões e de análise das situações-problema da escola. Uma prática colegiada de administração deverá, assim, ser capaz de elevar o desempenho da escola na formação intelectual, técnica e política de todos os sujeitos participantes e do qual são co-responsáveis. Há, na visão manifestada pelo autor, uma relação explícita entre a organização dos estudantes e aquela do colegiado, mas, se atentarmos para as palavras utilizadas por ele, é possível descortinar nelas uma crítica velada às entidades de classe, nas quais podemos incluir o grêmio. Essa constatação pode ser feita quando o autor fala de movimentos reivindicatórios.

Pelo exposto, até este momento, é possível afirmarmos que o grêmio estudantil, mesmo nas condições apontadas – que deva fazer parte do colegiado – ainda não é considerado como parte integrante dele. Existe uma resistência, por parte dos demais participantes do colegiado, à participação do estudante nas tomadas de decisões sobre assuntos que, na maioria das vezes, lhes dizem respeito e das quais são o maior alvo. Acreditamos, ainda mais, que essa postura dos gestores tende a criar nesse estudante um sentimento de incapacidade, uma espécie de revolta que os induz a se colocarem sistematicamente contra esse mesmo núcleo gestor, do qual são excluídos, e a proceder de forma “... a disputar os seus próprios interesses”, como já aponta Rodrigues na citação anterior. Esse choque de posições, a nosso entender, deve estar na origem de tantas resistências de ambos os lados. Apostamos todas as nossas fichas em que, se houver por parte do núcleo gestor uma postura diferente, isto é, de aceitar com mais naturalidade e espírito de orientação as propostas dos alunos, o nosso sistema de ensino tenderá a melhorar, pois estará indo ao encontro das necessidades apontadas pelo público alvo.

Podemos agora, depois da leitura dos textos a que fazemos referência e depois de nos debruçarmos sobre a finalidade a que se destinam, desvendar realidades contidas neles, bem mais importantes que a última citada por RODRIGUES. Senão vejamos:

a) Não nos parece haver uma preocupação maior com o tipo de cidadão que esses gestores vão ajudar a formar;

b) Ficou claro, ao longo do estudo, que a participação na gestão não se estende de igual modo a todos os componentes da comunidade escolar;

d) A limitação da comunidade escolar a diretores, professores, funcionários, alunos e pais de alunos, como todos os autores apontam, é um reducionismo que não caberia, a rigor, dentro de um conceito mais amplo de gestão participativa.

4.1.3 – Interpretando o papel do grêmio.

4.1.3.1 – Na visão da direção escolar.

Na tentativa de desvelarmos a percepção e compreensão que os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa têm da nova relação grêmio/grupo gestor, partindo do princípio

segundo o qual, o primeiro deve fazer parte integrante do segundo, nos moldes da nova legislação, entrevistamos uma diretora de escola pública e o respectivo professor articulador comunitário. A referida diretora afirmou, ao comentar sobre a participação do grêmio, que:

“... ele (**grêmio**) se limitava a fazer as carteiras de estudante e nada mais. No ano passado (**1999**) nós tivemos uma renovação na direção do grêmio, houve eleição, mas a participação do pessoal em torno das questões é restrita à escola, Analisada do ponto de vista da política mais geral é quase que insignificante” Grifo nosso.

A utilização do tempo verbal pretérito significa, exatamente, a atuação do grêmio nos dois anos imediatamente anteriores à realização desta entrevista. Isto é, com esta afirmação, a diretora da escola traduz o fazer gremista nos anos de 1998 e 1999. Mas, sempre segundo a diretora, essa situação descrita tendeu ao agravamento progressivo. Quando questionada sobre qual era a atual participação do grêmio na gestão da escola, a diretora assim se pronunciou:

“Bem apático. Particularmente o turno da noite não está muito interessado. Inclusive, até mesmo no que diz respeito à carteira de estudante, que é uma questão não caracterizadora, mas que ainda levava o aluno a se apresentar como aluno trabalhando para o aluno. No ano passado nós tivemos que fazer essa carteira”.

As palavras da diretora, acima transcritas, dão-nos conta de um estado de apatia da organização estudantil naquela unidade de ensino que vem realçar as palavras dos integrantes da tendência Avançar na Luta, na sua Tese para o 33º. Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, analisada no capítulo anterior, quando referem a necessidade de o movimento estudantil enveredar por novos caminhos. Por esse motivo procuramos maiores informações a esse respeito junto a outros sujeitos envolvidos. Em primeiro lugar, ouvimos o professor articulador comunitário da escola que nos assegurou que,

“... quando nós chegamos aqui, em fevereiro do ano passado (1999), a nossa primeira preocupação foi ver o que fazer para tentar essa retomada do grêmio que estava totalmente desativado... Nós construímos um seminário com os alunos, com as lideranças de sala de aula, um seminário de formação política, para o qual trouxemos

estudantes do Liceu, para debater essa história de luta dos grêmios e dos estudantes ao nível de Brasil, historicamente falando”.

Esta informação foi por nós confirmada junto aos alunos, em conversa informal e dentro de uma prática de observação que executamos. Pudemos partir, então, do pressuposto de que houve uma preocupação por parte da direção da escola no que diz respeito à revitalização do grêmio estudantil que, tal como é possível verificar pelas palavras do professor, estava *totalmente desativado*. Essa preocupação, em si, seria louvável, mas uma informação, que foi ratificada pelos dois membros da direção escolar entrevistados, mostra que essa vontade de rearticular o grêmio estudantil escondia desejos manifestados de cooptação dos alunos. Senão vejamos: “A chapa mais próxima do articulador, foi a chapa que perdeu, mas nós continuamos com o mesmo tratamento”, foi a afirmação da diretora quando pretendemos descortinar os efeitos produzidos por esse interesse em reativar o grêmio.

Já o Articulador é mais sutil e afirma apenas que “aconteceu a disputa de duas chapas concorrentes. Infelizmente a diretoria que foi eleita não está atuante”. Na íntegra da entrevista do articulador, é possível descortinar uma certa “mágoa” por *sua chapa* não ter sido a vencedora. A este respeito, os alunos com quem conversamos informalmente, asseguraram que essa chapa construída pelo articulador era uma chapa de “puxa sacos” e que, por isso, os demais alunos não votaram nela.

Não devemos, entretanto, deixar-nos impressionar por estas afirmações iniciais. Na continuação da entrevista, e quando questionado sobre qual deveria ser a função do grêmio na gestão participativa da escola, esse mesmo articulador afirma que,

“O grêmio deveria ter, dentro da gestão escolar, uma atuação muito viva, muito presente dentro dos processos decisórios. Agora, para isso, ele teria que existir de fato e de direito. Por que o que nós temos hoje dentro da escola é apenas um grêmio de direito, constituído, mas de fato, não existe a atuação”.

A esta sua visão da participação do grêmio dentro da gestão participativa, acrescenta o articulador a sua compreensão dos fins dessa entidade:

“O grêmio, eu entendo como sendo uma entidade que é fundamental dentro da escola no sentido de despertar o aluno para que tenha uma consciência crítica, para a luta por seus direitos, não para aquela luta mesquinha da oposição pela oposição, mas para a construção de uma luta que some e leve o aluno a despertar para os seus direitos e não só para aquelas coisinhas pequenas dentro da escola. Esse aluno tem que entender que o grêmio deve ter essa articulação com os estudantes para sensibilizá-los para a necessidade da luta, da consciência, da busca do conhecimento em si”.

Devemos ressaltar, neste momento, que o discurso do Articulador apresenta algumas contradições. Ele afirma a certa altura, por exemplo, que “o grêmio deveria ter, dentro da gestão escolar, uma atuação muito viva, muito presente dentro dos processos decisórios”, mas, num outro ponto de sua entrevista, afirma que “o que a gente pode fazer é estimulá-los a ter a sua organização independente do núcleo gestor”. Na nossa análise, não há como *participar* dos processos decisórios sendo uma entidade *independente* do núcleo gestor, como preconiza o próprio Articulador, pois, embora não se possa negar a necessidade da autonomia que lhe garanta a isenção de manipulações, faz-se necessário que o grêmio seja parte integrante desse mesmo núcleo gestor, para poder tomar parte nos debates, em defesa dos interesses dos estudantes.

4.1. 4 – Uma prática vivenciada.

Para darmos continuidade à nossa análise da diferença entre o discurso e a prática passamos a registrar e refletir um pouco sobre algumas alternativas próprias do movimento estudantil local, partindo da observação e da participação efetiva de algumas atividades por nós desempenhadas ao longo da duração da pesquisa. Entre essas atividades destacamos aquelas que dizem respeito a duas tentativas de implantação de grêmio. Desses, um já se encontra em plena atividade, o segundo ainda se encontrava em fase de implantação quando redigimos o presente trabalho e uma terceira atividade, quando da participação do I SEMINÁRIO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SOB A JURISDIÇÃO DO CREDE 21, que ocorreu nos dias 16 e 17 de Novembro de 2000.

Iniciamos o relato de nossas observações pelo caso que aconteceu em uma das escolas na qual estivemos lotados como professor do Curso Pedagógico, no início

da década de 90. O grêmio ali existente podia ser considerado como atuante e suas atuações estendiam-se desde a programação de eventos esportivos, culturais, jornalísticos (pois editava um jornal escolar, agraciado com prêmios de várias ordens, em diversas ocasiões), a uma oposição à diretoria da escola, com a qual não concordava, na tomada de decisões. Para além dessas atividades, outras, de caráter mais político, estendiam-se para além das fronteiras imaginárias representadas pelos muros da escola, contribuindo na luta pela causa dos professores, implantação de novos grêmios na sua área de atuação, defesa dos interesses estudantis, intra e extra-escola etc. Esta oposição levou a diretora atual, que é a mesma da época em referência, a me declinar que “aquele grêmio era manipulado por alguns professores e que tinha apenas a intenção de fazer política contra a direção”. Vale salientar que esses professores citados pela diretora não fazem mais parte do quadro docente da escola, pois, devido a um grande mal-estar gerado naquela ocasião, decidiram trocar de unidade escolar para prestar seus serviços.

Nas nossas observações temos registrado o resultado de algumas reuniões com a direção, para as quais o grêmio era convidado a participar, onde a grande discussão sempre recaía ora em questões ditas burocráticas, por exemplo, as carteiras de estudante, ora no horário de fechamento (ou não) do portão da escola, principalmente no período noturno em que os trabalhadores-alunos não tinham a possibilidade de cumprir uniformemente um horário de entrada, o que se justificava pela distância entre o local de trabalho e a escola e, até mesmo, a questão do horário de saída do emprego. Neste caso, a postura mais intransigente da direção levava a maiores críticas por parte dos componentes da direção do grêmio que manifestavam seu descontentamento com a situação.

Pelo processo normal da saída dos alunos que compunham a direção desse grêmio, seja por terem terminado seus cursos ou por terem se transferido de unidade escolar, o novo grêmio não conseguiu mais recuperar a atuação do anterior. Sempre segundo as declarações da diretora da escola, “a direção do grêmio atual está totalmente desativada, desinteressada. Não vai nas salas, não funciona...”. Apesar de já ter declarado que o grêmio anterior lhe fazia uma oposição aberta, a nossa diretora espera que o grêmio desempenhe algumas funções dentro da escola e

acaba reconhecendo que essas funções são importantes para o crescimento tanto dos alunos quanto da própria escola. Para justificar esta minha primeira especulação nada melhor que transcrever na íntegra a fala da diretora quando foi questionada sobre como ela percebia a questão da inclusão do grêmio na gestão democrática da escola. A transcrição da resposta é um tanto longa, porém necessária para uma melhor compreensão dos fatos apontados. Eis a transcrição:

“Olha, eu vejo uma experiência, não vou nem citar nomes porque eu não pedi autorização para isso, espero que você compreenda, mas existe uma escola por aqui, na qual o grêmio, apesar de ter uma posição divergente do núcleo gestor na questão política, as experiências que a colega me relata da convivência com eles, eu acho que são salutares. Eu até digo para ela: “ah! se no meu tempo de divergências, de oposição, que eu tive do grêmio nesta escola, fosse assim. Eu diria para você que eu estava no céu”! O pessoal que ganhou aqui, a direção de salas, não foi o pessoal com quem, por acaso, a gente tinha mais aproximação, foram outros. Inclusive apoiados por tendências políticas, que nós sabemos que existem. Sim, tendências essas que fizeram ou fazem bastante oposição à gente desde aquela época que você lembra. Nós demos o maior apoio, apoio total às eleições, mas a maioria dos estudantes não votou neles. Ocorre é que nesse período o pessoal, por si só se achou.... sei lá o que aconteceu! Ficaram desmotivados. Talvez sem muitas propostas, sem muitas... Eu quero dizer assim... raízes, sem bases, sem fundamentação das propostas que defendiam. Tanto é que morreu por si. Tenho com todos eles um bom relacionamento: “vamos participar” – fico incentivando; questiono toda essa política da nova LDB, particularmente do ensino médio, a questão dos estudantes. Gente...! Está se fechando essa questão das verbas públicas, olho a dificuldade na matrícula... Agora mesmo estou chegando de sala de aula onde eu fiz todo o trabalho com os alunos do terceiro científico. Também não quis falar do grêmio para eles. Foi o primeiro contato com a turma, o ano apenas iniciou e eu não quis falar para que eles não interpretem que eu esteja do lado ou criticando, deixei que eles decidissem e até porque isso é mais tarefa para o articulador comunitário. Então, eu vejo que é salutar a experiência que essa minha colega trouxe, apesar de... Aí eu digo assim, por exemplo, houve uma orientação, agora, do CREDE, para não contratar temporários que não tenham concluído, então a colega mobilizou o grêmio, os alunos e tal... Eu acho isso fundamental. Felizmente nós não necessitamos disto, pois todos os nossos professores já são formados, mas eu não sei se na necessidade o grêmio estaria em pé para isso, eu acredito que não. É muito desânimo por parte deles... ! “.

Na ocasião em que realizamos a entrevista procuramos contatar com os atuais membros da diretoria do grêmio, mas nenhum se encontrava na escola. As

informações recolhidas junto a alguns alunos mostraram que “os poucos que ainda se assumem como tal, são alunos faltosos e dificilmente são encontrados na escola”. Essa informação foi por mim confirmada, pois, uma segunda tentativa de entrevistá-los foi frustrada pela ausência dos mesmos. Desta situação resulta uma breve análise que nos permite concordar com a diretora quanto ao desânimo, nos dias atuais, do grêmio estudantil desta escola. Que justificativa encontrar para esta realidade? Levantamos três hipóteses: na primeira, admitimos o efeito acaso que teria “permitido” esse desencontro; na segunda, a falta de compreensão, por parte dos alunos, que o grêmio não é só a direção do mesmo e sim o coletivo do corpo discente; por fim, em terceiro lugar, a falta de uma maior e melhor compreensão de que a diretoria de um grêmio estudantil deve servir, entre outras coisas, de exemplo para os demais participantes do movimento.

Estas três hipóteses conduzem-nos à busca da resposta que melhor satisfaça alguma ou nenhuma delas. Mais uma vez partimos à procura de subsídios capazes de nos proporcionar uma leitura mais concreta da realidade que se esconde de nós tanto quanto mais pensamos estar perto de uma conclusão. Gostaríamos de salientar que, neste fato, encontramos uma das maiores justificativas para o nosso interesse pela pesquisa. Quanto mais caminhamos, mais se percebemos que o caminho percorrido nos apresenta inúmeras alternativas capazes de nos conduzirem a respostas nem sempre convergentes. É, a nosso entender, esse permanente desafio que nos é colocado que se constitui no “alimento” mais fortificante do pesquisador.

Inegavelmente, os preconceitos próprios de uma inclinação filosófico-prática do fazer do pesquisador “forçam”, muitas das vezes, o enveredar por uma outra vertente do caminho. Os nossos olhos tendem a ver a realidade da forma que mais se adapte a esse olhar ou, aquele que mais se oponha a ele. Uma certa imaturidade, própria dos iniciantes, tende a guiar nossos impulsos. Hoje, porém, acreditamos que precisamos construir um embasamento teórico-prático que leve em consideração o reflexo que a nossa própria imagem nos transmite quando nos colocamos frente ao espelho da sociedade. Considerando que essa sociedade é resultante das infinitas ações promovidas por seres semelhantes que pensam de formas diferenciadas é que estaremos sempre diante de dilemas permanentes passíveis das mais diversas

interpretações. Este, o grande aprendizado que até este momento retiramos de nossa primeira experiência como pesquisador. E é com esta nova consciência que procuramos analisar as ocorrências registradas ao longo do processo de estudo da ação gremista por parte dos alunos de nossas escolas.

No que diz respeito aos dois grêmios em implantação e com os quais tivemos maior contato, passamos a fazer uma análise das observações realizadas em cada processo, distinto, que caracteriza cada um deles.

A primeira oportunidade¹⁰³ surgiu durante uma reunião entre direção e professores, onde foram traçados os objetivos e as metas da direção empossada, na qual foi discutida a questão da gestão participativa. Nessa reunião questionamos a inexistência de um grêmio estudantil e mostramos as possibilidades políticas e legais para a sua implantação. Obtivemos, por parte da direção, o sinal verde para mobilizar os estudantes em torno da organização do grêmio.

Partimos, em companhia de uma colega professora que também apoiava a idéia, para a “conscientização”, de sala em sala, e conseguimos marcar uma primeira reunião com alguns alunos que manifestaram maior interesse no assunto. Nessa reunião, contamos com a presença de 18 alunos, todos do curso supletivo noturno. Alertamos para a necessidade de se obter a adesão ao movimento de alunos do curso diurno e, na reunião seguinte, já contamos com a presença de 35 alunos representando os três turnos em que a escola funciona. Vale salientarmos que os representantes dos turnos da manhã e tarde eram jovens adolescentes, na sua maioria com idades inferiores a 14 anos, pois nesses períodos funciona apenas o ensino fundamental. Sabendo-se que muitos dos alunos do ensino fundamental se encontram fora da faixa etária, parece-nos que, para os mais idosos, a idéia não surtiu efeito, questão que não foi por nós explorada, tendo em vista nossa meta e, principalmente por não termos disponibilidade para mantermos um contato mais direto com essa fração do alunado que compõe os períodos diurnos.

¹⁰³ O primeiro caso, enquanto idéia, surgiu de uma conversa que mantivemos diretamente com os alunos de uma escola, para a qual fomos convidados pela diretora empossada em janeiro de 1999.

Entre os alunos do ensino noturno, principalmente entre aqueles que freqüentam o supletivo, por sua vez, é possível encontrar trabalhadores-alunos de até 53 anos de idade. Na reunião seguinte, a terceira, mesmo antes de serem discutidos aspectos mais significativos como, por exemplo, a conceituação, os objetivos, as metas e a finalidade de um grêmio estudantil, já surgiram duas chapas candidatas à direção do futuro grêmio, apresentando, inclusive, um estatuto para o mesmo. Os discursos dos componentes das chapas já eram de campanha eleitoral. Destacamos dois pontos importantes, a nosso ver, destas reuniões: primeiro, elas aconteciam no pátio da escola, durante os intervalos das aulas que duravam, em média, 20 minutos; segundo, essas reuniões tinham um caráter mais conscientizador/explicativo que organizativo, propriamente dito.

As questões levantadas eram inúmeras e nós, esforçávamo-nos por responder a todas elas. O desconhecimento do assunto era praticamente geral; dos participantes apenas dois já haviam pertencido a um grêmio em outros momentos de sua vida acadêmica interrompida. Nós contávamos com esses dois alunos para o processo de conscientização dos demais sobre a necessidade de organização da classe. Eram nossos aliados.

Com a admissão no Curso de Mestrado e diante da intransigência da Secretaria de Educação do Estado sentimo-nos obrigados a nos desligar das funções docentes que exercíamos. No entanto, esse motivo não foi suficiente para que nos afastássemos do convívio com as escolas em que desenvolvíamos essas atividades. Desta forma, continuamos nosso trabalho em prol da implantação do grêmio estudantil. Nem sempre era possível estarmos presentes às reuniões dos estudantes. Como nossa presença não era constante, registrou-se um certo arrefecimento no ímpeto dos alunos, embora não possamos afirmar que esse tenha sido o maior motivo para que tal acontecesse. Permitimo-nos, isso sim, imaginar que lhes faltou aquela força que sempre prodigalizávamos para levar adiante o objetivo que nos havíamos proposto inicialmente, confirmando-se, desta forma, a análise que aponta para uma grande falta de conhecimento e motivação.

Mas, finalmente, e numa manobra articulada pelos próprios alunos, por ocasião do evento festivo do final de ano letivo – ao qual estava presente a maioria dos alunos

da escola – foi realizada uma Assembléia Geral na qual foi eleita a primeira Direção do Grêmio. Aproveitando o empenho que alguns dos alunos tiveram para a efetivação de tal evento festivo, alunos esses que estavam empenhados em criar o referido grêmio, criou-se condição para essa Assembléia. Uma estratégia digna de grandes articuladores políticos.

As dificuldades que esses membros eleitos enfrentaram foram enormes a ponto de se registrarem desistências entre os componentes da chapa vencedora nas eleições. Esses acontecimentos quase colocam por terra a tentativa de se consolidar o fato. Uma nova Assembléia foi marcada, outra eleição foi realizada e uma nova diretoria foi empossada. Hoje, como é possível verificar através de respostas fornecidas em questionário aplicado a um grupo de estudantes dessa escola, ainda enfrentam grandes dificuldades para levar adiante o intento, mas já conseguem caminhar um pouco com suas próprias pernas, mesmo se, aqui e acolá, ainda necessitem do apoio externo. Devemos, em todo caso, louvar a coragem de uns poucos, talvez mais engajados na luta pela organização do movimento estudantil, diante da relutância da maioria. Salientamos que, apesar de podermos contar com o apoio da direção para a implantação dessa entidade legal – conforme demonstrado anteriormente – esse apoio não foi total e irrestrito. Tivemos que enfrentar a relutância de alguns professores, que não facilitavam o acesso às salas de aulas e, de outro lado, um determinado grau de “interesse” por parte da direção da escola. Colocamos esse interesse entre aspas, pois, na verdade, não se tratava apenas de satisfazer o preconizado na determinação da Gestão Participativa. Para a diretoria da escola, esta era a oportunidade de atingir alguns objetivos que, na forma da lei – não cumprida pelo governo – seriam da alçada do Estado. Entre esses objetivos destacamos: limpeza e manutenção da escola (desmatamento e pintura), a saúde dos alunos (coleta de doações de medicamentos) e arrecadação de fundos para a realização da festa de final de ano, mesmo se esse não fosse o intuito maior da direção. Esta foi uma batalha vencida.

Do segundo projeto de implantação de um grêmio, tomamos conhecimento depois que a nossa pesquisa de campo já se encontrava em andamento. Também neste caso tivemos a oportunidade de assistir as reuniões realizadas por pequenos grupos de alunos que se mostraram interessados em organizar-se em torno de uma

entidade capaz de representar todos os estudantes da escola. O número de participantes era menos elevado que caso apontado anteriormente, pois, mesmo depois de solicitarmos a liberação dos alunos junto a outros professores, não conseguimos atrair para as reuniões um número mais significativo de alunos que, embora fossem em menor número, podemos afirmar que se mostraram bastante esclarecidos. Esse maior esclarecimento deve-se ao fato de se encontrar entre os participantes um aluno do curso de Formação Política oferecido pela parceria estabelecida entre a CUT/IMO/UECE (Central Única dos Trabalhadores/ Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário/ Universidade Estadual do Ceará). É possível afirmarmos que, neste caso, os participantes tinham uma maior consciência política da importância da organização da classe. Durante o período das férias, do mês de julho, perdi contato com esses alunos, embora tenha visitado a escola com frequência (ministrava, ali, aulas aos sábados, a serviço da Universidade Vale do Acaraú – UVA), mas a diretora da referida escola, ao ser indagada sobre a possibilidade de entrarmos em contato com esses alunos, olhou-nos de tal forma que mais parecia estar olhando para algum ser extraterrestre e questionou: “o senhor, professor, metido com esses baderneiros?”. Não nos abatemos e retrucamos dizendo que precisávamos saber do andamento do processo de implantação do grêmio estudantil, pois realizávamos um estudo para o mestrado que com foco nessa temática. A resposta que obtivemos foi um movimento de ombros e as palavras secas e quase debochadas: “Não sei, não senhor”. E com essas palavras se afastou de nós como se alguma doença contagiosa tivéssemos. Por outras ocasiões tentamos estabelecer um diálogo com a referida diretora, mas essas tentativas se mostraram infrutíferas diante da postura esquiva que ela adotou. Começamos a observar as paredes da escola e percebemos que havia alguns cartazes (muito poucos, pois talvez outros tivessem sido retirados) colocados pelos alunos que pretendiam colaborar para a implantação do grêmio. Mesmo assim, alguns desses cartazes estavam cobertos total ou parcialmente por informes da direção. Já havíamos tido a informação que a diretora não apoiava a iniciativa, chegando ao extremo de dar a transferência a um dos integrantes do movimento. Que perigo poderá representar essa entidade para a diretora? Que tipo de medo ela não manifesta abertamente, mas demonstra pelas atitudes assumidas? O que pode levar alguém a descumprir o preconizado pela lei? São estas as principais perguntas

que ficarão sem resposta por falta de um diálogo, ao qual a diretora se negou a todo o momento.

“Falta respeito por parte dos diretores de escola à lei que nos garante o direito de organização. O estudante não está acostumado. Quando conseguimos solidificar o conceito dentro da escola, a participação é automática. Não existe aluno que não tenha grêmio por que não tem interesse”¹⁰⁴.

No retorno às aulas, no mês de Agosto, retomamos o contato com os alunos. Aproveitando a nossa presença solicitaram, mais uma vez, que fizéssemos com aqueles mais engajados – em número que não excedia cinco – uma visita às salas de aula, convocando os demais para um breve esclarecimento durante o horário do intervalo. Dessa peregrinação salientamos que apenas um professor esboçou uma atitude de negação a que outros alunos entrassem em sua sala para passar o informe. Um outro, em contrapartida, mostrou-se interessado e apresentou algumas sugestões para assuntos a serem abordados nessa falação. Os demais, simplesmente, não fizeram objeção.

Chegada a hora do intervalo dirigimo-nos para o local convencionado como ponto de encontro – o refeitório – e, qual não foi nossa surpresa, já ali se encontravam a Diretora da escola e o Coordenador Pedagógico. Fomos informados de que, em outras condições, tais pessoas dificilmente compareciam naquele lugar. Alguns poucos alunos foram chegando ao local, mas ao perceberem a presença da direção da escola voltavam sobre seus passos, não sem antes acusarem a direção de ditadora, de intransigente aos interesses da classe estudantil e até da atitude de pretender retirar um aluno da escola, com o auxílio dos seguranças, pelo simples fato de este estar tentando arregimentar os companheiros para a organização da entidade classista.

Esta luta ainda promete outros episódios, mas, desde já, é possível confirmarmos a análise que realizamos quando do estudo da Gestão Participativa e que aponta para uma prática diferente do discurso. O fato da existência de atos repressivos, por parte da direção da escola, atesta bem esta nossa análise. Contribui, ainda e de forma

¹⁰⁴ Palavras proferidas por Christina Gruppioni, presidente de grêmio em Belo Horizonte - MG. (Notícias sobre grêmios retirada da Internet).

contudente, para essa análise, a entrevista informal que realizamos com um dos alunos dessa escola – o maior articulador da idéia de organização da classe – que nos declinou ter sido “convidado e depois intimidado”, pela diretora, com a presença de vigias da escola, a terminar uma assembléia de estudantes, chegando a ser ameaçado de expulsão definitiva do estabelecimento. Todas estas ocorrências foram confirmadas por outros alunos da referida escola a quem perguntamos como se desenrolava o processo de instalação do grêmio.

Ao longo destas nossas experiências tivemos a oportunidade de refletir um pouco sobre as dificuldades que ainda surgem, ao longo do percurso, no processo organizativo das classes sociais. Uma prática menos efetiva de atos democráticos, que tem origem num período longo de ditadura militar, associada a uma tênue difusão do conhecimento, principalmente entre os trabalhadores, devem constituir a origem primeira de tanta dificuldade. Mas, historicamente, a organização das classes menos favorecidas sempre sofreu entraves, das mais variadas espécies, à sua efetivação. Sabemos que a luta é dura e os meios muito desiguais, mas, nem por isso devemos baixar nossas cabeças e nos rendermos ao inimigo sem esgotar nossos últimos recursos.

Mas nem todas as direções escolares se opõem à organização estudantil. A maior prova disso foi a realização do I SEMINÁRIO DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SOB A JURISDIÇÃO DO CREDE 21, já anteriormente citado e para o qual fomos convidados a participar pela Professora Lúcia Galdino, coordenadora de Gestão do CREDE 21.

O Seminário teve a duração de dois dias, ao longo dos quais se desenvolveram várias atividades, entre elas, palestras, debates, trocas de experiências e relatos de situações enfrentadas para a implantação de alguns grêmios. Do primeiro dia do Seminário destacamos o momento dedicado ao resgate da história do movimento estudantil no Brasil. Esse resgate foi feito por dois Professores, Joatan Júnior e Ronivaldo. O primeiro é ex-presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), no Ceará, e ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual do Ceará –UECE. Em sua falação ressaltou o surgimento do Movimento Estudantil (ME) ainda nos tempos do Brasil Colônia, nas

Escolas Militares e Religiosas. Apontou para o primeiro presidente nacional da UBES, Ulysses Guimarães e deixou claras as atividades do ME da época: as atividades culturais. Ao referir os anos 60, apontou para o período como o período da clandestinidade, durante o qual surgiram os Centros Cívicos, que se estenderia até 1985, quando é decretada a Lei do Grêmio Livre, sancionada pelo então Presidente da República, José Sarney. Recordou os momentos de luta da UNE (União Nacional dos Estudantes), das perseguições, das mortes de estudantes e ressaltou a necessidade de fortalecimento do ME.

O segundo iniciou seu pronunciamento afirmando: “Falar do ME é levar pedrada”. Ao longo de sua falação fomos descobrindo que o mesmo era integrante (presidente) do Grêmio Livre Henfil, instalado nos anos 90, na escola localizada no Conjunto Ceará, onde realizamos entrevista e aplicamos parte dos questionários que nos ajudaram a tecer considerações a respeito do atual envolvimento do grêmio na Gestão Participativa. Dissertou sobre as atividades mais diversas do Grêmio Henfil dentro e fora dos muros da escola em que se encontrava instalado, da luta pela meia passagem (ainda um dos cavalos de batalha dos atuais grêmios, como veremos mais adiante) e da greve de fome de alguns de seus integrantes, em prol da reintegração ao sistema educacional de alunos de escolas vizinhas. Falando sobre o desempenho dos grêmios, afirmou: “Não dá para falar do ME sem falar em política”.

Em outro momento desse primeiro dia, que merece a nossa especial atenção, foi apresentada a concepção de Grêmio, na visão dos mais variados sujeitos sociais que fazem parte do sistema educacional e, mais especificamente, do contexto das dezoito escolas representadas no Seminário. Uma nota pessoal a respeito dessas conceituações: não houve discussão das idéias ali apresentadas, variadas e tradutoras de outras tantas óticas. Esta falta de discussão pode ter deixado nas mentes dos alunos ali presentes uma conceituação que não traduza e satisfaça suas expectativas. A título de exemplo deixamos registradas algumas concepções registradas e que não foram debatidas ou questionadas. Essas concepções formam o resultado de uma pesquisa realizada entre os diversos segmentos apontados. O grêmio, para a classe dos funcionários da escola, “é uma organização estudantil que visa trabalhar com a direção e todos os segmentos da escola”. Já para o aluno, de uma forma geral e segundo o estudo elaborado pela organização do Seminário, o

grêmio é uma “entidade preocupada com os alunos e os interesses da escola”. Para os professores, o grêmio “É uma entidade que reúne alunos preocupados com os problemas da escola, procurando conscientizar os alunos, ajudando na formação cidadã”. Para alunos representantes de Grêmios já existentes, sempre segundo a organização, o grêmio “é uma organização formada por alunos com o fim de reivindicar melhorias para a escola, fomentando também eventos culturais, lazer e esportivos, conscientização política e de cidadania”. Para a comunidade, o Grêmio “é a maneira que os estudantes encontraram para ter maior participação no colégio”. Para o núcleo gestor, o grêmio “é uma organização de alunos que coordena diversos tipos de atividades, principalmente na defesa de seus interesses, desenvolvendo atividades extracurriculares no propósito de estimular o senso crítico artístico, como também realiza intercâmbio entre os grêmios, objetivando uma participação política e democrática”. Vale esclarecer que todas as conceituações foram lidas na plenária e não foi feito qualquer tipo de comentário sobre elas¹⁰⁵, dando-se prosseguimento aos trabalhos com a tentativa de elaboração de um estatuto para os futuros grêmios¹⁰⁶.

No segundo dia, um dos pontos altos foi a troca de experiências entre os representantes das escolas. Essa troca teve como linhas orientadoras três pontos principais levantados pelo coordenador dos trabalhos: 1) Ações que vêm sendo desenvolvidas pelos grêmios já instalados e que têm gerado maior impacto na escola. 2) Fatores que têm facilitado ou dificultado o desenvolvimento dessas ações. 3) Propostas para o aprimoramento ou redirecionamento das ações gremistas.

Para justificarem as ações desenvolvidas pelos respectivos grêmios, os representantes das escolas que já têm seu Grêmio instalado não pouparam elogios às direções escolares, aos professores e funcionários. Dentre essas ações destacaram-se: as gincanas beneficentes, com arrecadação de alimentos e remédios, em prol da comunidade carente; as campanhas em favor dos professores

¹⁰⁵ De todas essas conceituações chama-nos especial atenção a apresentada pelo grupo gestor por não demonstrar uma visão mais ampliada, articulada e clara de algumas atividades que podem ser desempenhadas pelos grêmios. Portanto, da forma como essas conceituações foram apresentadas, sem uma reflexão ou uma síntese capaz de tecer uma conceituação menos fragmentada, acreditamos que existem possibilidades de que se tenha confundido ainda mais a cabeça dos adolescentes que ali se encontravam. Levantamos nossa voz para alertar contra essa prática, mas fomos informados que não havia tempo hábil para se fazer essa discussão.

¹⁰⁶ Novamente alertamos para a necessidade de cada escola ter seu próprio estatuto, visto representarem realidades diferentes e mais uma vez fomos impedidos de colocar nossa opinião.

em greve; as semanas culturais; as lutas por uma melhoria na qualidade de ensino; uma proposta de alfabetização da população analfabeta, através da ação dos alunos do 2º. e 3º. anos; Uma campanha para arrecadação de livros, que conseguiu arrecadar 12.000 unidades; a implantação do Jornal da Escola; jogos interclasses; o terceiro – pré-vestibular para alunos da comunidade; reforma e restauração da escola; projeto “adote uma comunidade”; campanha contra anteprojeto do vereador Idalmir Feitosa, na Câmara Municipal, que visava eliminar as carteiras de estudante; ação de repúdio ao governo estadual contra a propaganda enganosa sobre os Liceus; busca de estágios em empresas para alunos da escola.

Quanto aos fatores que têm impedido a implantação do Grêmio, foram apontados os seguintes: resistência dos próprios alunos; a manipulação das direções escolares; os posicionamentos dos professores e dos funcionários; a falta de recursos; a existência de “fábricas” de carteiras de estudante; burocracia para desenvolver atividades; submissão à direção; e, por fim, a falta de compreensão dos próprios pais que, segundo os depoentes, colocam barreiras à participação dos filhos no movimento por causa da “imagem” criada nas manifestações do ME, acusando os participantes de baderneiros.

A importância da organização do movimento estudantil, em grêmios, ganhou corpo neste Seminário. A discussão gerada em torno das “entidades” que confeccionam as carteiras de estudante – foram 43 as relacionadas pela Vereadora Luiziane Lins, pelo Promotor de Justiça Luis Eduardo e pela Advogada do DECON Ângela Gondim, segundo os quais todas praticam ilícitos contra a categoria – proporcionou momentos de certa tensão. Sempre segundo as autoridades representativas da Câmara Municipal, da Promotoria Pública e do Departamento de Defesa do Consumidor (DECON) são inúmeras as ações promovidas contra tais “entidades”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ A tensão que se gerou também ficou por conta de uma carta aberta, emitida por uma dessas “entidades”, na qual eram feitas denúncias graves contra funcionárias do CREDE 21, chegando a ponto de ser solicitada a exoneração de tais funcionárias que estavam presentes no Seminário. Vale destacar que os representantes de tais “entidades” são estudantes profissionais, pois têm mais de vinte anos e continuam matriculados nas escolas públicas, embora não freqüentem as aulas, apenas com a finalidade de se fazerem representantes da classe estudantil.

Das observações e das anotações feitas ao longo deste Seminário foi possível retirarmos as seguintes reflexões:

- a) A classe estudantil ainda continua com a visão distorcida de que apenas a diretoria do grêmio é, efetivamente, o grêmio. Mesmo depois que pedimos para tecer algumas considerações sobre a necessidade de se envolver toda a comunidade estudantil nesse processo de organização classista, os gremistas presentes continuaram seu discurso nessa linha;
- b) A carteira de estudante ainda ocupa o primeiro lugar nas preocupações dos gremistas, em detrimento de outras atividades que são apenas praticadas por algumas honrosas exceções;
- c) As grandes barreiras à implantação dos grêmios ainda continuam sendo, pela ordem colocada, os núcleos gestores das escolas, a falta de conscientização dos próprios alunos, os professores, os pais dos alunos e uma falta de consistência nas ações praticadas pelos dirigentes gremistas. Boa parte, que nos foi possível mensurar, dos representantes de grêmios presentes ressentem-se da desarticulação desses núcleos gestores que levam, na maioria das vezes, à extinção da entidade.
- d) As ações mais comuns dos grêmios estão relacionadas a momentos culturais (feiras culturais, semana pedagógica, jornal da escola etc.); esportivas (campeonatos interclasses e/ou intercolegiais) e a realização de gincanas com os mais diversos fins (arrecadação de alimentos, de livros, de remédios etc.). A questão política da ação gremista foi apenas ressaltada por dois dos grêmios presentes, dos quais um apontou (com apoio de métodos audiovisuais) as manifestações realizadas no Liceu de Messejana contra a propaganda enganosa do governo do Estado a respeito da eficiência dos Liceus, apontando para a carência de profissionais para orientar os alunos nos laboratórios existentes e inoperantes que os Liceus possuem, mostrando ainda que parte dos materiais está fora de uso por falta de uma complementação mínima de acessórios (o caso de um microscópio de alta qualidade que não funciona por falta de um pequeno transformador de energia). Um segundo grêmio aponta para uma ação, inovadora, de procurar junto aos empresários das redondezas a possibilidade de estabelecer parcerias que facilitem aos alunos a prática de estágios profissionais. Esta foi, aliás, a ação gremista mais diretamente relacionada com a formação do

“futuro trabalhador”, já que os demais grêmios, quando muito, mostraram certa preocupação com o anúncio do fim de cursos ditos profissionalizantes, como o Pedagógico e o Curso de Contabilidade.

De todo modo, do Seminário em análise, nasceu a idéia de se formar um Fórum Permanente de Estudo dos Problemas Estudantis. Novos seminários, reuniões, debates e movimentações estão previstos para os meses seguintes e estes terão como objetivo principal a criação de uma entidade única que possa, efetivamente, representar os estudantes, por quanto deverá ser dirigida por alunos regularmente matriculados e freqüentando as aulas. É possível, neste momento, afirmarmos que o ME está a caminho de uma (re)organização. Resta esperar que, das discussões, dos debates e das trocas de experiências, nasça um novo engajamento dos estudantes, que traga efetivos benefícios a toda a comunidade. É nesse sentido que a cooperação de outras entidades, como os sindicatos, por exemplo, poderá trazer uma luz que clareie um pouco as trevas que se abateram sobre o ME durante o período da ditadura militar.

CAPÍTULO 5

INTERPRETANDO OS DADOS COLETADOS

5.1 – O ME na visão dos dirigentes da UBES e dos trabalhadores-alunos.

“Desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor, os estudantes parecem ter perdido a motivação. Eles já não são tantos nas ruas a protestarem contra os descaminhos da política brasileira. A mobilização hoje é bem menor do que durante o episódio do *impeachment* e muito inferior às multidões da década de 60. Por que não há uma postura mais combativa em relação à política de Fernando Henrique Cardoso, já que os próprios integrantes do movimento estudantil afirmam ser a continuação da política do outro Fernando? Quais as razões para os jovens em geral estarem desmotivados a lutar pelas causas sociais?”¹⁰⁸

Com estas palavras, que colocam o acento em uma certa imobilidade do ME, sua autora pretende instigar uma mobilização mais efetiva dos estudantes para a solução de problemas que os atingem. Os questionamentos levantados por Monteiro estão na base de nossa inquietação.

Efetivamente, o ME parece ter perdido a combatividade que lhe era peculiar em décadas passadas, conforme ficou demonstrado quando fizemos a contextualização histórica do movimento. Não pretendemos dizer, com isto, que o ME esteja completamente à deriva, mas inquieta-nos que as ações do ME não consigam contagiar a maioria dos estudantes a encampar essas lutas de outros setores da sociedade como, por exemplo, os da classe trabalhadora à qual pertencem, seja na condição de trabalhadores ou de filhos de trabalhadores. Como não pode haver efeitos sem que existam as respectivas causas, partimos, de imediato, em busca da compreensão das razões de ser de tal apatia por parte do ME.

Sabemos, como já foi citado anteriormente, que o longo período ditatorial que o país vivenciou durante duas décadas e meia vem sortindo efeitos até os nossos dias. Com isso parece concordar, também, Ricardo Capelli, dirigente da UNE, quando analisa a atual geração estudantil:

¹⁰⁸ MONTEIRO, Dauranisia Diniz. **Movimento estudantil volta à cena e protesta contra política do governo.** Estas palavras foram retiradas do documento que foi encontrado na Internet no site: http://www.torturanuncamais.org.br/mtnm_pub/pub_ensaios/pub_ens_jovens.htm.

“A geração de hoje vive sob a influência da ditadura, por isso não está acostumada ao debate. Muitos são guiados pela lógica neoliberal do individualismo. Cada um na sua, e se possível, com alguma coisa em comum. E não poderia deixar de ser assim por causa do longo período de ditadura vivido no país”¹⁰⁹.

Mas será essa uma justificativa suficiente para esclarecer a apatia que se vem registrando no ME? Na nossa perspectiva, absolutamente não. No final da década de setenta, apesar da ditadura, era perceptível uma grande agitação no meio estudantil e, embora contrariando a ordem política dominante, era comum vermos grupos de estudantes reunidos em volta da obra de Marx ou de algum de seus exegetas. Por esse tempo histórico, acreditamos, a motivação estava patente nas situações que a ditadura impunha e às quais era preciso fazer frente, como forma de apressar a dissolução de tal forma de governo que desagradava a todos aqueles que não comungavam das idéias propaladas pelos militares. Sabemos que a ocasião era propícia à formação de grupos de resistência à ortodoxia militarista que tentava a qualquer preço, mesmo com ações policiais violentas, como já relatado, abafar qualquer movimento que lhe fosse contrário. Por aquela época, o próprio “inimigo” das liberdades sociais se constituía em incentivo ao surgimento dessa resistência. Hoje, porém, com a hegemonia neoliberal, vivenciamos uma falsa liberdade, uma falsa igualdade de direitos e uma falsa democracia. As classes dominantes pretendem nos fazer acreditar que tudo está sob controle e que, conseqüentemente, não precisamos lutar para conseguir as melhorias a que temos direito. Para confirmar estas nossas palavras é suficiente olhar a imprensa diária, escrita, falada e televisiva, para nos apercebermos imediatamente de toda essa falsidade. Bom exemplo disso são as greves iniciadas pelos trabalhadores, que mesmo sendo considerado um meio legal de reivindicação da classe, são decretadas ilegais, enquanto trata de desqualificar as lideranças mais legítimas, acusando-as de baderneiros, irresponsáveis etc.

Foi a pressão, o clamor dos trabalhadores pela abertura política que nos deixou a possibilidade remota de procedermos a uma virada de jogo, mas é justamente nesse momento que os movimentos reformistas parecem cair no marasmo, sob a influência de discursos enganosos de modificação social pregados pelo neoliberalismo. Todo aquele envolvimento com as idéias marxistas, por exemplo, foi

¹⁰⁹ Apud MONTEIRO, no documento da internet mencionado anteriormente.

abandonado por parte significativa da população intelectual que até aquele momento parecia envolvida com a construção de uma sociedade socialista, pois o capitalismo tem muitos trunfos escondidos e na divisão das cartas desse jogo guardou para si as mais poderosas. No caso brasileiro, a ditadura foi um banco de ensaio muito proveitoso para a implantação da ideologia liberal. O próprio processo de abertura não se deu de forma ampla e democrática, como ficou demonstrado pelo método utilizado para a eleição do novo presidente da república – o voto indireto.

Os movimentos revolucionários vão perdendo a força, acreditando numa possível transformação social e abandonando suas bandeiras de luta e deixando-se envolver pelas artimanhas do capitalismo. Conforme Monteiro “É possível, ainda, encontrar grupos de estudantes reunidos, discutindo política ou estudando o manifesto comunista de Marx e Engels, mas, a quantidade de jovens engajados caiu drasticamente nos últimos anos”¹¹⁰.

Um ex-militante do ME, Carlos Eugênio Paz¹¹¹, estabelece um paralelo entre os jovens da época e os de hoje, quando afirma a esse respeito que:

“Naquela época garotos de 14, 15 anos, já pegavam em armas para lutar contra a ditadura. E hoje o que fazem? São jovens consumistas e cada vez mais individualistas. É a geração *shopping center*. Vivem vidrados na Xuxa e no Ratinho. Não generalizo, mas a maioria dos jovens de hoje não está nem aí para a política”.

Não há como generalizar, tal como o próprio Paz afirma, mas é possível percebermos formas diferentes de contestar e, até mesmo, se levantarem questionamentos quanto à eficiência dos métodos adotados para fazê-lo. Podemos ir um pouco mais além nas considerações feitas por PAZ, no que refere às preferências de nossos jovens, pelo menos naquilo que, numa primeira abordagem, parecem ser movimentos contestatórios da sociedade atual e questionar essa mudança comportamental. Não pretendemos afirmar que a diferença nas ações desenvolvidas pelos jovens de ontem e de hoje seja tão significativa a ponto de se considerar esta mais ou menos engajada que aquela. A questão a ser analisada é

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Apud MONTEIRO.

aquela que relaciona realidades diferentes que, logicamente, implicam métodos diferentes de protesto. Outro ponto que nos parece importante destacar é aquele que evidencia o volume de jovens engajados nesses movimentos e uma certa tendência ao aumento das ações reivindicatórias apenas nos momentos de maior acentuação da crise social, configurando-se, assim, uma descontinuidade nessa prática menos aconselhável na atual conjuntura sócio-política que o país vem atravessando.

Não pretendemos culpar unicamente o ME por essa situação. Nossa expectativa é que existam condições de envolver esse movimento no conjunto de ações que se fazem necessárias para se atingir a transformação que urge realizar para se construir uma sociedade mais justa e igualitária. E esta nossa expectativa encontra embasamento na própria LDB que preconiza “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”¹¹². Esse pleno desenvolvimento deve começar na família e continuar na escola, local onde, a nosso entender, podemos aproveitar os espaços existentes para iniciar o educando nas questões organizacionais da sociedade dividida em classes antagônicas. Dentre esses espaços, o grêmio parece-nos ser o local apropriado, por suas características, para desenvolver essas aptidões. Para tanto, é preciso que a entidade tenha sua existência garantida, sua autonomia preservada e sua liberdade respeitada, livre de algum tipo de coerção ou atrelamento indevido à direção escolar.

Tendo em vista que informação e conhecimento são peças essenciais para a formação e a conscientização das pessoas em relação ao exercício de seus deveres e resguardo de seus direitos, faz-se necessária uma ação conjunta, envolvendo o corpo docente, bem mais ampla que aquela que resulta apenas da iniciativa dos estudantes.

Esta nossa percepção encontra respaldo nas palavras de um trabalhador-aluno com quem dialogamos e nos declinou que “precisamos de um grêmio, mas, um grêmio que assista o aluno e não fuja e nem se esconda de suas responsabilidades”¹¹³. Acreditamos que essa assistência necessária, apontada pelo

¹¹² Art. 2º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

¹¹³ Aluno da 3ª. Série do ensino médio.

trabalhador-aluno, deva referir-se àquela mais orientadora na construção da consciência crítica do mesmo.

Assim, para desvelarmos melhor toda “essa necessidade”, procuramos entender a compreensão e o posicionamento dos trabalhadores-alunos em relação ao movimento estudantil enquanto meio para efetivar sua organização e luta contra a atual conjuntura. Para esse fim, passamos a analisar os resultados de um questionário que aplicamos a vinte e cinco trabalhadores-alunos que freqüentam a escola pública noturna (roteiro em anexo) e, em seguida, relatamos a experiência vivenciada por nós na condição de professor do ensino noturno e enquanto convidado de um seminário do ME, realizado nesta capital, Fortaleza, no mês de novembro de 2000.

O questionário aplicado focalizou os dois setores em que esse trabalhador-aluno se encontra mais diretamente envolvido, a saber, os processos produtivo e educacional, de modo a nos permitir estabelecer a relação que buscamos em nossos objetivos. Desse modo, em um primeiro momento apresentamos questões relativas à sua situação trabalhista e uma possível participação na organização da classe trabalhadora e, num segundo momento, indagamos sobre a sua visão, participação e sugestões para a melhoria da organização gremista.

5.2 – Os trabalhadores-alunos e a organização sindical.

A escolha da seqüência para análise dos questionários recai, inicialmente, sobre o setor trabalho, pois concordamos com Lukács quando sentencia que:

“Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, o seu desenvolvimento a partir das formas precedentes de ser, a sua ligação com estas, é necessário começar com a análise do trabalho”¹¹⁴.

Neste norte e num primeiro momento, a nossa preocupação foi procurar saber se todos os questionados estavam, naquele momento, ou se já haviam estado engajados no setor produtivo em alguma outra ocasião. Desejávamos perceber, por

¹¹⁴ Apud LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a). IN: **Revista Praia Vermelha**. Vol.1, No. 2, 1º. Semestre de 1999.

essa via, qual a relação existente entre emprego e retorno à sala de aula. O resultado obtido revela-nos que a grande maioria se encontrava empregada, em qualquer das modalidades de emprego – meio expediente, temporário, estagiário¹¹⁵ – enquanto uma minoria se dizia desempregado ou em busca de uma primeira oportunidade de inserção no mundo do trabalho¹¹⁶.

Parte significativa desses trabalhadores-alunos busca, através da conclusão do ensino médio, uma maior facilidade de inserção no campo de trabalho, o que lhes permitiria encontrar melhores condições de sobrevivência, atendendo ao chamamento à qualificação exigida pelo capital. Mas, nesse contexto, concordamos com Frigotto (1999:7), quando analisa *uma nova era do mercado* que se estabelece no final do século XX e sentencia que:

“Neste cenário de presente-futuro neoconservador, os sistemas educacionais e de formação técnico-profissional passam a assumir um duplo papel: substituem ou eliminam a luta de classes e habilitam as nações e os indivíduos a se integrarem às economias globalizadas e aos mercados competitivos”¹¹⁷.

Para percebermos onde se situava essa possibilidade de melhora, na questão da empregabilidade desses trabalhadores-alunos, procuramos saber quais as atividades profissionais que eles desempenhavam. Pela análise das respostas, a grande maioria trabalhava no setor terciário e, principalmente, como auxiliares de algum outro profissional. A procura por melhores postos de trabalho pressiona o trabalhador para dentro da escola, pois, como nos diz Fiod

“Há consenso entre determinados segmentos sociais de que não basta que os indivíduos sejam alfabetizados. Cada vez mais está sendo reforçada a idéia de que a educação geral básica é a forma mais adequada para garantir qualificação profissional para os operários das fábricas flexíveis e automatizadas”¹¹⁸.

¹¹⁵ Os trabalhadores hifenizados, como Beynon classifica aqueles trabalhadores que desenvolvem atividades profissionais outras que não as *full-time*. IN: Antunes (1998:18).

¹¹⁶ Para maiores detalhes sugerimos uma consulta aos dados apresentados em forma de gráfico que se encontram nos anexos deste trabalho.

¹¹⁷ Gaudêncio Frigotto, no prefácio de AUED, Bernardete W (org.). **Educação para o (dês)emprego. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1999.**

¹¹⁸ FIOD, Edna G. M. Politecna: a educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernardete W (org.). **Educação para o (dês)emprego. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1999, p.103.**

A questão da melhora salarial e social que esse trabalhador-aluno busca através da educação está justificada nas respostas apresentadas quando foi questionado sobre o salário que recebia pelo trabalho desenvolvido. Da análise dessas respostas é possível deduzir-se uma média salarial, para o conjunto dos trabalhadores-alunos questionados, que não ultrapassa os dois salários mínimos, e compreendendo os extremos situados em menos de um salário, para aquele que ganha menos, e quatro salários, para aquele que ganha mais. Este último, recebe esse salário porque é soldado engajado do Exército Brasileiro e é o único que pode afirmar ter uma situação trabalhista um pouco mais definida, caso resolva prosseguir no Exército.

Dentro dos nossos propósitos, a pesquisa apresenta dois eixos de análise, um desses eixos procura salientar a visão que os trabalhadores-alunos têm da organização sindical, enquanto o outro aponta para a análise da organização estudantil desses mesmos trabalhadores-alunos. Assim, no segundo momento, depois de termos contextualizado o trabalhador-aluno dentro do mercado de trabalho, direcionamos nosso questionário no sentido de captarmos a sua percepção sobre a questão organizacional da classe.

Questionamos o trabalhador-aluno sobre o que é, para ele, um sindicato, e apesar da diversidade de respostas obtidas, foi-nos possível depreender a seguinte consideração: boa parte dos trabalhadores-alunos não tem noção do que seja, na realidade, essa instituição legítima, embora outra parte, significativa, demonstre ter uma compreensão clara do que seja um sindicato, afirmando que se trata de uma instância que defende os direitos e/ou os interesses dos trabalhadores. Para formarem tal conceito, esses trabalhadores-alunos utilizam verbos fortes, para classificar as ações desenvolvidas pelos sindicatos. Entre esses verbos destacamos: **organizar, lutar, liderar, orientar, defender, decidir, garantir**. Acreditamos ser preciso destacar aqui que essa visão se enquadraria melhor no sindicalismo da década de 70, durante a qual, segundo Antunes¹¹⁹, se praticava um sindicalismo de classe. Hoje, com as transformações impostas pela ofensiva neoliberal, as centrais sindicais abandonaram esse tipo de sindicalismo e abraçaram o “novo sindicalismo”,

¹¹⁹ Antunes (1998:72).

no qual “é preciso deixar de dizer apenas não e começar a dizer sim, apresentando propostas alternativas”¹²⁰.

Para reforçarmos essa nossa compreensão perguntamos, de forma mais direta, para que serve um sindicato? Procurando sintetizar as respostas, como forma de evitar repetições desnecessárias, é possível dividi-las em dois grupos que fazem luz sobre a já anotada diversidade de compreensões: um, em que o trabalhador-aluno parece estar alheio ou desencantado com a realidade e outro, em que o trabalhador-aluno parece mais consciente, mais seguro do valor e da qualidade dos serviços que o sindicato pode prestar à classe. Assim, dentre os primeiros, um diz que o sindicato serve: “Para tratar de assuntos variados”; um outro é mais radical e afirma que o sindicato não serve “para nada”; um outro afirma seu total desconhecimento e, quiçá, seu desinteresse quando afirma que “não sei”. Entre os segundos, voltam a surgir os verbos fortes já citados anteriormente e, de forma categórica, acrescentam outros verbos tão ou mais fortes que aqueles, por exemplo: **reivindicar, assegurar, incentivar, representar, administrar, brigar** pelos direitos e interesses dos trabalhadores. De posse destas informações é possível reconhecermos, em alguns dos sujeitos questionados, um elevado grau de conhecimento das funções dos sindicatos, conhecimento esse que é realçado pela dificuldade e/ou desconhecimento de outros.

O passo seguinte foi uma busca pela identificação dos sindicatos a que esses trabalhadores estavam ou não ligados. Quando procuramos saber dos trabalhadores-alunos se existia um sindicato da categoria profissional a que pertenciam, as respostas obtidas permitem-nos a seguinte análise: para aproximadamente um terço deles, o que representa uma quantidade elevada, ou não existe esse sindicato ou, simplesmente afirmam não saberem dessa existência. Os restantes declinaram o nome do sindicato ao qual, supostamente, estão ligados¹²¹. Os que negam a existência do sindicato demonstram uma falta de informação que suscita preocupação, pois, das atividades desempenhadas por eles,

¹²⁰ Segundo Jair Meneguelli, então presidente da CUT, em agosto/90, na plenária realizada em Belo Horizonte, apud Boito Jr. (1999:142-3). Essa nova postura da CUT ficaria conhecida como Sindicalismo Propositivo. A esse respeito ver, também, Antunes (1991,1998)

¹²¹ Permitimo-nos fazer essa afirmação antecipada, que mais tarde será confirmada, para uma melhor continuidade da análise que nos propomos fazer.

apenas uma não está representada em um sindicato – a atividade militar. Das demais apontadas, todas elas se enquadram dentro de uma categoria representada por uma organização sindical.

Quais seriam as causas que estão na origem desta situação de desinformação? Esta é mais uma questão que buscaremos esclarecer ao longo desta análise.

Ao analisarmos a forma como tiveram conhecimento da existência de um sindicato de sua categoria, podemos perceber que a maioria absoluta teve acesso a essa informação “através de um companheiro de trabalho”. O número daqueles que obtiveram essa informação através de contato direto com o próprio sindicato é de apenas 1, dentro do universo pesquisado. Esta situação parece caracterizar uma precária ação conscientizadora, por parte daquelas entidades, junto aos trabalhadores. Uma outra parcela, também pouco significativa, (2 trabalhadores-alunos) informa que teve conhecimento do sindicato por ocasião da assinatura do documento que autorizava o desconto da contribuição sindical, na empresa onde trabalhava.

Na perspectiva que nos propomos desenvolver e na qual sugerimos que o grêmio estudantil possa tornar-se uma fonte desse tipo de informações e um centro de debates da condição do trabalhador-aluno e/ou do futuro trabalhador, hoje aluno, surpreende-nos negativamente a falta de alguma referência a esse respeito, levando em conta que nas duas escolas pesquisadas existiam, à época, um grêmio em funcionamento e outro em implantação. Mas, sobre as condições em que esses grêmios atuam voltaremos mais adiante.

Quando questionamos sobre a situação sindical e a condição de ser ou não afiliado a um sindicato, 9 trabalhadores do universo de 25 pesquisados, disseram-se afiliados, tendo justificado a afiliação ao sindicato afirmando que: “sua categoria profissional é organizada”; “Porque no trabalho todos são sindicalizados”; “Por trabalhar de carteira assinada”; “Por ser funcionário público” e, “Por contribuir todos os meses com o sindicato”.

Não obstante reconheçam o sindicato como uma instância de defesa, de reivindicação, de luta e de orientação sobre direitos e interesses dos trabalhadores, as razões apresentadas por esses trabalhadores não refletem, de uma forma mais contundente, uma postura ativista diante da oportunidade que lhes é oferecida pelo fato de serem sindicalizados.

Julgamos importante, neste momento, ressaltar que a maioria disse não participar das atividades sindicais “por falta de tempo” ou “por falta de interesse” e que três não responderam a esta questão. Por um lado, é compreensível essa “falta de tempo”, pois temos plena consciência de que uma das táticas utilizadas pelo capital para desviar a atenção do trabalhador para essas questões é, justamente, mantê-lo ocupado pelo maior espaço de tempo possível. Por outro, no que diz respeito à “falta de interesse”, é possível perceber-se aí uma certa contradição, só justificável quando se analisam as respostas à pergunta sobre o que esperavam do sindicato. Verifica-se, pelas respostas fornecidas, que existe entre eles maiores e menores níveis de clareza sobre a função do sindicato. A maioria aponta para uma gama diversificada de atividades que devem, efetivamente, fazer parte das funções dos sindicatos, tais que: lutar pelos interesses dos trabalhadores, por melhores condições salariais, a defesa dos trabalhadores nas questões trabalhistas etc., mas, sem contudo vislumbrarem mais que isso. Um outro fator marcante na análise das respostas fornecidas é aquele que aponta para unilateralidade das ações, isto é, os trabalhadores-alunos apontam para as ações que o sindicato deve empreender e nas quais ele, trabalhador, não terá outra função ou responsabilidade que aguardar os resultados. Acreditamos estar aí localizada a falta de interesse por eles manifestada. Entre as respostas que embasam esta nossa análise, destacamos: “Espero que quando eu precisar ele faça a sua parte, porque a minha eu faço”, “Que ele venha à nossa procura para que possamos saber melhor sobre nossos direitos”, “Que ele seja sempre atuante”, “Presumo que quem participa do sindicato vise ver atendidas suas necessidades”, “Que sempre possa nos ajudar quando precisarmos”, “Que ele seja sempre atuante”, “Que consigam alcançar seus objetivos que é melhor para o sindicato e o trabalhador”, “Que ele saiba administrar não só os meus direitos como também os de todos os trabalhadores”, “Que sejam mais rigorosos, pois muitos trabalhadores vivem como se diz: ‘batendo a cara na porta’, fica por isso mesmo, não são atendidos de forma legal”.

Percebemos, através de uma análise das respostas fornecidas, que o trabalhador aluno carece de maiores e melhores informações a respeito de como e quando pode interagir com o sindicato. É inegável que, em meio a todas as respostas, algumas poucas aparentam um alto grau de conscientização ou, pelo menos, um discurso nesse sentido. Porém, quando se coloca sob holofotes o discurso e a prática, é possível percebermos que não são condizentes entre si.

Ao final do estudo é preciso respondermos a mais alguns questionamentos que devemos levantar aqui, depois de analisadas estas respostas. Existe alguma intencionalidade, por parte dos trabalhadores, ao manifestarem uma discrepância entre discurso e prática? Se existe, qual o aprendizado que podemos retirar dela? Em que esse aprendizado nos pode ajudar a elaborar uma nova sistemática de formação política organizativa dos trabalhadores?

Outras respostas que nos parecem bastante contraditórias são aquelas que respondem à questão: “Você julga importante ser sindicalizado”? Curiosamente, 22 trabalhadores-alunos dizem que sim, que é importante ser sindicalizado, embora apenas 5 deles tenham declinado ser sindicalizados. Desses 22 que dizem ser importante ser sindicalizado, 3, informam que não têm interesse em ser sindicalizados. Que se esconde por trás dessa contradição? Inclinamo-nos para uma aparente falta de informação, para uma falta de conhecimento mais aprofundado sobre as reais atividades de um sindicato, para a falta de uma conscientização das possibilidades que a organização da classe pode ensejar. Vale ressaltar que 4 trabalhadores-alunos deixaram de responder a questão e que, entre esses, se encontra um dos que diz ser sindicalizado. Vale salientar, ainda, a forma mais ou menos articulada com que alguns trabalhadores-alunos colocam as ações sindicais em torno da luta pelos direitos dos trabalhadores, enquanto outros o fazem de uma forma mais ou menos vaga e deixando transparecer um caráter de certo imediatismo e assistencialismo nas soluções para problemas que os afligem, demonstrando a falta de compreensão de que as melhoras nas condições de vida do trabalhador só podem vir através de um processo de luta que envolva todos os interessados.

Para justificarem o interesse em serem sindicalizados, alguns relacionam esse interesse a algo diretamente pessoal “porque ele dá o abono salarial todos os

meses”; “pelo motivo que a gente é representado por um sindicato que assegure nosso trabalho”. Mas não só, para outros o interesse se justifica por uma busca do bem comum “porque precisamos de um líder para lutar pelos nossos direitos”; ou para “ter alguém lutando pelos nossos direitos”; e, ainda “porque o sindicato obriga a empresa a cumprir seus deveres”. Já para outros, esse interesse se justifica “porque talvez isso nos deixe a par do que temos direito, para no caso de haver uma dessas brigas em tribunais por direitos trabalhistas”; ou para “que possa ter um ponto de esclarecimento sobre meus direitos” ou, simplesmente, porque “nos motiva em certos assuntos”. Por último, surgem aqueles que expressam com maior clareza uma percepção sobre a organização coletiva e sobre a necessidade de luta pelos direitos do trabalhador. Para estes, é importante ser sindicalizado “para defender os meus direitos de trabalhador e dos outros trabalhadores”; um outro acrescenta que “sendo sindicalizados temos mais oportunidade de juntar-se e lutar pelos nossos direitos”; o que, para os demais, pode significar “para poder reivindicar nossos direitos”; ou, simplesmente, “pois você não será um só a lutar, vários trabalhadores formam uma corrente maior”; e, ainda, “porque você não estará sozinho nessa luta”.

Quando elaboramos o questionário tivemos a preocupação de buscar uma confirmação das respostas que os nossos questionados poderiam apresentar às questões anteriores. Assim, as duas perguntas seguintes pretendem uma reafirmação ou negação das respostas dadas anteriormente. A primeira delas questiona sobre o que o sindicato deve fazer na luta pelo trabalhador. As respostas obtidas, mais uma vez apresentam compreensões diferentes e traduzem desde visões de cunho predominantemente individualista, até outras mais articuladas com a realidade enfrentada pela classe, mesmo se suas colocações refletem uma certa insegurança e/ou incerteza. Apenas 1 trabalhador-aluno deixou de responder a esta questão. Vejamos o que podemos depreender das respostas obtidas: na sua maioria, os trabalhadores-alunos esperam que o sindicato, mesmo sem a participação mais direta e efetiva do trabalhador, resolva todos os problemas que os afligem. Já aquela parcela de trabalhadores-alunos mais politizada, que é minoritária, aponta para a ação coletiva em busca de melhorias para a classe trabalhadora, de uma forma geral. Podemos, pois, afirmar que se confirma, de um lado a divergência de opiniões, com acentuada tendência ao desconhecimento da função social e política do sindicato, o que chaga a ser normal diante de uma

heterogeneidade de pensares e seres envolvidos na pesquisa e, de outro lado, a necessidade de se levar até esse trabalhador-aluno uma maior e melhor quantidade de informações a respeito mesma função social e política que deve ser desenvolvida por ele mesmo não só na qualidade de trabalhador engajado numa entidade organizativa, mas, e também, enquanto ser social e pensante inserido numa sociedade de classes em luta por mais direitos.

Uma outra questão formulada, com a qual procuramos confirmar respostas anteriores fornecidas pelo trabalhador-aluno, questiona sobre o que os trabalhadores podem ganhar com a organização da classe? Também aqui as respostas devem ser analisadas de forma a fazer-se luz sobre a compreensão, mais ou menos esclarecida dos questionados. Assim, da mesma forma que em momentos anteriores, é possível perceber diferentes níveis de percepção sobre a problemática levantada. Enquanto para uma parcela a organização representa “ganhar a liberdade de expressão e evitar sonegação de impostos”; para outra parcela, a organização classista pode significar o alcançar do “salário digno”. Chamou-nos a atenção o fato de dois trabalhadores-alunos terem associado a luta de classes com o fato de, na escola, estarem divididos em “classes escolares” e não terem, por essa via, relacionado a questão à sua condição de elemento pertencente a uma “classe social”. A este pequeno grupo devo juntar uma outra resposta que foi traduzida por apenas três enormes pontos de interrogação, significantes de um desconhecimento total. Outros assim expressaram o que o trabalhador pode ganhar com a organização da classe “mais espaço para trabalhar, melhores condições salariais e de aprendizado”; “maiores salários, novos direitos e segurança em algumas áreas”; “terem os direitos respeitados”; “melhor conhecimento, apoio...”; “nas negociações de salários nós podemos ganhar com a ajuda da classe”; “Muitos benefícios como, por exemplo, ficar a par de seus direitos”.

Pela nossa ótica, é perceptível que alguns não demonstram ter clareza suficiente para que se possamos afirmar que têm uma visão mais ampla da necessidade da organização classista como forma de se contrapor ao projeto dominante. Outros, em número inferior, apresentaram respostas que manifestam uma conscientização mais apurada da necessidade da organização da classe para que se possa lutar pela

defesa dos direitos trabalhistas, o que, na visão de alguns questionados, significa o que se coloca a seguir: Que o sindicato represente uma “força para reivindicar nossos direitos”; ou “um bom aliado dos direitos trabalhistas”. Um outro pede para que o sindicato tenha melhor desempenho na unificação dos trabalhadores “pois a união faz a força”; ou “maior força de impacto na luta pelo que desejam, em prol de todos”. Outros afirmaram que, com a organização os trabalhadores podem ter “condições dignas de trabalho, direitos legalizados, um salário justo com que se possa sobreviver”; ou “Melhores condições de trabalho, aumento de serviços”. Um acredita que os trabalhadores poderão ter um “salário justo e direito a voz e vez”; e um último espera que os trabalhadores consigam os “direitos assegurados por lei, garantia de emprego e esclarecimentos”.

O que podemos deduzir do conjunto de respostas aqui analisadas é que a compreensão que os trabalhadores-alunos têm da necessidade de se arregimentarem em torno dos interesses comuns reflete de forma quase inequívoca uma dicotomia entre teoria e prática. A sua objetividade, talvez um tanto imediatista, reflete mais as condições impostas pelo próprio sistema, que mais organizado lhe cerceia os movimentos mantendo-o ocupado o maior espaço de tempo possível e praticando uma política de enfraquecimento das instituições sindicais que, como já visto em análise anterior, enfrentam neste momento uma situação de crise, do que uma vontade pessoal de deixar a sua sorte entregue nas mãos dos capitalistas.

Trata-se, pois, de uma luta desigual, mas que, definitivamente, ainda não está decidida. Antes de ser proclamado um vencedor ainda há tempo de se construírem novas articulações da classe trabalhadora em torno dos interesses comuns. Para tanto, é preciso que uma discussão mais aprofundada da situação atual da classe seja desenvolvida nos diversos níveis em que os fóruns possam ser instalados e, certamente, a escola é um desses locais.

Gostaríamos de terminar esta reflexão com uma ousadia, parafraseando ENGELS quando, no prefácio à edição alemã¹²² de *O Manifesto Comunista*, conclama:

¹²² F. ENGELS no prefácio à edição alemã de 1890 de *O Manifesto Comunista*.

“Proletários de todo o mundo, uni-vos” e gritarmos a plenos pulmões: “Proletários de todo o Brasil, dai-vos as mãos e lutai”.

5.3 – A organização gremista sob a ótica dos trabalhadores-alunos.

A partir das respostas apresentadas pelos trabalhadores-alunos, no questionário aplicado, é que procuramos perceber, primeiro, se esse grupo tem uma compreensão do que seja e do que possa representar a instituição gremista que deveria ter como finalidade a organização dos estudantes em torno dos interesses comuns; em segundo lugar, pretendemos descobrir como essa compreensão pode afetar o desenvolvimento das atividades da instituição, principalmente no que diz respeito à organização do trabalhador-aluno em suas duas vertentes: trabalho e escola. Ao fazer esta relação trabalho/escola pretendemos descortinar, de uma forma mais geral, até que ponto se expressa a compreensão de uma e outra instância de organização, pois, a nosso entender, o sujeito social único que incorpora a uma só vez o trabalhador e o aluno, se organizado dentro de qualquer uma dessas instâncias apontadas, deveria contribuir de modo mais efetivo para a conscientização do outro na transformação da sociedade capitalista em que se encontra inserido.

Uma primeira constatação que extraímos das respostas fornecidas é que 64% dos trabalhadores-alunos estão, efetivamente, engajados no sistema produtivo e que os restantes 36% já ali estiveram em algum momento de suas vidas, o que os coloca na condição de desempregados em busca de nova oportunidade, mesmo que afirmem, simplesmente, serem estudantes e não estabeleçam uma relação mais profunda entre a faixa etária em que se enquadram e essa situação de estudantes.

Fomos surpreendidos, aqui e como já acontecera quando da análise da questão sindical, pela falta de informação que esses trabalhadores-alunos manifestaram, no que diz respeito ao grêmio. Quando questionados sobre a existência ou não de um grêmio estudantil na escola freqüentada, obtivemos respostas que nos permitem descortinar, num primeiro instante, o tipo de relação que é estabelecida entre a organização e o próprio estudante. Essa relação é uma relação bastante fria e

distante, provocada, a nosso entender¹²³, por dois motivos básicos: um, a compreensão errônea que os estudantes têm de que o grêmio é constituído apenas pela parcela dos alunos eleitos para dirigirem a agremiação e, dois, nesse “isolamento” da diretoria nascem sentimentos de rejeição à entidade. Este nosso raciocínio tem por base respostas tais que: “Nesta escola, neste ano, ainda não vi a sala do grêmio aberta”. “Quando existia, era para roubar o que nós tínhamos”. “O que o grêmio faz não me interessa”. “O grêmio não luta pelos direitos dos estudantes e sim pelos dos ladrões”. “Roubar os estudantes, através das carteiras estudantis”. Estas respostas são uma crítica ao comércio que se estabeleceu em torno da confecção das carteiras estudantis, uma das atividades consideradas das mais importantes ou como a principal da entidade.

Sobre as atividades desenvolvidas pelo grêmio é possível afirmarmos, com base nas respostas coletadas, que 36% do universo pesquisado, embora tenham negado sua participação nas atividades gremistas, apontam para “muitas atividades esportivas e outras, como representantes da escola”; “Os responsáveis pelo grêmio fazem valer e ser reconhecidos os direitos do aluno. Ex.: as carteiras de estudante”; “Carteiras de estudante e melhoras do estabelecimento”.

Quando questionamos sobre a possibilidade de o grêmio se constituir um local de debate da situação e formação da classe trabalhadora, recolhemos respostas que manifestam “toda a sede saber (...) de forjar as armas intelectuais necessárias à sua emancipação”¹²⁴ e apontam para a caracterização do grêmio como um campo propício ao debate e à concentração de forças na luta contra o capital. Entre essas respostas destacamos: “O grêmio, na minha opinião, é uma espécie de orientador dos alunos, deveria estar por dentro de todas as necessidades deles, de uma forma geral e levar ao trabalhador o conhecimento de seus direitos e deveres”. Ou “porque a consciência sobre o que é um sindicato começaria a partir do grêmio da escola”; também na “discussão, no debate, no esclarecer de todas as dúvidas”; e, por fim, “na orientação para o mercado de trabalho”. Estas posturas esclarecem bem a

¹²³ Esta compreensão vem corroborar com a afirmação do professor articulador comunitário, já citado anteriormente, quando afirma que os alunos têm essa visão sobre quem efetivamente faz parte do grêmio, não demonstrando, dessa forma, um conhecimento mais aprofundado do que seja uma organização de classe, na qual todos os elementos devem colaborar na busca pelos objetivos do coletivo.

¹²⁴ Rosa Luxemburgo, apud G. Snyders (1981:341-2).

necessidade que o trabalhador-aluno tem de maiores e melhores (in)formações, para a construção desse “saber”, que aquelas que lhe são ofertadas pelo sistema educacional de tendência tradicionalista/conservador. E mais, em um contexto de permanentes transformações socioeconômicas e das relações trabalho/educação, precisamos ter em mente que “se da análise da conjuntura decorre o programa, da natureza desse último decorre a estratégia de alianças que convém aplicar”¹²⁵, para fazer frente a uma persistente tendência à degradação da classe trabalhadora. Daí a necessidade de se aproveitarem todos os espaços disponíveis, inclusive e principalmente na escola, para efetivar essa construção, que deve conter, em seu bojo, o objetivo de se alcançar a transformação da própria escola, levando-a aos moldes unitários propostos por Gramsci.

Acreditamos que a reforma que se faz necessário realizar no sistema educacional do país, para resolver os problemas da escola, não seja incumbência única dos trabalhadores-alunos, ela é, também, de responsabilidade dos trabalhadores-professores, dos trabalhadores-funcionários, dos trabalhadores-pais, enfim, de toda a classe trabalhadora, envolvendo-se nessa luta por um ensino gratuito e de qualidade. Marco Aurélio Nogueira¹²⁶, ao analisar o trabalho da professora Rosemary Dore Soares, sobre a Escola Unitária de Gramsci e a transformação que precisa ser efetuada na escola brasileira voltada para o futuro, afirma que: “Os grandes problemas da escola e da educação (...) dependem, para ser solucionados, de pessoas que mobilizem recursos humanos, políticos, sociais e ideológicos para uma transformação substantiva”.

Assim, quando questionamos sobre a possibilidade de o grêmio, enquanto elemento articulador da massa estudantil, poderia dar sua contribuição para a melhoria das classes menos favorecidas, os trabalhadores-alunos responderam que o grêmio poderia contribuir “mostrando e explicando os campos de trabalho”; “Através de palestras, reuniões, jornais e seminários”; “Fazendo atividades como: reciclagem, relações humanas etc.”; “Discutindo com o sindicato sobre emprego e salários”; “Com pessoal capacitado poderá ser o incentivador dessas pessoas que receberão

¹²⁵ Cf. Boito Jr. (1999:234).

¹²⁶ Documento retirado da internet no site: <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramsalt.htm>. Artigo escrito em especial para “GRAMSCI E O BRASIL”.

esta formação e, quem sabe, treinamento”; “Procurando centros de estágios para trabalho, oferecendo-os aos alunos da escola pública”.

Convém destacarmos que uma parte significativa dos trabalhadores-alunos aponta para a necessidade de o grêmio estar mais próximo deles. Esta sugestão apresentada auxilia-nos na compreensão das diferentes percepções que esses mesmos trabalhadores-alunos têm das entidades organizativas e de sua não participação nas atividades por elas desenvolvidas, quando deixam transparecer a vontade de que um grupo apenas, no caso a diretoria do grêmio, trabalhe em prol dos demais.

É possível notarmos, também, nas respostas fornecidas pelos trabalhadores-alunos, por um lado, a vontade de “crescerem” dentro de uma sociedade de conhecimento que lhes permita enxergarem, no final do túnel, uma luz que aponte para a melhoria das condições de vida; e, pelo outro, a carência que esses mesmos trabalhadores-alunos têm de uma (in)formação mais voltada para essa primeira condição. Quando entrevistamos a diretora de uma escola pública e quisemos saber sobre a participação e, principalmente, do engajamento dos professores na construção dessa sociedade, ela nos afirmou que: “A maioria deixa passar. Não estão muito preocupados, mas felizmente, graças a Deus, tem uns que se preocupam”. Foi a partir desta resposta que arriscamos dizer, anteriormente, que a responsabilidade da construção de um novo modelo educacional também cabia ao trabalhador-professor.

Em outro momento do questionário pretendemos saber que atividades o grêmio deveria realizar para atender a necessidade do alunado e, de todas as respostas recolhidas, uma sintetiza perfeitamente o conjunto das demais. Diz, textualmente, a trabalhadora-aluna:

“Eu gostaria que os assuntos do grêmio não ficassem tão restritos apenas aos representantes. Assuntos relacionados a problemas do aluno, fora da escola, por exemplo, alguns departamentos estão discriminando o nosso supletivo no nível de telecurso. Gostaria que o grêmio fosse o nosso porta-voz e gritasse por cada aluno. Eu não gostaria de ver tantas pessoas se sacrificando e não poderem ingressar no mercado de trabalho, seria triste. Eu fui uma aluna impedida de fazer um estágio!”.

Em sua reflexão, a trabalhadora-aluna clama por atitudes mais efetivamente direcionadas aos interesses das duas vertentes que representa dentro do nosso estudo: a de trabalhadora e a de aluna e evidencia, de forma enfática, a discriminação de que foi alvo por ser aluna de um processo de ensino-aprendizagem idealizado pelas entidades educacionais encarregadas do planejamento dos meios de melhora da qualificação do trabalhador e de erradicação do analfabetismo no nosso país. Essa denúncia ilustra bem, de um lado, a tendência já apontada anteriormente de concentração das ações gremistas no corpo da direção da entidade e, de outro lado, certamente o mais significativo para nós, a necessidade que o trabalhador-aluno tem de discutir com os demais os problemas que lhe afligem dentro e fora da escola.

Das respostas fornecidas no questionário sobressaem-se algumas que podem justificar e ampliar a percepção que temos e que registramos nos parágrafos anteriores, sobre a necessidade de se redirecionar a atividade gremista, de tal forma que possa mais e melhor servir aos interesses dos trabalhadores-alunos. Quando procuramos saber por que o trabalhador-aluno não participava das atividades do grêmio, recebemos as mais variadas respostas, mas que podem ser sintetizadas nas seguintes: “Porque o que o grêmio faz não me interessa”; “Porque o grupo não nos comunica sobre as atividades e também não sabemos nem quem são os líderes”; “Ainda não pediram minha participação”; “Porque não tenho nenhuma notícia de alguma atividade exercida pelo grêmio na escola”; “Porque nunca me encaixei, não tive oportunidade ou mesmo não me interessei”.

Estas respostas merecem uma atenção toda especial dentro da linha de raciocínio que vimos perseguindo. Assim, quando os trabalhadores-alunos declinam que “o que o grêmio faz não me interessa”, nas várias formas de expressão, é possível compreender-se que as atividades desenvolvidas pela entidade, já apontadas anteriormente, estão aquém do interesse do aluno que tem, certamente e como já ficou claro, outros interesses mais objetivos. Acreditamos que através de uma ação mais direcionada a esses interesses seja possível chamar para uma participação mais efetiva aqueles que hoje assim se posicionam, contribuindo para o fortalecimento da entidade. E esta nossa análise ganha força quando destacamos uma outra resposta apresentada quando questionamos sobre qual deveria ser a

postura do trabalhador-aluno para que crie uma consciência de classe. Afirma o trabalhador-aluno:

“Eu, particularmente, acho necessário não haver comodismo. O trabalhador-aluno precisa de coragem para abrir a boca, tomar atitudes por ele mesmo e dar força aos demais. Ele precisa de incentivo e de uma certeza que seus esforços não serão em vão”.

Notamos nesta resposta um interesse pela luta, pela solidariedade e pela necessidade de o trabalhador “gritar” por seus direitos e deveres, para além, é claro, de ver satisfeitas suas reivindicações. Podemos perceber, também, ao longo das declarações dos trabalhadores-alunos, uma carência a ser suprida – a falta de uma formação política que coloque sob holofotes as reais intenções do capitalismo no que diz respeito da educação e preparação desse mesmo trabalhador-aluno. A escola teria condições, desde que a sua função social para isso apontasse, de fornecer ao trabalhador essa formação. Mas, enquanto essa escola se mantiver dependente dos ditames do capital, isto é, sem a devida autonomia para produzir o conhecimento voltado ao interesse do trabalhador, ela continuará a disseminar a ideologia dominante. A indicação de que “a consciência, o trabalhador já a tem”, fornecida por um outro trabalhador-aluno na resposta à questão formulada, parece justificar definitivamente a análise que realizamos anteriormente sobre a falta de interesse do aluno, que se apóia na falta de incentivo, de orientação e de aprofundamento sobre as possibilidades de transformação da situação. No momento, o nosso maior questionamento fica por conta de quem deverá fornecer esta orientação e inculcar o incentivo necessário. Sabemos que a escola, nos moldes em que aí está, não apresenta uma verdadeira fonte de formação e informação que se contraponha ao *status* criado pela quase hegemônica tendência neoliberal que governa o país, muito pelo contrário, reforça-o. Diante de um quadro de abandono como este em que se encontra o nosso trabalhador é pertinente questionar: como construir uma classe forte e capaz de reverter uma situação que se agrava a cada dia que passa e aponta para o total domínio do capital sobre o detentor da força de trabalho?

Temos plena consciência que não é fácil reverter esse quadro nem, tampouco, responder à questão que levantamos. Mas, acreditamos que a construção de uma

união em torno dos interesses gerais da classe, através de encontros, debates, palestras, fóruns permanentes de discussão, estudos direcionados, trocas de experiências, poderia ser uma primeira alternativa a render bons resultados. Esses eventos poderiam fazer parte do cotidiano escolar, como já nos apontou Gramsci em suas lições, e também das mesas de discussão dos sindicatos, de uma forma mais efetiva. Embora saibamos que o confronto das forças em luta seja muito desigual, pois se, de um lado, temos uma massa quase que uniformemente mal preparada para o enfrentamento e, do lado oposto se encontra a outra, preparada e equipada com os mais modernos meios de persuasão para atingir os objetivos que mais lhes são convenientes, acreditamos que ao longo dos tempos criar-se-ia uma relação de forças mais equilibrada entre elas que conduziria, inevitavelmente, a uma redução das desigualdades existentes na atual conjuntura. Marx¹²⁷, quando nos fala sobre a possibilidade da formação e do desenvolvimento humano na sociedade, através da ação dos trabalhadores nas gerações que estão por vir, afirma que as crianças terão de ser preservadas dos efeitos que o sistema capitalista lhes impõe e que

“Isto só será possível mediante a transformação da *razão social* em *força social* e, nas atuais circunstâncias, só podemos fazê-lo através das leis gerais impostas pelo poder do Estado. Impondo tais leis, a classe operária não tornará mais forte o poder governamental. Ao contrário, fará do poder dirigido contra elas, seu agente. O proletariado conseguirá então, com uma medida geral, o que tentaria em vão com muitos esforços de caráter individual”.

Parece-nos, na nossa análise, que as palavras proferidas por Marx, naquele contexto histórico, são de uma atualidade impressionante, pois, concordamos com ele quando aponta para essa apropriação das leis e a conseqüente reversão delas em favor do proletariado, o que, a depreender das palavras transcritas, só será possível com a união de pensares e fazeres coletivos dos trabalhadores.

Ao final do questionário deixamos um espaço em branco e convidamos os trabalhadores-alunos a registrarem alguma opinião que julgassem poder contribuir para uma melhor análise do assunto em estudo. A nossa expectativa era que, depois de terem respondido às questões que lhes apresentei, os trabalhadores-

¹²⁷ K. Marx. Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. IN: MARX e ENGELS: textos sobre educação e ensino. São Paulo: Editora Moraes, 1992, (p.60).

alunos, envolvidos pelo “clima” do referido questionário, apresentassem algumas sugestões, críticas, desabaços ou manifestações de descontentamento ou apoio à situação social que vivenciam. Levando em conta que uma parte significativa aproveitou o espaço para desejar sorte ao pesquisador, ou para manifestar sua dúvida sobre se havia ou não respondido corretamente ao questionário, gostaríamos apenas de salientar a colocação de um deles, que traduz de alguma forma, para além de uma insatisfação com o sistema educacional, a percepção de que sindicatos e grêmios poderiam trabalhar de forma complementar “se não existisse tanta corrupção” tanto numa como noutra instituição, como foi apontado ao longo do questionário. Esse trabalhador-aluno utiliza palavras imoderadas para expressar sua opinião, mas resolvemos deixá-las, como forma de preservar a totalidade do descontentamento dele. Eis a íntegra de sua declaração:

“O grêmio e o sindicato são praticamente a mesma coisa, só que o grêmio é na escola e o sindicato no trabalho. Que pena que existem grêmios e sindicatos corruptos que, ao invés de ajudar, fazem é prejudicar o trabalhador e o aluno. Se o trabalhador tivesse mais educação, mais escolaridade, teria mais senso crítico e não aceitaria tudo que ele aceita hoje. Começando pelo governo que é a maior merda. Eu não sei de quem é a culpa nisso tudo. Só sei que acima de tudo estou de pé, tenho mãos para trabalhar e cabeça para pensar. Eles que se cuidem”.

O tom de ameaça com que o trabalhador-aluno termina sua reflexão significa, a nosso entender, a expressão de revolta que ocupa as mentes de muitos deles, mas que, por motivos que nos são desconhecidos, acabam sendo sufocados, silenciados, quando lhes é solicitada uma opinião a respeito da atual situação que a classe, como um todo, atravessa diante de uma realidade de desemprego, desinformação, deseducação e despreparo para o enfrentamento das condições impostas pelo neoliberalismo.

Acreditamos estar em condições, após a presente análise, de tentarmos traçar um perfil aproximado do nosso trabalhador-aluno. É o que estaremos fazendo no próximo ponto.

5.4 – Uma tentativa de traçar o perfil do trabalhador-aluno

De posse destas informações coletadas é possível traçar um breve perfil do trabalhador-aluno que não deve, de forma alguma, ser considerado como uma regra geral, mas que significa uma pequena amostragem do campo empírico escolhido para a realização desta pesquisa.

O trabalhador-aluno que retornou à sala de aula em busca de uma maior qualificação educacional, para fazer frente às novas exigências do mercado que vêm sendo alardeadas¹²⁸ é, em média, jovem, encontrando-se na faixa etária compreendida entre os 23 e os 24 anos. Não é possível afirmar o predomínio de um sexo sobre o outro, pois, na amostragem que serviu de base para a elaboração da pesquisa, registrou-se aquilo que os pesquisadores costumam chamar de “empate técnico”.

Para realizarem seus estudos, os trabalhadores-alunos procuram todos os sistemas de ensino disponíveis, isto é, procuram tanto o ensino regular, quanto o sistema de ensino supletivo. Sobre esse trabalhador-aluno, enquanto trabalhador, é possível dizer que ele está, efetivamente, engajado em alguma área do setor produtivo e o regime de emprego que mais pratica é o trabalho em tempo integral. É comerciário, mas a sua ocupação, dentro desse ramo, não ficou bem definida em virtude da falta de informação mais detalhada sobre a questão. O que ficou mais ou menos claro é que grande porcentagem trabalha como auxiliar em alguma profissão. Ganha entre 1 e 1,5 SM. De uma forma geral tem alguma clareza de que o sindicato luta ou deve lutar para preservar os direitos dos trabalhadores, do que seja e para que serve um sindicato, embora careça de uma formação política e de motivação para participar das atividades desenvolvidas pelo sindicato. Por falta dessa maior formação, não é afiliado a nenhum sindicato e não participa das atividades sindicais, apesar de dizer que é importante ser sindicalizado. Quando se pronuncia sobre os deveres do sindicato, demonstra um certo interesse pelo coletivo, mesmo se não demonstra

¹²⁸ Vale aqui destacarmos que, apesar de serem amplamente difundidas nos meios de comunicação de massa, essas exigências são bastante contestáveis, tendo em vista que a maior qualificação educacional não significa, necessariamente, uma maior facilidade na obtenção de postos de trabalho. É comum encontrarmos pessoas que estão qualificadas para desempenhar posições de destaque no mercado de trabalho desempenhando funções que exigem qualificação menos específica.

uma grande compreensão dos resultados que se poderão alcançar com a organização da classe trabalhadora.

Considerando a sua segunda situação – a de aluno – é possível dizer, a esse respeito, que não tem, praticamente, conhecimento da existência de um espaço, na sua escola, onde sejam discutidos os problemas relativos aos trabalhadores, problemas esses dos quais diz “estar por fora”. Está consciente da existência de um grêmio estudantil na sua escola, que este tem por principal atividade tratar da questão das carteiras estudantis e do qual não participa por falta de tempo ou, de um modo mais velado, por temer represálias por parte da direção da escola. Não tem um conhecimento mais aprofundado do que seja um grêmio e quais as funções que este poderia desempenhar na formação do trabalhador. Esse trabalhador-aluno não demonstra ter conhecimento da realidade que se esconde por trás da necessidade que ele tem de regressar aos bancos escolares após o seu ingresso no setor produtivo, acreditando que um mais elevado grau de instrução é sinônimo de maior facilidade na obtenção de postos de trabalho. Acredita, ainda, que se faz necessário uma efetiva atuação da escola e do sindicato para a formação do trabalhador, porém não é engajado em nenhuma das atividades que aquelas entidades lhe propiciam. Aponta a falta de informação como um dos fatores responsáveis pela sua não participação nessas atividades e culpa as entidades de não lhe oferecerem essa informação. Não reconhece que a sua “falta de interesse” em buscar essas informações possa ter um peso idêntico à falta de oferta. Para ele, o grêmio é uma entidade de poucos a serviço de muitos, isto é, apenas é do grêmio quem faz parte da direção do mesmo e que esse grêmio poderia dar uma contribuição na formação do trabalhador, mas, como fazê-lo se “nem pelos alunos faz nada?”. Por último, aponta para a “corrupção” e para a “roubalheira” que se registraria dentro dos grêmios estudantis, o que justificaria, em parte, seu desinteresse por participar ativamente das atividades do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória percorrida até este momento, muitas foram as dúvidas, os questionamentos levantados por nós e pelos autores lidos. Pretender expurgar todas as dúvidas e responder a todos os questionamentos parece-nos tarefa hercúlea, principalmente se levarmos em consideração a nossa condição de iniciantes na arte de pesquisar, a complexidade do tema abordado e a vulnerabilidade própria do método aplicado. No entanto, para atingirmos nosso objetivo, faz-se necessário refletir sobre ambos.

Um primeiro questionamento nos é colocado pelo próprio título do trabalho que agora procuramos encerrar: como se organiza o trabalhador-aluno? Numa tentativa de resposta a esse questionamento, após o estudo realizado, tecemos algumas considerações que passamos a apresentar. Mas antes de iniciarmos a tessitura dessas considerações finais julgamos necessário apontar algumas dificuldades próprias da construção do caminho que trilhamos. Assim, por exemplo, enquanto tivemos facilidade em encontrar um referencial teórico que nos servisse de ancoragem para tratarmos do tema sindicato, não podemos dizer o mesmo em relação ao movimento estudantil, principalmente dentro da especificidade que objetivávamos. Destarte, as considerações tecidas sobre os grêmios estudantis carecem de um embasamento mais teórico e todas elas nascem de um quase empirismo, próprio em tais circunstâncias. Esperamos estar dando nossa contribuição para a formação desse referencial.

Ao longo do estudo que realizamos pudemos perceber claramente que o trabalhador-aluno tem noção da necessidade de estar organizado dentro da classe a

que pertence, mas essa noção não apresenta grandes fundamentos, não tem grande consistência, uma vez que ele carece de maiores informações e, até mesmo, de uma orientação mais voltada a esse sentido.

O nosso trabalhador-aluno, embora utilize verbos fortes para conceituar as organizações que podem representar a classe a que pertence e as ações que elas devem desenvolver, incorpora a ideologia dominante que instiga o ser social ao individualismo e aponta as direções dessas organizações como sendo as únicas responsáveis pelo seu sucesso ou insucesso. Assim, por exemplo, não compreende que a sua participação nas atividades desenvolvidas pelas organizações é extremamente importante para que a classe, como um todo, consiga vencer as lutas que é preciso travar contra o capital com o objetivo de melhorar suas condições de sociabilidade e de trabalho.

Esta constatação fez-nos levantar um outro questionamento, pois almejamos a construção de uma classe forte e capaz de reverter uma situação social que se agrava a cada dia que passa e que aponta para o total domínio do capital sobre o detentor da força de trabalho. Como construir essa classe? A resposta pode parecer fácil de dar, mas não tão simples de executar, pois, para além das transformações que o mundo do trabalho vem enfrentando, fruto principal do desejo incontido por mais lucros por parte dos detentores dos meios de produção e vêm refletindo, de forma negativa, no aprofundamento das diferenças entre as classes sociais que, historicamente, são antagônicas, devemos considerar, ainda, a dinamicidade e objetividade com que esses processos transformadores ocorrem. Acompanhando essa realidade é possível percebermos que as formas de organização da minoria dominante são tarefa bem mais fácil que para a maioria dominada. O capital, através de um modelo neoliberal de gestão, vem permanente em busca de maiores lucros e tem criado estratégias capazes de enfrentar e vencer grande parte das lutas iniciadas pela classe trabalhadora. Pudemos, também, compreender a dificuldade que o trabalhador-aluno tem que vencer para satisfazer a necessidade de organização das classes menos favorecidas às quais pertence, enquanto sujeito social, ocasionada pela falta de uma formação política desse trabalhador e a influência negativa que essa falta produz na questão organizacional do mesmo.

Na atual configuração da ordem mundial, os movimentos sociais, principalmente os reivindicatórios, tendem a ser interpretados como barreiras ao progresso do capital, motivo pelo qual precisam ser enfraquecidos – o que vem acontecendo hodiernamente com os sindicatos, em franca crise – ou a serem compreendidos como instâncias que podem ser as novas formas de participacionismo responsável pela geração de recursos auxiliares através de práticas comunitárias – como se pretende que aconteça com os grêmios estudantis. Neste norte, podemos afirmar que existe, por parte do ideário neoliberal, uma forte imposição que visa à descaracterização e ao enfraquecimento das lutas de classes. Considerando que o capital vem apresentando crises cíclicas, poderemos dizer que existem momentos em que as possibilidades de sucesso dos movimentos proletários têm mais chances de serem vitoriosos, mesmo que “só temporariamente”¹²⁹. Esses momentos devem ser bem aproveitados. Esta oportunidade que a burguesia nos cede sob pressão, ou seja, que os trabalhadores vêm conseguindo arrancar-lhe através de lutas, devem transformar-se em motivos de intensificação dessa luta para se atingir o ponto certo em que “o proletariado, pela derrubada violenta da burguesia, lança as bases do seu próprio domínio”¹³⁰.

A conquista desse domínio, no entanto, não será obtida com facilidade, pois, a exemplo do já acontecido em outras circunstâncias, só se apresentam duas possibilidades para alcançá-la: uma mais rápida, porém mais violenta – a tomada do poder pelas armas e, outra mais lenta, que passa pela conscientização dos povos. Pessoalmente, por já termos passado pela experiência traumática de enfrentarmos uma guerra, pela libertação de um povo, preferimos a segunda via à qual ousamos chamar de revolução intelectual. É nesse sentido que defendemos a implantação da escola nos moldes daquela preconizada por Gramsci, a escola unitária.

Neste momento, pretendemos responder um outro questionamento que levantamos ao longo do estudo: é possível instalar um sistema unitário de ensino no país? A nosso entender sim, mas não enquanto o poder estiver nas mãos do capital, pois este jamais renunciará a deter o comando total e explorador do proletariado. Para assim continuar, o atual sistema educacional oferece-lhe todas as garantias de que

¹²⁹Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista (p.16).

¹³⁰ Idem, (p.19).

a população continuará submissa, alienada e produtora das riquezas que a burguesia tanto almeja. Historicamente, ao trabalhador, peça principal na movimentação de todo o sistema produtivo, tem restado, entre outras coisas, a dificuldade/impossibilidade de desenvolver/aprofundar seus conhecimentos, pois, para manter-se em um estágio minimamente superior ao de miséria absoluta, precisa ingressar no mercado de trabalho¹³¹ ainda muito novo, quando deveria estar freqüentando os bancos escolares. Mas o capital precisa qualificar o trabalhador, apenas o suficiente para que ele produza mais e, nesse sentido, oferece à guisa de benesse, um modelo de ensino destinado àqueles “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”¹³². Carvalho (1984:23), vai um pouco mais profundamente na análise documental que cria e justifica esse tipo de ensino e nos mostra que já no século XIX esse tipo de ensino era destinado “ao homem do povo que vive de salário” e “aos que a idade e a necessidade de trabalhar não permitem freqüentar cursos diurnos”. Podemos afirmar que, nos 126 anos que separam a realidade apontada nos documentos citados por Carvalho (1870) e aquela referida na mais recente legislação do ensino brasileiro, não se registrou nem um tipo de avanço no que refere a formação do trabalhador. Continuamos pensando e agindo como há mais de um século. Esta situação obstaculariza o progresso do país, não só no sentido da produção de bens de consumo mas, e principalmente, no desenvolvimento intelectual de seu povo. Acreditamos, pois, que se faça necessário pensar diferentemente esta situação e que essa transformação só possa acontecer pela via da organização das classes oprimidas.

É justamente essa organização que nos vem preocupando, pois, nos moldes que ela atualmente se encontra, como atestam os autores citados ao longo do nosso estudo¹³³, favorece mais ao capital que ao próprio trabalhador, na medida em que parece ter perdido o espírito combativo e reivindicador, para assumir posturas propositivas que tendem apenas a minimizar as perdas em vez de conseguir mais vitórias para a classe trabalhadora.

¹³¹ Tal como nos foi possível verificar na nossa pesquisa empírica e que confirma a tendência apontada pela maioria dos autores estudados, essa entrada do trabalhador no mercado de trabalho acontece, numa proporção alarmante, no mercado informal de trabalho, em subempregos, via terceirização ou, ainda, na qualidade de trabalhadores hifenizados como nos aponta Beynon, já citado.

¹³² Cf. LDB, Lei No. 9394/96, no caput do seu Art. 37.

¹³³ Neste caso destacamos Antunes e Boito Jr.

Acreditamos que essa nova postura das entidades responsáveis pela organização das classes menos favorecidas seja o reflexo de uma ideologia pregada e massacrantemente imposta pelo neoliberalismo que conduz o cidadão ao individualismo, ao solipsismo e a deixar-se guiar pelos acontecimentos, de forma egocêntrica e não solidária, sem reflexão. Esta atitude de passividade só poderá ser quebrada através do conhecimento que possa criar no ser social a vontade de transformar a realidade que o cerca. Esse conhecimento pode ser produzido de muitas formas, inclusive pelo ensino. É neste ponto e perseguindo este raciocínio que nos surge mais um questionamento: e por que não na escola?

A carência dessa (in)formação poderá ser suprida através de ações simples, desde que os sujeitos sociais envolvidos para isso sejam orientados e, na nossa compreensão, deverá iniciar-se nos bancos escolares, aproveitando, para tal fim, as instituições que esses mesmos sujeitos têm à sua disposição. Esta prática (in)formadora pressupõe, entretanto, um quebrar de paradigmas “educacionais” que hoje são aplicados na maioria das nossas escolas, principalmente no que diz respeito à formação para o trabalho, preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Não obstante o nosso estudo não ter objetivado a análise do currículo escolar, na condição de docente, não podemos deixar de sinalizar que o mesmo não prioriza a formação do trabalhador, pautando-se não na ideologia declarada, mas, sobremaneira naquela ocultada que aponta para a formação do “servidor do capital”. Mas, os espaços para um debate em torno das condições que o trabalhador-aluno enfrenta existem e poderão ser ampliados. Um desses espaços é o grêmio estudantil que, desde que percebido enquanto órgão de arregimentação de todos os alunos da unidade escolar, poderá, através das ações de seus integrantes, estender o debate sobre a formação política/profissional do trabalhador até às salas de aula, até à comunidade e, mesmo, até ao chão da fábrica, pois, como percebido na especificidade deste estudo, o aluno é um trabalhador ou está em vias de sê-lo.

Foi com a preocupação maior de compreendermos o porquê desses espaços não estarem sendo utilizados de uma forma adequada que realizamos este estudo. E agora, ao terminá-lo, ao relermos as passagens e retornarmos sobre nossos passos, fica-nos o sentimento de que algo inacabado está prestes a nos escorregar entre os

dedos. Fica-nos, igualmente, a sensação de que muito mais poderíamos ter examinado, colocado em análise, e esse sentimento faz com que, assim sendo, encontremos uma possibilidade de restituição deste estudo à nossa própria iniciação na pesquisa, uma vez que foi no exercício deste fazer, desfazer e refazer que nos iniciamos no capítulo da sistematização do conhecimento construído. Mas, nesse sentido, consola-nos a certeza de que o conhecimento é algo em permanente reconstrução e que portanto não devemos assumir a postura de pretender exaurir um assunto polêmico como este que abordamos.

O que mais se sobressaiu neste estudo foi uma aparente inexistência de interesses mútuos entre trabalhadores e estudantes, no tocante à organização de ambos, mesmo se, neste caso, uns e outros possam estar representados por um só sujeito social. Antes de prosseguirmos na nossas reflexões, sentimos necessidade de explicar os termos que aqui utilizamos: “aparente inexistência”. Aparente, pois não há como afirmar a total falta de coincidência de interesses, uma vez que é possível encontrar, entre os sujeitos pesquisados, parcelas que comungam dos mesmos ideais. Para além disso, o que prevalece, na nossa interpretação dos dados obtidos nesta pesquisa, é a falta de uma consciência de classe e de luta de classes, como expressão máxima na conquista de direitos negados, pois no nosso modelo de ensino não é freqüente a discussão mais ampliada do conceito de política classista.

Logo, a primeira consideração a ser feita vai no sentido de buscarmos uma mais concreta unificação do pensar e agir desses dois sujeitos que, nas circunstâncias em que aqui foram abordadas, estão fundidos em um só, na condição de trabalhadores-alunos. Essa unificação poderá ser intermediada pelos grêmios estudantis que, para melhor realizar esta tarefa, precisam ser implantados em todas as unidades de ensino, pois sua existência ainda não é fato na maioria dessas unidades e serem orientados para a formação política e social do cidadão.

A segunda, complementa a primeira e mesmo lhe dá sentido, na medida em que as duas entidades que pretendem ajudar a formar os dois referidos segmentos da sociedade – aqui vistas separadamente – o sindicato e o grêmio estudantil, podem muito bem, como ficou evidenciado na pesquisa, contribuir para essa unificação, desde que uma estratégia de ação seja implantada para atingir esse objetivo que,

neste caso, será, em última instância, a superação das crises do trabalho e da organização da classe trabalhadora, além das conseqüências sócio-econômicas que essas crises acarretam. Essas conseqüências, que estão explícitas numa tendência acentuada ao individualismo e no consumismo desenfreado que o capital dissemina, só poderão ser vencidas, a nosso entender, contrapondo-lhe a única alternativa que se assevera capaz de reverter essa situação – a implantação de um regime político socialista.

Considerando as opiniões manifestadas pelos sujeitos sociais que fizeram objeto desta pesquisa, acreditamos que, a partir de encontros entre as entidades, notadamente entre os jovens estudantes e os trabalhadores, onde aconteça uma discussão de assuntos referentes à questão organizacional da classe trabalhadora e outras práticas convergentes, se possam pensar formas de organização que lhes permitam tomar a iniciativa na luta por uma sociedade menos excludente e desigual.

No entanto, considerando o atual estado avançado de dominação do capital, não se deve pressupor que esta nossa contribuição possa transformar-se em alguma “poção”, capaz de resolver o problema que os trabalhadores vêm enfrentando com um simples estalar de dedos ou ao proferir as palavras mágicas. Temos plena consciência de que essa transformação é um processo longo e, por que não, doloroso, na medida em que implica uma mudança de estratégia diante dos velhos hábitos impostos pela “ordem” e, ao mesmo tempo, o enfrentamento de um inimigo que é, inúmeras vezes, mais poderoso.

Considerando ainda que os atuais governos – federal e estaduais – em sua maioria, estão nas mãos de representantes desse capital e que isto, por si só, implica a pertinência do Brasil ao grupo de países dependentes dos países capitalistas centrais, condição que propicia um agudizar da situação enfrentada pela classe trabalhadora, faz-se necessária uma atuação firme e determinada da classe para assumir o poder, o que só será possível com uma organização revolucionária da mesma, para reverter a atual situação.

Existe, na nova “ordem”, uma política de repasse de responsabilidades para a família, sobre o sucesso ou insucesso do sistema educacional, neste caso, os

trabalhadores devem buscar apoderar-se do sistema para superar a crise que se abate sobre a instituição, visto que, pensando com Marx, “a burguesia mesma fornece, pois, ao proletariado os seus próprios elementos de educação política, ou seja, as armas contra si mesma”¹³⁴. No caso em estudo, o próprio governo acena para um processo de gestão participativa do sistema educacional, o que constitui uma oportunidade ímpar, para a classe trabalhadora assumir o controle do sistema, mesmo sabendo-se que esse processo de gestão não prioriza a autonomia e que, por esse motivo, esconde outras intenções do capital.

É nesse sentido que a nossa proposta aponta para a politização da organização estudantil que, renasce das cinzas da ditadura, período em que, mesmo na ilegalidade não deixou de ter uma atuação que manteve acesa a chama dos ideais democráticos. Nos últimos anos, essa organização tem cedido, em larga medida, às imposições ditatoriais de administrações escolares que ainda se encontram voltadas para um conservadorismo imposto pela vontade do capital. Nesse sentido e no contexto da educação básica, caberá aos grêmios estudantis levantar a bandeira da organização do movimento em torno das questões que afligem a classe trabalhadora à qual os estudantes já pertencem ou estão prestes a pertencer. Aos sindicatos caberá também uma ação voltada à formação de futuros trabalhadores, algo mais que apenas a tentativa de arregimentar aqueles que já sofrem, mesmo que de forma involuntária, as conseqüências de uma influência capitalista na sua (de)formação.

Gostaríamos, por fim, de afirmar nossa convicção de que as considerações aqui tecidas não representam para nós uma utopia, pois, num mundo dividido em classes, em que uma pretende dominar a outra, o encurtamento das distâncias que as separam só pode ser obtido quando aquela menos favorecida colocar em prática o propósito definitivo de se organizar e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Preferimos dizer que guardamos, como emblemática, a imagem de que devemos recomeçar tudo de novo a partir daquilo que nos foi possível aprender nesta experiência como pesquisador iniciante. Certamente os resultados serão diferentes,

¹³⁴ Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista (p.16).

como diferentes são os posicionamentos dos seres humanos diante de uma mesma situação em tempos históricos diferentes. Acreditamos não ter feito, aqui, nenhuma descoberta de maior valia para a ciência e nem sequer temos a certeza de que se trata de uma descoberta. A única certeza que temos, neste momento, é que é foi preciso ter muita perseverança, um dinamismo muito grande e uma vontade férea para levar a termo uma empreitada desta monta.

A grande lição que nos fica, neste momento, é que urge, aos trabalhadores, retomarem a combatividade através de uma organização que os norteie rumo à derrubada do sistema capitalista, pois “dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária”¹³⁵, mas, a maximização dos resultados a obter com essa revolução só serão atingidos a partir de uma formação condizente a esses objetivos, pois, não se pode esperar vencer um inimigo bem estruturado, com uma tática quase perfeita, firmemente instalado no campo de batalha, se dispusermos apenas de um exército mal preparado. No entanto, a tática do inimigo tem suas falhas comprovadas pela periodicidade cíclica com que enfrenta as próprias batalhas internas, e é nesses pontos fracos que nós, os opositores, devemos centrar nosso poder de fogo, a fim de melhor utilizarmos a inferioridade de forma positiva e recolher bons resultados em nos ataques.

No nosso fazer, hoje, na função de educador, buscamos a todo custo e dentro dos conhecimentos adquiridos numa prática que antecedeu a teorização, colaborar para a organização autônoma dos estudantes através dos grêmios escolares. Os meios, nem sempre os mais fáceis, nem sempre os mais práticos, encaminharam-nos para esta pesquisa que ora entra em processo de reavaliação, como forma de ganhar um novo *élan* que nos permita um (re)pensar mais aprofundado das questões levantadas/expostas ao longo do trabalho. É essa certeza de que muito ainda nos resta caminhar na semi-obscuridade em que penetramos, que fará com que a (re)leitura se torne profícua para a continuidade das nossas reflexões e para fazer luz sobre o assunto em tela.

¹³⁵ Idem, (p. 17).

Às instituições em apreço neste trabalho, Sindicatos e Grêmios Estudantis, deixamos o resultado de uma reflexão: uma organização classista, que se preza enquanto tal, necessita traçar objetivos e metas a serem alcançadas. Os objetivos são representados pelas bandeiras empunhadas a mãos ambas, as metas devem ser as mais amplas possíveis, de tal forma que possam envolver em seu bojo a totalidade da classe trabalhadora e não apenas uma parte dela. Aos Sindicatos cabe a representatividade da vontade dos trabalhadores, nas lutas por seus direitos. Aos Grêmios Estudantis, a luta por uma educação de qualidade, pública, voltada para a formação plena do trabalhador e, como ponto culminante dessa luta, a bandeira da universidade pública e gratuita para o trabalhador ainda deve ser uma das que devem tremular no mais alto ponto do mastro, ao lado daquela da formação política. E, por serem ambas entidades representativas da maioria populacional, por que não se darem as mãos para somarem forças na luta contra o modelo gerencial que domina o mundo na atualidade?

Não poderíamos terminar estas reflexões sem deixarmos um incentivo aos pesquisadores interessados nesta problemática. O assunto é por demais emocionante e dinâmico, por tratar de relações humanas, e, portanto, não há como pretender esgotá-lo de um só traço. Assim, esperamos ter dado a nossa contribuição para a melhoria dessas relações de tal forma que se possa construir uma sociedade verdadeiramente emancipada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Edgard. Modernização produtiva & relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: IPEA, 1997.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. S. Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

_____, (Org). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos.** S. Paulo, Boitempo, 1998.

_____. O que é Sindicalismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AUED, Bernardete W. (org). Educação para o (dês)emprego. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOITO Jr, Armando. Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

BEYNON, Wuy. As práticas do trabalho em mutação. IN: **ANTUNES, R. (Org). Neoliberalismo, trabalho e sindicatos.** S. Paulo, Boitempo, 1998.

BRASIL. Lei nº. 7398. Brasília, Presidência da República e Ministério da Educação, 1985.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. Central Única dos Trabalhadores – CUT. Tese da 7ª. Plenária Nacional.

BRASIL. União Nacional dos Estudantes. Documento retirado da Internet no site: (<http://www.une.org.br>).

- CARVALHO, C. Pezzolo de. Ensino noturno: realidade e ilusão.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.
- COSTA, Sílvio -- Tendências e centrais sindicais : o movimento sindical brasileiro 1978-1994.** Goiânia : Univ. Católica de Goiás, 1995.
- DAMASCENO, Maria Nobre. Escola, Saber e Vida Cotidiana. . IN: Saber e Prática do Educador.** Cadernos da Pós-Graduação. UFC. Fortaleza, set/96.
- ENGELS F.** A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. IN: **MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 2^a. ed, 1992.
- FIOD, Edna G. M. Politecnia: a educação do molusco que vira homem.** IN: **AUED, Bernardete W. (org). Educação para o (dês)emprego.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- GADOTTI, M. O método dialético.** IN: **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** São Paulo: Cortez, 1986.
- GRAMSCI, A. Ordine Nuovo.** In : **NOSELLA, P. A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes médicas sul, 1992.
- HORA, Dinair. A administração escolar numa perspectiva democrática.** Mimeo.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LESSA, Sérgio. Lukács, ontologia e método: em busca de um(a) pesquisador(a).** IN: Revista Praia Vermelha. Vol. 1, N^o. 2, 1^o. Semestre de 1999.
- LIBÂNEO, J C. Psicologia educacional: uma avaliação critica.** In **CODO, W. & LANE STM: Psicologia social: o homem em movimento,** São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LUKÁCS,G. Ontologia do ser social.** IN. **LESSA, Sérgio. Trabalho e ser social.** Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.

MANACORDA, Mario A. MARX e a pedagogia moderna. São Paulo, Cortez, 1996.

MARX, K. A revolta de junho (1848). IN: **MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 2^a. ed, 1992.

_____. Cartas de Londres. IN: **MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 2^a. ed, 1992.

_____. Instruções aos Delegados do Conselho Provisório (1868). IN: **MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 2^a. ed, 1992.

MARX, Karl & ENGELS F. A ideologia alemã (Feuerbach). S. Paulo, Hucitec, 1986 (5^a ed.).

_____. **O Manifesto Comunista.** Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Editora Moraes, 2^a. ed, 1992.

MINAYO, M. C. De S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MOCHCOVITCH, L. G. Gramsci e a escola. IN: **GOLFE, O. L. ANTÔNIO GRAMSCI: uma alternativa para o marxismo** Documento retirado da internet in: <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramsalt.htm>

MONTEIRO, Dauranisia Diniz. Movimento estudantil volta à cena e protesta contra política do governo. http://www.torturanuncamais.org.br/mtnm_pub/pub_ensaios/pub_ens_jovens.htm.

NEVES, Carmen M. de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. Mimeo.

NOGUEIRA, Marco A. Gramsci e a escola unitária. Documento retirado da Internet: <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/gramsalt.htm>.

NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes médicas sul, 1992.

NUNES, Juana. UBES, 50 anos: o tempo não pára... Revista Princípios, nº. 51, nov/dez 1998.

POERNER, Artur. O Poder Jovem. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRAIS, M. de L.M. Contextualização histórica do processo de administração colegiada. Mimio

REVISTA ISTOÉ. Geração zapping. Nº. 1659 de 18 de julho de 2001.

RODRIGUES, Neidson. Ação colegiada: articulação entre ação educativa e administração escolar. Mimeo.

RUY, José Carlos. Apresentação. IN: **COSTA, Sílvio -- Tendências e centrais sindicais : o movimento sindical brasileiro 1978-1994.** Goiânia : Univ. Católica de Goiás, 1995.

SAVIANI, D. A nova Lei da Educação. Campinas (SP): Autores Associados, 1999.

SILVA, J. Militão da. Reconstruindo o gigante: novas relações entre a unidade e o sistema escolar. Mimeo.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SNYDERS, G. Escola, classes e lutes de classes. Lisboa: Moraes, 1981.

VEJA, Revista semanal, n° 1590, ano 32 - n° 12, edição do dia 24 de março de 1999.

VIANA, Cleide M.Q.Q. **A Escola Pública Noturna de 2° grau para o trabalhador-aluno: uma questão de vida e luta**. Relatório Final de Pesquisa, Fortaleza, mimeo. 1996.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) aluno(a):

Gostaria de lhe agradecer antecipadamente a boa vontade que manifestou para responder este questionário. Obrigado!

Aproveito mais esta oportunidade para lhe garantir que as informações que você prestar aqui servirão única e exclusivamente para levar a fim uma pesquisa que me propus realizar com a finalidade de receber o título de Mestre em Educação. Por esse motivo, as respostas fornecidas serão para meu uso exclusivo e dos questionários retirarei as respostas sem identificar a pessoa que está respondendo.

Espero ter conseguido tranquilizá-lo o suficiente para que possa passar às respostas usando da maior franqueza e objetividade. Das suas respostas e das de todos aqueles que estão respondendo este pequeno questionário dependo o maior ou menor sucesso do trabalho que tenho para realizar.

Na certeza que você saberá compreender a importância que suas respostas têm para mim, deixo-lhe o meu agradecimento sincero em forma de um forte abraço.

Manuel Fernandes.

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Série: _____ Escola: _____

É representante do Grêmio Estudantil? (Sim/Não) _____

. 1 – TRABALHO.

Você trabalha? _____ (Sim, Não) Ou já trabalhou? _____ (Sim, Não)

Se trabalha ou já trabalhou, diga em que regime: _____

(Tempo inteiro, Meio período, Temporário, Por conta própria etc.).

Em que área você desenvolve suas atividades profissionais? _____

(Indústria, Comércio, Serviços).

Qual a sua ocupação? _____ (Auxiliar, Office-Boy, Especialista, outra).

O seu salário é: _____ (A – menos de 1 salário mín.). (B – 1 salário mín.). (C – entre 1 e 2 salários). (D – de 2 a 4 salários). (E – Mais de 4 salários).

. 2 – SINDICATO.

Para você, o que é um Sindicato? _____

Na sua opinião, para que serve um Sindicato? _____

Existe um Sindicato da sua categoria profissional? _____ (Sim, Não).

Se sua resposta foi SIM, diga como ficou sabendo que ele existia. _____

Você é sindicalizado? _____ (Sim, Não) Diga por quê? _____

Se a resposta anterior foi SIM, diga a que Sindicato está filiado. _____

Você participa das atividades sindicais? _____ (Sim, Não) Por quê? _____

O que você espera do Sindicato? _____

Você acha importante ser sindicalizado? _____ (Sim, Não) Por quê?

Na sua opinião, o que o Sindicato deve fazer pelos trabalhadores? _____

O que os trabalhadores podem ganhar através da organização da classe? _____

. 3 – ESCOLA.

Na sua escola existe algum espaço onde a discussão dos problemas dos trabalhadores aconteça? _____ (Sim, Não) Que espaço é esse? _____

Se existe esse espaço, como se dá a discussão? (No recreio, entre alunos; Na sala de aula; Com o prof. fora da sala; etc.). _____

Na sua escola existe um Grêmio Estudantil? _____ (Sim, Não)

Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Grêmio de sua escola?

O que você gostaria que seu Grêmio fizesse e que ele não faz? _____

Você participa das atividades do Grêmio? _____ (Sim, Não) Por Quê? _____

Na sua opinião, o que precisa ser feito para que o trabalhador-aluno crie uma consciência de classe? _____

Para você, o Grêmio poderia contribuir para a formação dos trabalhadores? _____
(Sim, Não). Por quê? _____

A sua ajuda foi muito importante para mim, por isso não tenho outra forma de lhe agradecer que dizendo

MUITO OBRIGADO.

ANEXO 2

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

A – PARA A DIRETORA

1. Na sua escola existe um grêmio estudantil? Sabe dizer há quanto tempo ele existe? Ou, caso negativo, por que o Grêmio não está implantado?
2. Dentro do previsto pelas novas disposições legais para uma “Gestão Participativa”, estabelecidas pelo Governo, como você caracterizaria a atuação do grêmio e qual tem sido a efetiva participação desse grêmio no processo?
3. Na sua gestão, quais as atribuições que são delegadas ao grêmio, para participar da gestão escolar?
4. Qual é o grau de envolvimento dos estudantes nesse movimento estudantil ou ele é restrito a uma pequena parcela dos alunos?
5. Poderia citar alguma das atividades mais marcantes do grêmio?
6. Em termos de organização da classe estudantil, como você classificaria a atuação do grêmio?
7. No período noturno, principalmente, esta escola é freqüentada por trabalhadores. Dentro das atividades desenvolvidas pelo grêmio é dado algum enfoque especial a essa condição de trabalhador e à problemática que envolve a organização da classe trabalhadora?
8. Para finalizar... Dê sua opinião sobre a atuação dos grêmios e fique à vontade para acrescentar as declarações que possa julgar pertinentes sobre esta temática.

ANEXO 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

B – PARA PROFESSOR ARTICULADOR COMUNITÁRIO

Esta função de Articulador Comunitário acaba de ser implantada. Diante das dificuldades que julgo serem inerentes a uma nova função, acredito, está difícil tarefa de tentar articular os estudantes em torno de interesses comuns. Acredito ainda que, um dos locais apropriados para praticar essa articulação, o grêmio seja esse local, por excelência. É sobre ele que gostaria de fazer algumas perguntas.

1. Na sua percepção, como é o relacionamento entre o grêmio que existe nesta escola, atuante ou não, e a sua função de articulador comunitário. Se há alguma articulação ou se a sua chegada ao colégio teve alguma coisa a ver com a desativação do grêmio, enfim, faça-me uma descrição da situação.

2. O núcleo gestor, para o governo, ter a forma de gestão participativa, na qual os grêmios têm o seu papel a desempenhar. Qual seria, na sua maneira de ver, a função do grêmio nessa gestão escolar?

3. No que diz respeito à clientela da escola, nós sabemos que no turno da noite, a maioria dos estudantes são trabalhadores. Você teria alguma informação de como é a organização deles enquanto trabalhadores? Repare que até agora falamos da organização deles como alunos. Mas, e a questão organizacional deles enquanto trabalhadores, será que eles têm noção da importância de se organizarem enquanto classe? Será que os próprios professores da escola cedem espaço para discussões dessa relevância?

4. Quando se fala em grêmio, aqui dentro da escola, devemos perceber que estamos falando só de um grupo que faz parte da diretoria da entidade ou podemos afirmar que o restante dos estudantes também se envolve, participa, vivencia?

5. Caso a resposta seja negativa, o que estaria faltando para que o grêmio se tornasse realmente uma entidade ativa, na qual os alunos pudessem comungar, digamos assim, de um mesmo ideal ou até da disputa, pois tratando-se de uma entidade de classe, podem surgir posições divergentes, enfim, o que está faltando para que o grêmio se torne naquela entidade que esperamos que ele seja?

6. Agradeço sua participação nesta minha pesquisa e deixo todo o espaço necessário para qualquer comentário ou informação adicional que queira prestar.

ANEXO 4

CÓPIA DE E-MAIL

DE: manofer@hotmail.com

PARA: redacao@estudentenet.zip.net <redacao@estudentenet.zip.net>

ASSUNTO: Solicitação de informações.

Companheiros,

Estou desenvolvendo uma dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará, cujo título provisório é **ENTRE O SINDICATO E GRÊMIO: como se organiza o trabalhador-aluno**. Em seu desenvolvimento preciso fazer referências ao Movimento Estudantil no Brasil, principalmente no âmbito da educação básica (antigos 1 e 2 graus). Tenho tentado várias alternativas, mas não tenho logrado o sucesso esperado. Gostaria de poder contar com o vosso apoio no sentido de obter algumas informações a respeito dos locais onde posso encontrar a História do ME.

Certo de poder contar com o vosso apoio, deixo meus agradecimentos antecipados.

Forte abraço.

Manuel Fernandes.

ANEXO 5

GRÁFICOS

Gráficos demonstrativos da situação trabalhista dos Trabalhadores-alunos questionados.

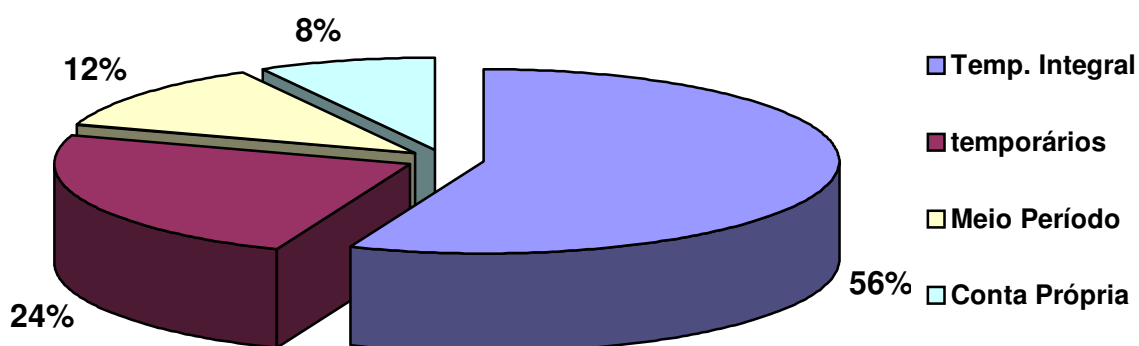


Fig.1. Representação gráfica da distribuição dos regimes de trabalho.

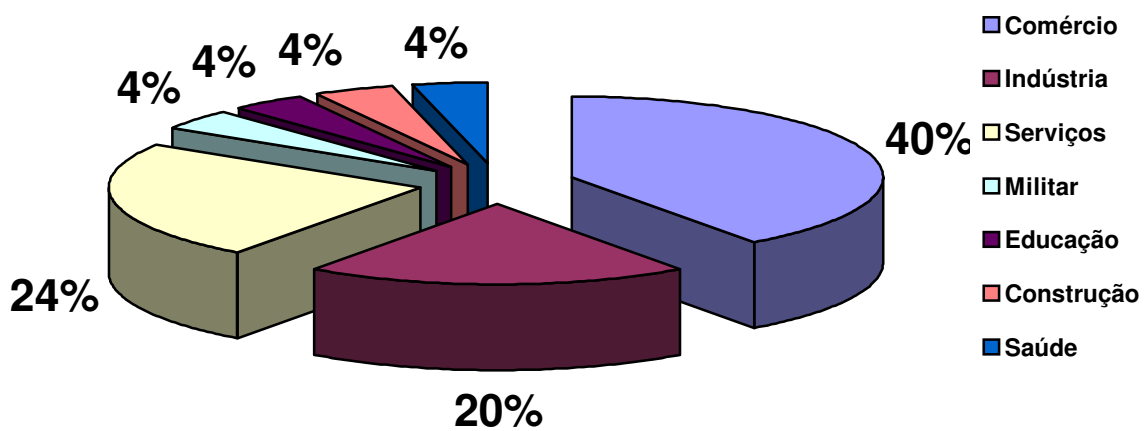


Fig. 2. Distribuição das áreas profissionais.

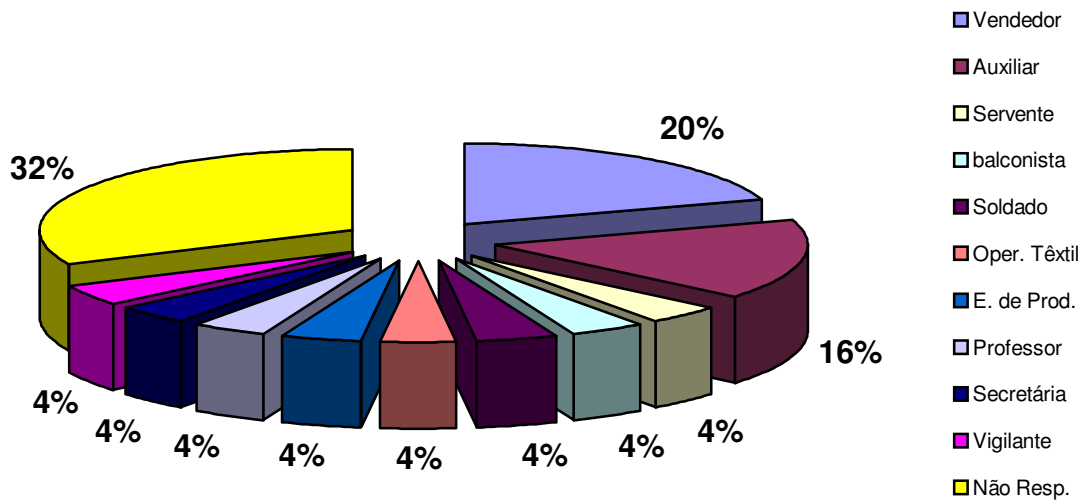


Fig. 3. Distribuição das ocupações/atividades profissionais.

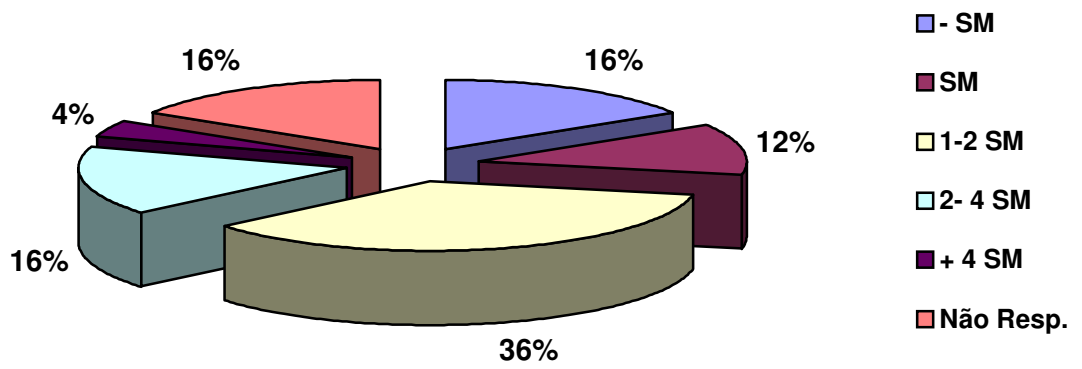


Fig. 4. Distribuição por classe salarial.